

A CIDADE

E A MODA

Maria do Carmo Teixeira Rainho



15.41)(09)

N.Cham. 391(815.41)(09) R156c

Autor: Rainho, Maria do Carmo Teixeira

Título: Cidade e a moda : Novas preten



55860

Ac. 535355

Ex.5 BCE

Este livro é a demonstração de que é possível associar duas grandes tradições de pesquisa histórica, sem prejuízo de suas respectivas características. A cidade e a moda, de Maria do Carmo Rainho, resolve, agradavelmente, o duplo objetivo de narrar os principais passos do processo de modernização do Rio de Janeiro, desde a chegada da Corte portuguesa até o final do século XIX, e de caracterizar a evolução local dos modos de vestir da "boa sociedade".

Dialogando com vasta bibliografia e lidando, despretensiosamente, com um conjunto bastante eloqüente de fontes impressas, como, por exemplo, os famosos manuais de etiqueta publicados no Brasil e em Portugal, as revistas e os jornais femininos, além de várias teses sobre saúde e higiene apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a autora compõe um expressivo quadro da educação civil na Corte, fornecendo referências utilíssimas aos estudos que, a partir de agora, venham a trilhar caminhos análogos.

O fio mais forte, embora discreto, presente na tessitura de A cidade e a moda é fornecido por Norbert Elias.

A cidade e a moda

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

Lauro Morhy

Vice-Reitor

Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Elizabeth Cancelli

Alexandre Lima, Clarimar Almeida do Valle, Henryk Siewierski,
Reinhardt Adolfo Fuck, Sérgio Paulo Rouanet, Sylvia Ficher



Maria do Carmo Teixeira Rainho

A cidade e a moda:
novas pretensões, novas distinções
— Rio de Janeiro, século XIX

Equipe editorial: Severino Francisco (Supervisão editorial); Rejane de Meneses (Acompanhamento editorial); Jupira Correa (Preparação de originais); Jupira Correa, Ludimila Barbosa e Yana Palankof (Revisão); Anatólia Alves e Fernando M. Neves (Editoração eletrônica); Anderson Lima (Capa); Elmano Rodrigues Pinheiro (Supervisão gráfica).

Copyright © 2002 by Maria do Carmo Teixeira Rainho

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília
SCS Q. 02 - Bloco C - Nº 78
Ed. OK - 2º andar
70300-500 - Brasília - DF
Tel: (0xx61) 226-6874
Fax: (0xx61) 225-5611
editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

R156 Rainho, Maria do Carmo Teixeira.
A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções –
Rio de Janeiro, século XIX / Maria do Carmo Teixeira Rainho.
– Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2002.

172 p.

ISBN 85-230-0708-3

1. Moda. 2. Vestuário. 3. Costumes. 4. Sociografia. I. Título.

CDU 391 (815.4)
308 (815.4)

Sumário

NOTA DA AUTORA, **7**

INTRODUÇÃO, **9**

CAPÍTULO 1

MODA E SOCIEDADE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA, **19**

Algumas questões teóricas, **40**

CAPÍTULO 2

A CIDADE E A MODA: NOVAS PRETENSÕES, NOVAS DISTINÇÕES, **47**

CAPÍTULO 3

IMAGENS DA MODA NO RIO DE JANEIRO: UMA LEITURA DOS JORNAIS E DOS
MANUAIS DE ETIQUETA E CIVILIDADE, **67**

--A imprensa e a difusão da moda, **70**

Manuais de etiqueta e civilidade: a normatização da roupa
e da moda, **97**

CAPÍTULO 4

REPRESENTAÇÕES DA ROUPA E DA MODA, **111**

Moda e saúde, **111**

Moda e gênero, **131**

A adequação da roupa e da moda, **145**

CONCLUSÃO, **155**

FONTES, **159**

BIBLIOGRAFIA, **165**

Nota da autora

Este trabalho foi elaborado inicialmente como dissertação de mestrado, tendo sido defendido, em 1992, no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, da PUC-Rio. A obra aqui publicada, com exceção das sugestões da banca, as quais foram incorporadas, é, em linhas gerais, a mesma apresentada quando da conclusão do mestrado.

Para a realização deste livro, contei com a colaboração, o apoio e a amizade de inúmeras pessoas, as quais gostaria de agradecer.

Em primeiro lugar, a Francisco Falcon pelo brilho intelectual, a disponibilidade e o bom humor com que orientou o trabalho. Agradeço ainda a Margarida de Souza Neves e Maria Alice Rezende de Carvalho, que integraram a banca julgadora da dissertação, pelas críticas e as sugestões e aos colegas da PUC pelo ótimo convívio que tivemos. Na PUC gostaria de destacar a importância dos cursos realizados. Pelo apoio recebido agradeço também à CAPES.

No Arquivo Nacional contei, antes de mais nada, com a compreensão dos meus chefes àquela época: Luciano Figueiredo e Graça Salgado. Os colegas da Coordenação de Pesquisa e Difusão Cultural também foram muito importantes nesse processo; destaco o apoio de Carlos Alfredo Linhares Fabio, Vivien Ishaq e, especialmente, Cláudia Heynemann.

Pela amizade com que me acompanharam agradeço ainda a Márcio Scalercio, Jaime Mendes, Oswaldo Munteal e meus sogros Rosa Maria e Araken.

Por fim, agradeço especialmente a pessoas muito queridas. Meus pais, Hernani e Ila, e meu irmão, Hernani, que, mesmo do outro lado do Atlântico, estiveram sempre presentes. A Araken, companheiro de tantos anos, por ter compartilhado com idéias, paciência e amor cada passo do trabalho.

Este livro é dedicado a Luísa.

Introdução

Já faz bastante tempo – pelo menos vinte anos – que temas como família, sexualidade, gênero, moda, entre outros, deixaram de ser encarados como assuntos distantes do universo dos historiadores, e, mais ainda, como assuntos frívolos.

No que diz respeito à moda, Gilberto Freyre, por exemplo, já chamava a atenção para o fato de ela ser um assunto “(...) antropológica, psicológica, sociológica, estética, eticamente complexo. (...) Frívolo coisa nenhuma: em vários de seus aspectos, gravemente complexo”.¹ Veremos, adiante, como, desde o século XIX, a moda vem se tornando objeto de diversos trabalhos de filósofos, antropólogos, sociólogos. Mais recentemente, também os historiadores – especialmente aqueles sob a influência da *Escola dos Annales* – se têm dedicado ao tema com atenção, elaborando inúmeros estudos sobre a moda, os quais se multiplicaram a partir da década de 1980, especialmente na França, mas, também, em outros países.²

Essa geração de historiadores está identificada, em geral, com a chamada *história nova*, definida por Jacques Le Goff a partir do “aparecimento de novos problemas, de novos métodos que renovaram domínios tradicionais da história (...) e, principalmente talvez,

¹ Gilberto Freyre, *Modos de homem e modas de mulher*, p. 28.

² Fernand Braudel com *Civilisation matérielle et capitalisme – destins du monde, XV^e-XVIII^e siècles*, publicado em 1967, foi um dos primeiros historiadores ligados aos *Annales* a dedicar atenção ao vestuário e à moda. Cf. também, entre outros, Daniel Roche, *La culture des apparences – une histoire du vêtement, XVII^e-XVIII^e siècle*, e Philippe Perrot, *Le dessus et les dessous de la bourgeoisie*.

pelo aparecimento no campo da história de novos objetos, em geral reservados, até então, à antropologia”,³ objetos como a alimentação, o corpo, os gestos, as imagens, o livro, a sexualidade, entre outros.

Os comportamentos menos discutidos de uma sociedade – como os cuidados com o corpo, as maneiras de se vestir, a organização do trabalho e o calendário das atividades cotidianas – refletem um sistema de representações do mundo, que nos vincula em profundidade com as formulações intelectuais mais elaboradas como o direito, as concepções religiosas, o pensamento filosófico ou científico.⁴

A afirmativa de André Burguière mostra que a moderna historiografia francesa se tem caracterizado por uma valorização de temas que, por várias décadas, ficaram esquecidos ou foram considerados menores ou menos importantes em comparação com as grandes análises políticas, a história das guerras ou dos eventos, a história dos grandes homens ou mesmo a história econômica.

Numa espécie de retorno aos historiadores ligados aos *Annales* nos anos 1930 – aqueles que se voltaram para o estudo das “utensílagens mentais” –, abre-se, com a designação de história das mentalidades, um “novo campo, distinto tanto da antiga história intelectual literária como da hegemônica história econômica e social”.⁵

Mas não são apenas os novos temas que caracterizam a *história nova*; o tratamento dado a esses temas e o recorte escolhido pelo historiador em relação aos seus objetos também são novos. Assim, ao tratar desses objetos – muitos deles comuns ao território das outras ciências do homem, como a antropologia –, a nova geração dos *Annales* vai pensá-los não apenas a partir das práticas, mas também das representações. Em outras palavras, essa geração espera

(...) acabar com os falsos debates desenvolvidos em torno da partilha, tida como irrefutável, entre a objetividade das estruturas

³ Jacques Le Goff (org.), *A história nova*, p. 44.

⁴ André Burguière, “A antropologia histórica”, *A história nova*, p. 148.

⁵ Roger Chartier, *A história cultural – entre práticas e representações*, p. 15.

(que seria o terreno da história mais segura, aquela que, manuseando documentos seriados, quantificáveis, reconstrói as sociedades tais quais eram na verdade) e a subjetividade das representações (a que estaria ligada a uma outra história, dirigida às ilusões de discursos distanciados do real).⁶

Questionar as delimitações, como esta que opõe práticas e representações, é, como afirma Roger Chartier, uma das atribuições do historiador da cultura. A este cabe tomar por objeto a compreensão das representações que traduzem as posições e os interesses dos atores sociais e que, ao mesmo tempo, descrevem a sociedade tal como eles pensam que é ou como gostariam que fosse. Cabe a ele também, segundo Chartier, identificar o modo como em um determinado lugar e momento a realidade social é construída, pensada, dada a ler.

Assim, é importante entender a história da cultura, por um lado, como “a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço”, e, por outro, “como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga idéia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único – o qual a crítica tinha a obrigação de identificar –, dirige-se às práticas que pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo”.⁷

A partir dessa concepção, vejamos de que maneira seria possível ao historiador da cultura estudar a moda. Para Daniel Roche,⁸ não seria descrevendo a evolução das maneiras de vestir da alta sociedade, mas compreendendo como esses hábitos se encadeiam, num todo cultural, com as outras práticas da sociedade. O historiador da cultura também teria como tarefa analisar o vestuário e a moda a partir do consumo, fenômeno esquecido muitas vezes pela historiografia francesa, que, segundo Roche, está mais preocupada em exa-

⁶ *Idem, ibidem*, p. 17.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 27.

⁸ Daniel Roche, *op. cit.*

minar o mundo da produção e dos produtores do que aquele do mercado e da demanda.

Fugindo de uma perspectiva descritiva, o historiador social da cultura deveria, assim, a partir das relações entre história e antropologia, analisar a moda de forma a conciliar os imperativos da cultura material e as exigências de uma história cultural preocupada com as práticas e as representações.

Philippe Perrot, outro autor identificado com a nova geração dos *Annales*, também enfatiza a necessidade de se “aprofundar a dimensão verdadeiramente social do vestuário”⁹ fugindo da perspectiva de uma história das vestimentas. Para ele, esta última falha, por se limitar à crônica descritiva ou ao julgamento estético, “evitando ainda abordar o terreno dos gestos, da anatomia, da sexualidade, da higiene, da economia, do signo, dos ritos, da religião, da moral ou do direito”,¹⁰ terrenos que podem esclarecer nossos comportamentos *vestimentários*.

A partir dessas premissas, que vêem a moda como um elemento que reflete as transformações socioculturais da sociedade, vamos analisá-la não como um fenômeno frívolo, mas como algo que revela hábitos, comportamentos, posições sociais e gostos de uma determinada época. Para tanto, acreditamos ser interessante apontar a definição de moda que está sendo utilizada aqui.

Os estudiosos do assunto dividem-se, de modo geral, em duas correntes quando elaboram um conceito de moda: para alguns, ela atinge todos os setores da vida social, como acredita Gabriel Tarde; para outros, como Steinmetz, a moda manifesta-se como algo limitado.

O conceito abrangente caracteriza a moda como as transformações periódicas efetuadas tanto nas vestimentas quanto na política, na religião, na ciência, na estética, etc.

Já o conceito restrito, que é utilizado por nós, parte da idéia de que a moda não permanece limitada ao vestuário, embora este encarne mais ostensivamente o processo das suas mudanças como pano de fundo de inovações aceleradas e espetaculares. Aliás, não apenas o vestuário, mas também a cultura das aparências – que envolve as

⁹ Philippe Perrot, *op. cit.*, p. 7.

¹⁰ *Loc. cit.*

roupas e também os acessórios, as jóias, os calçados, os penteados, os cosméticos, etc. Isso não significa dizer que setores como o mobiliário e os objetos decorativos, a linguagem e as maneiras, os gostos e as idéias, os artistas e as obras culturais não sejam atingidos pelo processo da moda. Contudo, estamos nos referindo, particularmente, às mudanças periódicas efetuadas nos estilos de vestimenta e demais detalhes da ornamentação pessoal.

A respeito da definição de moda, é importante ressaltar ainda que, para alguns autores, como Gabriel Tarde, ela é um fenômeno inscrito necessária e universalmente no curso do desenvolvimento de todas as civilizações, ou seja, seria possível considerar a sua existência desde a Antigüidade. Outros autores, entretanto, tomam o século XIV como marco cronológico para estabelecer o aparecimento da moda, embora concordem que a função ornamental das roupas tenha existido desde as sociedades primitivas.

Entre esses autores está Gilles Lipovetsky, para quem

não há sistema de moda senão quando o gosto pelas novidades se torna um princípio constante e regular, quando já não se identifica, precisamente, só com a curiosidade em relação às coisas exógenas, quando funciona como exigência cultural autônoma, relativamente independente das relações fortuitas com o exterior.¹¹

Isso ocorreria, segundo ele, somente a partir do Renascimento, quando as cidades se expandem e a vida nas Cortes se organiza, acentuando no Ocidente o interesse pelo traje. Em outras palavras, a moda poderia ser caracterizada como um fenômeno circunscrito a algumas sociedades, próprio do Ocidente e da era moderna.

É certo que o ritmo das mudanças da moda sofreu flutuações desde o Renascimento. Segundo Lipovetsky, está claro que na Idade Média o ritmo das mudanças foi menos espetacular do que no Século das Luzes, “onde as vogas disparam, mudam ‘todos os meses, todos os dias, quase a cada hora’, obedecendo aos frêmitos do ar do tempo, registrando o último sucesso ou o acontecimento do dia”.¹²

¹¹ Gilles Lipovetsky, *O império do efêmero*, p. 28.

¹² *Idem, ibidem*, p. 30.

Entretanto, é ao longo da segunda metade do século XIX que a moda, no sentido moderno do termo, se consolida. Nesse momento surge um sistema de produção e distribuição desconhecido até então. É o período da explosão da roupa em escala industrial, favorecido principalmente pela introdução da máquina de costura por volta de 1860. As conquistas técnicas sucedem-se com rapidez, e a moda, “filha da revolução industrial e da máquina a vapor”,¹³ alcança mobilidade e abrangência.

O acesso à moda é então facilitado, dando margem a uma espécie de democratização, o que não significa uniformidade ou igualdade no parecer. O que ocorria desde 1820, tanto na França como na Inglaterra, era uma produção em série de roupas novas e baratas, que experimenta um impulso na década de 1840.

À medida que surgem os grandes magazines e que as técnicas são aprimoradas, os custos da produção diminuem, a confecção é diversificada e a moda chega a outras camadas da população.

Pode-se dizer assim que o século XIX foi o século da explosão da moda, ou o século da moda por excelência. Nele, ela atinge um maior número de pessoas, da pequena e média burguesia da França e da Inglaterra à “boa sociedade” de lugares distantes como o Rio de Janeiro, onde, a partir de então, se tem acesso quase simultâneo às novidades estrangeiras.

No Rio de Janeiro, as transformações no espaço urbano, a “europeização” dos costumes, o incremento do comércio e a intensificação da vida social são os elementos que servem de pano de fundo para a difusão da moda.

Especialmente na segunda metade do século XIX, já elevada ao *status* de insígnia de classe, a moda passa a fazer parte das preocupações da “boa sociedade” da Corte, que precisava exibir-se no espaço público das ruas, dos bailes, dos teatros e nos demais acontecimentos da vida social, usando o que havia de mais parecido com as novidades de Paris.

Essa necessidade estava relacionada a uma exigência que se impôs a partir da chegada da Família Real. No sentido de igualar-se à

¹³ Expressão utilizada por Alexandre Eulálio em “Pano para manga”, introdução à *O espírito das roupas: a moda no século XIX*.

burguesia européia e à aristocracia portuguesa, era preciso que a “boa sociedade” adotasse valores e modos europeus, civilizando os costumes, eliminando os ares coloniais.

Em relação às roupas, era importante para a “boa sociedade” optar por um vestuário correto, higiênico e adequado. Quanto à moda, era imprescindível reproduzir os padrões europeus de vestimenta e, em especial, os modelos usados na França.

Assim, ao mesmo tempo em que buscava igualar-se a seus pares europeus, a “boa sociedade” fluminense manifestava, por meio do vestuário, o quanto se distinguia dos outros estratos da sociedade. As mulheres brasileiras, ao abandonarem os trajes coloniais que em casa as confundiam com as escravas, começam a identificar-se na aparência com as européias. Os homens, por sua vez, ao se despojarem, adotando as cores escuras, as vestimentas mais austeras e renunciando aos poucos ao uso das jóias e dos perfumes, vão se igualar ao burguês europeu, que primava pela discrição e marcava, por meio dos tecidos e do corte das roupas, o lugar que ocupava na sociedade.

Um elemento fundamental para a difusão da moda entre os membros da “boa sociedade” foi o surgimento dos jornais femininos. Indo ao encontro das necessidades dessa camada, esses jornais – que começaram a circular no Rio de Janeiro em 1827 – já traziam em suas páginas seções especializadas em moda, nas quais eram publicados e minuciosamente descritos modelos de vestimentas que seguiam as tendências da moda francesa, cujos exemplares já eram vendidos nas lojas comerciais da cidade. Um outro dado importante é o caráter didático dessas colunas, que discutiam a adoção e o consumo da moda e divulgavam lojas e produtos, satisfazendo os desejos da “boa sociedade” de incorporar os padrões europeus de vestimenta.

Além dos jornais femininos, outro veículo indispensável à “boa sociedade” foram os manuais de etiqueta e civilidade. A importância da leitura dessas obras pode ser mensurada se levarmos em conta que a nova sociabilidade que se configurava no Rio de Janeiro obrigava aquela camada a “civilizar seus costumes”. Eram esses livros então que ensinariam os comportamentos, a higiene do corpo e da casa, bem como orientariam as escolhas das vestimentas mais adequadas à ocasião, à hora do dia, ao sexo e à idade.

Esse *corpus* documental e ainda as teses e obras médicas que também dedicavam alguns capítulos ao assunto apresentam diferentes interpretações, constituindo-se textos significativos com expectativas, posições e representações específicas. Assim, em vez de buscar um conceito único, amplo, comum a esses registros ou elaborar uma história da indumentária no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, nossa intenção é analisar as representações¹⁴ da roupa e da moda por meio dos discursos que a apreendem e a estruturam, refletindo sobre a maneira como um determinado grupo tenta impor a sua concepção do mundo social, seus valores, seus domínios, e ainda como os receptores desses textos se apropriam deles.

A camada a qual nos estamos referindo, denominada “boa sociedade”¹⁵ não pode ser caracterizada, a nosso ver, apenas por incluir aqueles que fazem parte do mundo da política ou os que se haviam originado no seio das chamadas classes senhoriais. Isto porque acreditamos que riqueza e poder não eram suficientes aos grandes negociantes, bacharéis, banqueiros, altos funcionários e profissionais liberais para que estes fossem reconhecidos como membros daquele grupo.

Como apontamos antes, o processo de europeização que teve lugar no Rio de Janeiro no decorrer do século XIX exigia dos mem-

¹⁴ As representações, como afirma Roger Chartier, são “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. As representações (...) são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.” Cf. Roger Chartier, *op. cit.*, p. 17.

¹⁵ “Boa sociedade” é uma expressão do século XIX usada para definir os homens e as mulheres livres e brancos que tanto se reconheciam como se faziam reconhecer como membros do “mundo civilizado”. O que caracteriza a “boa sociedade” é o fato de ela excluir os escravos e os homens livres e pobres, constituindo-se, como afirma Ilmar Rohloff de Mattos em *O tempo saquarema*, “pelas capacidades e ‘habilitações’ de seus membros, sempre brancos”, na sociedade política, no mundo do governo, que possuía a incumbência de ordenar o conjunto da sociedade. No processo de consolidação do Estado imperial, vemos que a noção de “boa sociedade” se relaciona à classe senhorial, que se havia fundamentado ao mesmo tempo em que o Estado se organizava politicamente.

bro da “boa sociedade” que “civilizassem os costumes” abandonando a rusticidade que marcava seus antigos hábitos coloniais. Nesse sentido, o perfil dos membros da “boa sociedade” é restringido, pois para ser caracterizado como tal não bastam a posse da riqueza, o acesso ao consumo de determinados bens ou o exercício do poder, sendo preciso também se destacar pelo requinte das maneiras, pelo polimento dos costumes e, especialmente, pela maneira de apresentar-se socialmente.

Portanto, no âmbito deste trabalho, estamos qualificando os membros da “boa sociedade” como os homens e as mulheres que civilizaram seus costumes e fizeram da moda um elemento que acentuava as diferenças existentes entre eles próprios e entre eles e os outros estratos da população. São os homens e as mulheres que, ao europeizar seus corpos, passaram a preocupar-se com a correção do vestuário, com o vestir racional e com a adoção de roupas adequadas à posição que ocupavam na sociedade. São, enfim, aqueles que, por meio da aparência e não apenas do dinheiro e do poder, deixavam visíveis as diferenças que marcavam o abismo existente entre a “boa sociedade” e a sociedade comum, “abismo do prestígio, do estilo de vida, do acesso ao mando.”¹⁶

¹⁶ Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*.

Capítulo 1

Moda e sociedade: uma revisão bibliográfica

O século XIX é, sem dúvida, o século da moda por excelência. Nele, o progresso da indústria têxtil, o desenvolvimento considerável do mercado de roupas prontas, o impacto do surgimento dos grandes magazines e o declínio do comércio de roupas usadas, além de uma certa melhoria no nível de vida da população, proporcionam o acesso à moda de um maior número de pessoas, como os membros da pequena e média burguesia da França e da Inglaterra.

Além disso, o século XIX representa o cenário de transformações substantivas na moda de homens e mulheres. Nele, a roupa feminina vai sofisticar-se ao mesmo tempo que a masculina sofre de um contínuo despojamento.

Contudo, não são apenas esses aspectos que fazem do século XIX o século da moda: afinal, até então nunca se havia falado e escrito tanto sobre o tema.

É no século XIX que tem origem uma produção diversificada de discursos sobre a moda. Nesse momento, ela se torna um objeto a ser mostrado, analisado e registrado. Assim, proliferam os periódicos especializados na França; surgem as primeiras colunas de moda nos jornais femininos do Rio de Janeiro; aparecem as histórias do vestuário;¹

¹ Cf. Jules-Étienne J. Quicherat, *Histoire du costume français depuis le temps le plus reculé jusqu'à la fin du XVIII^e siècle*; A. Racinet, *Le costume historique avec cinq cents planches chromolithographiques*; Augustin Challamel, *Histoire de la mode en France*.

publicam-se obras literárias que fazem da moda um assunto digno de atenção e consideração.² Mas, principalmente, são elaborados os primeiros trabalhos de estudiosos interessados em aprofundar a dimensão social das vestimentas e da moda.

Dentre essas obras, escritas a partir da segunda metade do século XIX, destacam-se as de Herbert Spencer, Gabriel Tarde, Thorstein Veblen e Georg Simmel.³

Os trabalhos desses autores foram tão inovadores que, ainda hoje, as questões apontadas por eles são retomadas nos estudos dedicados à moda. Em linhas gerais, suas obras giram em torno da discussão das diferenças entre moda e costume, da abrangência da moda e de duas características que regulam sua existência: a imitação e a distinção.

Pioneiro em sua reflexão sobre a moda é o trabalho de Herbert Spencer. Sua análise baseia-se nos princípios de imitação e distinção, partindo da idéia de que a mutabilidade da moda decorre do fato de as classes inferiores, em busca de respeitabilidade social, copiarem os modos de ser e parecer das classes superiores. Estas, para manterem a distância, seriam obrigadas então a modificar ou criar novas modas, substituindo as que foram adotadas pelas classes inferiores. Assim, a partir de um duplo movimento de imitação e distinção, ocorreriam, segundo Spencer, as mudanças da moda.

Para o autor, portanto, a moda tem por base a imitação, sendo que esta decorre de dois motivos completamente diferentes: o respeito inspirado por aquele que se imita ou o desejo de afirmar que estamos com ele em pé de igualdade.

Nas imitações respeitosas – do superior pelo inferior –, a imitação é um modo de ganhar o favor do primeiro. Nesse caso, está o exemplo dos súditos de Philippe de Borgonha, que, em 1461, passam

² Cf., entre outras, as obras de Balzac como *Traité de la vie élégante*; de Barbey d'Aurevilly, *Du dandysme et de George Brumel*; de Baudelaire, *Eloge du maquillage*; de Mallarmé, *La dernière mode*. A descrição de trajes e modas em geral está presente também nos romances brasileiros do século passado. Cf. de José de Alencar: *Diva, O demônio familiar, Luciola, Senhora*. Cf. de Machado de Assis: *Yayá Garcia, A mão e a luva, Helena, Quincas Borba e Dom Casmurro*.

³ Herbert Spencer, "Les manières et la mode", *Essais de morale, de science et d'esthétique*. Idem, *Principes de sociologie*, vol. 3; Gabriel Tarde, *Les lois de l'imitation*; Thorstein Veblen, *A teoria da classe ociosa*; Georg Simmel, "La mode", *La tragédie de la culture et autres essais*.

a usar os cabelos curtos ao descobrir que, em razão de uma doença, o rei havia sido obrigado a cortar os seus.

A imitação competitiva começa quase ao mesmo tempo que a respeitosa ou a reverencial. Para Spencer, ela se deu principalmente a partir do momento em que a industrialização produziu homens suficientemente ricos para rivalizar em luxo com aqueles de estratos mais altos. Mais do que isso, ela enriqueceu homens que puderam reduzir a resistência que lhes era feita quando tentavam adotar usos antes interditados aos que não fossem bem nascidos. Com isso, as proibições relativas ao vestuário – editadas e reeditadas pelas leis suntuárias – vão caindo pouco a pouco, até que a imitação dos superiores ganha continuamente as camadas inferiores.

No entanto, essa democratização da moda não significa para o filósofo evolucionista o “progresso contínuo de um ideal de elegância e harmonia”. Segundo ele, pelo contrário, antes de alcançá-lo,

vemos reinar o puro capricho, o despropósito, o amor da mudança pela mudança, que faz com que se oscile loucamente de um extremo ao outro; é o reino dos usos que não têm senso, dos costumes sem gosto. E assim, a vida na moda, antes de ser uma vida regrada pelo bom-senso mais esclarecido, é uma vida regrada pelos gastadores e desocupados, pelas modistas e alfaiates, pelos folgazões e pelos fúteis.⁴

Para o filósofo Gabriel Tarde, considerado um dos mais brilhantes estudiosos do assunto no final do século XIX, a moda “é essencialmente uma forma de relação entre os seres, um laço social caracterizado pela imitação dos contemporâneos e pelo amor das novidades estrangeiras”.⁵ Ela deve ser entendida como uma forma geral de sociabilidade, presente em todas as épocas e em todas as civilizações. Ainda segundo Tarde, todas as condutas, todas as instituições, são suscetíveis à moda; portanto, não apenas as transformações no vestuário, mas também as alterações na língua, na legislação, na moral, no governo, na religião e nos usos estão sujeitas aos ritmos da moda.

⁴ Herbert Spencer, “Les manières et la mode”, p. 164.

⁵ Gilles Lipovetsky, *O império do efêmero*, p. 266.

Todavia, essas mudanças raramente ocorreriam ao mesmo tempo e o tempo todo. Tarde destaca a Grécia no século V a. C., Florença no século XV, Paris no século XIX, como momentos únicos, nos quais a imitação-moda atinge sincronicamente todas as esferas da atividade social. Mas, em geral, para ele, a moda manifesta-se apenas nos períodos em que o costume não vigora.

Assim, partindo da idéia de que “a vida social é feita de invenções que garantem sua renovação e de imitações que garantem sua continuidade e sua estabilidade”,⁶ Tarde constrói uma teoria que opõe moda e costume. Mais do que isso, o filósofo divide a vida social em “eras de costume” e “eras da moda”.

A moda apareceria sempre como uma fase transitória e revolucionária entre duas “eras de costume”. Estas, por sua vez, se definiriam pelo prestígio da antigüidade e pela imitação dos ancestrais e por um valor maior ao país do que ao tempo, já que o passado é mais respeitado. Quanto às “eras da moda”, teriam como máxima “o que é novo é bom”,⁷ com as sociedades sendo mais fiéis ao tempo presente do que ao país. Nelas, haveria um culto às novidades, assim como a imitação dos modelos presentes e estrangeiros, preferindo-se a semelhança com as inovações contemporâneas aos antepassados.

Alguns aspectos da concepção de moda de Tarde merecem atenção. O primeiro deles refere-se a sua visão trans-histórica da moda, pois o filósofo, alargando a extensão desse conceito, não a reconhece como invenção própria do Ocidente moderno, mas como uma forma cíclica de imitação existente desde a Antigüidade.

Além disso, ele insiste na preeminência da tradição e das “eras de costume” sobre a moda, não percebendo que vários aspectos da vida social, especialmente os usos (expressão sua), se encontravam, já no século XIX, regulados pelo ritmo efêmero da moda.

Como enfatizou Gilles Lipovetsky, a análise do filósofo é justificada pela época em que sua obra foi escrita – final do século XIX:

quando a moda ainda não ganhara toda a sua extensão e deixava subsistirem amplos aspectos da vida coletiva sob o jugo da tra-

⁶ Charles Blondel, *Introdução à psicologia coletiva*, p. 101.

⁷ Gabriel Tarde, *op. cit.*, p. 269.

dição e da autoridade do passado, mas que não se pode prolongar tal e qual num tempo em que a economia, a cultura, o sentido, a existência cotidiana encontram-se regulados pelo efêmero e pela sedução.⁸

Thorstein Veblen foi outro autor que dedicou atenção à moda. O alcance de sua obra pode ser comprovado ainda hoje por meio dos textos de Jean Baudrillard e Christopher Lasch, que analisam o consumismo e a cultura moderna. Esses autores retomam a idéia de Veblen de que a moda, entre outras coisas, é uma das formas nocivas de consumismo e que suas constantes mudanças se explicariam pelo desejo eternamente frustrado de se escapar da feiúra dos estilos irracionalmente impostos.⁹ Para o sociólogo americano, a moda é, antes de tudo, a expressão mais perfeita daquilo que denominou *consumo conspícuo*. Segundo ele,

há outros modos de pôr em evidência a nossa situação pecuniária (...) mas o dispêndio com o vestuário leva vantagem sobre a maioria, pois o nosso traje está sempre em evidência e proporciona logo à primeira vista uma indicação da nossa situação pecuniária a todos quantos nos observam.¹⁰

Assim, as variações da moda estariam relacionadas às necessidades das classes superiores que, obrigadas a conquistar honra e prestígio, deveriam exibir luxo, manifestar ostensivamente suas boas maneiras e, em especial, adotar constantemente as novidades nos estilos de vestuário e na ornamentação pessoal.

Mas, além de ser uma demonstração do consumo conspícuo – revelando que aquele que segue a moda consome bens valiosos em

⁸ *Idem, ibidem*, p. 268.

⁹ A propósito das influências de Veblen nos trabalhos de Jean Baudrillard, ver Alfredo Margarido, “O consumismo não é um pecado mortal”, *Finisterra*, Lisboa, nº 3, 1989. No artigo o autor afirma que Baudrillard radicaliza as fórmulas do sociólogo norte-americano entendendo que o consumo se trata meramente de uma instituição social coercitiva.

¹⁰ Thorstein Veblen, *op. cit.*, p. 98.

excesso –, o vestuário permite, segundo Veblen, possibilidades mais sutis e de maior alcance para aqueles que podem fazer uso dele. Ou seja, o vestuário pode ser não apenas um sinal de riqueza, mas também um elemento que comprova a ausência de qualquer espécie de trabalho produtivo. Nesse caso, o vestuário da moda transforma-se em *insignia do ócio*.

Isso ficaria claro, para o autor, observando-se a moda adotada no século XIX pelas mulheres das classes superiores. Afinal, a elas cabia realçar a aptidão para o dispêndio dos maridos e mostrar que efetivamente não realizavam qualquer atividade produtiva. Daí as modas dos chapéus pouco práticos, dos calçados de saltos altos, das saias que tolhiam os movimentos, dos cabelos excessivamente compridos e, especialmente, do incômodo espartilho, prova irrefutável de que a “mulher civilizada” era incapacitada para o trabalho e, ainda, economicamente dependente do homem.

A concepção de moda de Veblen, baseada na teoria do consumo conspícuo, dá ênfase a uma das características mais visíveis da moda, qual seja, o seu poder de distinguir, de revelar por meio do vestuário, a posição social do portador. Entretanto, o autor reduz sua análise a esse aspecto, não observando que a moda, ao mesmo tempo que responde às necessidades de uma determinada classe, satisfaz desejos pessoais de afirmação. Em outras palavras, talvez tenha faltado a Veblen perceber que se o ritmo das mudanças da moda se acelerou a partir do fim da Idade Média, isso não se deveu apenas às disputas entre a nobreza e a burguesia, que o desenvolvimento da indústria e do comércio fez surgir nas cidades medievais. Mais do que isso, a partir do Renascimento, como afirma Agnes Heller, “a auto-realização e a autofruição da personalidade transformaram-se num objetivo”.¹¹ Por isso, o interesse despertado pela moda precisa ser entendido também como uma necessidade de afirmação da personalidade.

Entre os autores que se destacaram por suas contribuições para o estudo da moda no século XIX, Georg Simmel foi aquele que mais aprofundou as questões tratadas anteriormente por Tarde, Spencer e Veblen. Como eles, Simmel também baseou sua concepção de moda

¹¹ Agnes Heller, *O homem do Renascimento*, p. 165.

nas idéias de imitação e distinção, não tendo, entretanto, restringido sua análise a esses dois aspectos.

Ao contrário, o sociólogo alemão alargou a discussão sobre o tema, abordando questões como a arbitrariedade da moda, a antimoda, moda e inveja, moda e ritmo social, entre outras. Além disso, foi um dos primeiros autores a perceber a relação entre a vida nas cidades, o individualismo e o desenvolvimento da moda nas eras industriais.

Simmel, que fez da formação da individualidade um dos temas mais constantes de suas obras, entendia que quanto mais rica a participação do indivíduo na vida social – quanto maior o número de círculos a que pertença – mais forte é a sua independência e mais nítida a sua personalidade. Para ele, as grandes cidades são responsáveis por gerar essa tomada de consciência da subjetividade do homem, ao promoverem a movimentação das pessoas em círculos sociais mais vastos, o que não acontecia no ritmo uniforme da vida rural.

Dessa forma, seriam as grandes cidades o espaço privilegiado para o desenvolvimento da moda. Primeiro porque, ao acentuarem a individualidade, dão novo *status* à apresentação e aos cuidados pessoais com a aparência, sendo a moda uma das formas de exteriorizar a personalidade de cada um. Segundo porque nelas se dava mais facilmente o progresso econômico das camadas inferiores, o que facilitava o seu acesso a vários bens de consumo. Tudo isso acabava por alterar o ritmo das mudanças da moda: afinal, se as camadas inferiores conseguiam imitar as mais altas, estas deveriam rapidamente adotar novas modas como forma de se distinguir socialmente.

Simmel mostra, dessa maneira, que – sem deixar de lado o esquema da imitação e da distinção – é possível elaborar uma análise da moda que tenha em mente uma compreensão histórica do fenômeno. Mas, embora enfatize a ascensão da classe média, a industrialização e a vida nas grandes cidades como aceleradores da moda, Simmel também insiste que ela sempre existiu, ou que a moda “é um fenômeno constante na história de nossa espécie”,¹² reafirmando o que Spencer e Tarde haviam dito antes.

As premissas desses quatro autores relacionadas à abrangência da moda e a características como a imitação e a distinção são

¹² Georg Simmel, *op. cit.*, p. 91.

adotadas, repensadas e criticadas em inúmeros trabalhos que surgem nas primeiras décadas do século XX. A partir daí, a moda torna-se um tema cada vez mais comum às ciências humanas, em áreas que vão da psicologia à história, passando pela filosofia, pela sociologia e pela antropologia.

Mas, além de interessar a essas áreas, a moda continua a ser objeto das histórias do vestuário e do costume, que, desde o século XIX, fornecem informações valiosas sobre os cuidados com a aparência ao longo dos séculos. Dentro dessa categoria, há de se ressaltar que algumas obras mais recentes ultrapassam a mera preocupação em descrever e datar as modificações nas vestimentas. É o caso dos trabalhos de James Laver, François Boucher e, em especial, de Yvonne Deslandres.¹³

Ao analisar o interesse das ciências humanas pela moda, vemos que no início do século XX foram fundamentais os trabalhos surgidos na antropologia e na psicologia.

A antropologia voltou-se principalmente para a função dos trajes. Foram as primeiras explorações de etnólogos e os estudos sobre as sociedades primitivas que possibilitaram que se questionasse gradualmente os trajes europeus. Assim, a antropologia demoliu a crença de que a vestimenta é uma coisa necessária – que protege das intempéries das estações –, mostrando que a ornamentação foi a primeira causa da adoção das roupas. Além disso, graças ao trabalho dos etnólogos, percebeu-se que a função ornamental das roupas estava presente tanto nos trajes dos povos civilizados como nos dos primitivos.

Entre os antropólogos que se dedicaram ao assunto está Edward Sapir, autor do texto sobre moda para a *Encyclopedia of the social sciences*, publicada pela primeira vez em 1931. Apesar do cunho informativo do texto, Sapir distancia-se das premissas já consagradas por Thorstein Veblen e Gabriel Tarde. Difere do primeiro porque não vê a moda como mera expressão do consumo ostentatório. E do segundo porque critica os autores que acreditam que as idéias e os modos também estariam sujeitos ao ritmo da moda.

¹³ Cf. James Laver, *A roupa e a moda*; François Boucher, *A history of costume in the West*; Yvonne Deslandres, *Le costume image de l'homme*.

Para Sapir, a moda precisa ser analisada a partir de sua historicidade, ficando incompreensível se retirada do lugar que ocupa num conjunto de convenções. Segundo ele, pretender explicar certos costumes, certos penteados, certos produtos de beleza sem passar por uma análise histórica seria uma utopia. Como exemplo cita a moda das pernas nuas das mulheres do seu tempo, bastante diferentes das pernas e dos pés nus dos povos primitivos dos trópicos.

Assim, a partir dessa abordagem histórica da moda, o autor afirma que é imprescindível reconhecê-la como um fenômeno moderno, que teve seu ritmo acelerado a partir do Renascimento. Para Sapir, o Renascimento é um marco, posto que criou a sede de novidades e multiplicou as escolhas para as sociedades européias. A civilização italiana apareceu então como árbitro do bom gosto, seguida pela francesa, que reina, sem dúvida, até hoje quanto à criação e à difusão da moda. Apesar disso, o antropólogo afirma que o papel do Renascimento é menor do que o da Revolução Industrial e do que o da ascensão do Terceiro Estado, já que aquela desenvolveu as técnicas de difusão e esta alargou consideravelmente a clientela da moda.

Outra questão importante discutida no texto de Sapir refere-se à característica de imitação que a moda possui; imitação entendida por ele como busca de reconhecimento social. Segundo Sapir, a moda sempre foi um símbolo de pertença a uma classe, e os homens sempre observaram as classes superiores as deles; mas, no momento em que escrevia, notava que, quaisquer que fossem os regimes políticos, o tom e a regência da moda já não eram dados pela aristocracia de sangue, mas sim pela burguesia endinheirada. Era um nivelamento social mais aparente do que real, e a riqueza, uma qualidade acidental que se podia adquirir.

Sapir critica os autores que, como Gabriel Tarde, acreditavam que o pensamento, os modos e as formas de viver também seguiam o ritmo da moda. Para ele, a moda veste e dá valor à estética corporal, mas não é à vestimenta nem à aparência que ela se liga, e sim aos seus símbolos. Pode-se abraçar uma religião como se abraça uma coleção Chanel; porém, nem as vestimentas e as aparências, nem as crenças e as atitudes por serem os modos são modas. Se os homens de hoje vestem calça, isto não é moda, é costume. A moda regula o comprimento da calça, impõe suas cores, exige ou elimina a bainha, e

é tudo. Assim, praticar uma religião também não é moda, mas o indivíduo acha fácil trocá-la, resolvendo dar-se os signos de um novo *status*, isto então é moda.

Na área da psicologia, os trabalhos sobre o tema surgiram principalmente a partir da circulação das idéias de Freud. Para Daniel Roche, “a roupa, linguagem do corpo e dos desejos, interessa tanto às pulsões contraditórias e traduz tanto as necessidades através de códigos diversos, que ela acaba tendo um papel muito forte na constituição de uma identidade.”¹⁴ Daí o interesse que a moda desperta nesses estudiosos. Nesse sentido, há uma obra considerada fundamental por analisar a moda pela primeira vez do ponto de vista da psicanálise. Trata-se de *The psychology of clothes*, de J. C. Flügel, publicada em 1930.¹⁵

Flügel considerava que três razões principais – decoração, pudor e proteção – eram as motivações profundas que levariam a humanidade a dedicar energia e interesse ao vestuário.

Para ele, quanto à decoração e ao pudor, nossa atitude em relação às roupas é ambivalente. Ao mesmo tempo em que, por um lado, desejamos enfeitar-nos e mostrar-nos, por outro, queremos nos esconder, passar despercebidos, coisas diametralmente opostas. Assim, a moda tentaria conciliar duas coisas inconciliáveis: expor e valorizar o físico e, ao mesmo tempo, deixar o pudor em segurança.

Por isso, segundo Flügel, a moda tem tentado se manter sempre como um compromisso entre a modéstia e o erotismo; como a sexualidade aberta é reprimida nas sociedades “civilizadas”, ela tem de se exprimir de maneira sutil, sempre em luta contra a modéstia e a vergonha.

Nesse livro, Flügel aborda também as causas e o porquê da existência da moda. Apoiado nas idéias de Spencer, considera que a causa essencial da moda é a rivalidade, sendo esta não apenas de ordem social, como crê o sociólogo inglês, mas também de ordem sexual. Para ele, o adorno tem uma dimensão sexual e social, com seus aspectos sedutores – segundo o gosto dominante –, servindo à atração

¹⁴ Daniel Roche, *La culture des apparences – une histoire du vêtement, XVII^e– XVIII^e siècle*, p. 39.

¹⁵ O texto utilizado por nós é o da edição francesa, traduzido como *Le rêveur nu – de la parure vestimentaire*.

sexual e como signo de *status* social, de riqueza e de poder, em virtude da convenção segundo a qual a toalete é mais cuidada e refinada quanto maior a posição social do seu proprietário. Nesse sentido, a moda muda, segundo Flügel, à medida que seus elementos sexuais e sociais são incorporados pelas classes inferiores, o que faz com que não tenha mais valor para aqueles que estão no topo da pirâmide social.

Flügel considera ainda que o “elemento mais importante e mais visível do fenômeno da moda diz respeito a atenção dada a certas partes do corpo”.¹⁶ A moda, que para ele é algo irracional, raramente se contentaria com a silhueta natural, esforçando-se por valorizar uma parte específica do corpo, que é então tratada como o “centro privilegiado do charme erótico.”¹⁷

O autor mostra então como, ao longo dos séculos, certas partes do corpo são dissimuladas ou reveladas em função do pudor ou da “maior liberação da vida emocional”.¹⁸ Assim, por exemplo, enquanto o espartilho é usado inicialmente para comprimir e esconder os seios, no Renascimento – quando a roupa feminina começa a expressar maior erotismo – ele passa a ser utilizado de forma a valorizá-los, ou melhor, sublinhá-los.

Sobre Flügel, é interessante observar ainda que o psicanalista defendia nessa obra não só o fim da moda, como também a abolição total das roupas. O autor – para quem as vestimentas deveriam ser bonitas, higiênicas, baratas, confortáveis e práticas – acreditava que, na busca do máximo de prazer no vestuário e num processo de reconciliação com seu gosto estético e com suas formas, o homem não teria mais necessidade “das variações ou correções estéticas, dos efeitos das emendas e dos engrandecimentos do corpo, que são feitos através do vestuário (...). Na realidade, já não haveria mais necessidade de se usar roupas, a não ser com o fim de proteção (...).”¹⁹

A sociologia, que desde Spencer se vinha ocupando em estudar a relação da sociedade com a moda, não deixou de fazê-lo no decorrer do século XX. Entre os inúmeros trabalhos que se destacam por

¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 151.

¹⁷ *Loc. cit.*

¹⁸ *Loc. cit.*

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 217.

tratar do tema por esse viés, está *Sociologie de la mode*, de René König, publicado no final da década de 1960.

Para realizar seu estudo, König afirma que vai operar três *démarches*. Em primeiro lugar, detém-se nas manifestações imediatas da moda, que “se apresentará como uma das leis importantes da dinâmica social, caracterizada por uma duração especialmente breve”.²⁰ Aliás, para ele, esse é o aspecto da moda que mais salta aos olhos e para o qual se volta a maioria dos autores que escrevem sobre o assunto. Em segundo lugar, ele se ocupa das origens da moda. E, por fim, tenta retratar as ramificações nas quais a moda ultrapassa o simples aspecto do vestuário; só nesse momento, então, ele vai esboçar *uma história da moda*.

Com isso, König tem por objetivo estudar os laços particulares que existem entre a moda e a sociedade. Ele se propõe a ver esses laços, por um lado, sob o ângulo dos pressupostos psicológicos e sociais que estão na origem da moda e, por outro, sob o ângulo das suas conseqüências sociais, econômicas e culturais. Seu interesse não é o conteúdo da moda, que, para ele, varia no interior de cada civilização em função do grau de evolução, da época e do sistema econômico e político. O que vai preocupá-lo são os grandes princípios que intervêm na origem da moda, princípios cujas principais funções ele vai tentar determinar.

Nos anos de 1980, outro sociólogo destacou-se por seu trabalho relativo ao tema. Foi Gilles Lipovetsky com *O império do efêmero*.

O sociólogo francês inicia seu trabalho com uma provocação. Afirma que a questão da moda não faz furor no mundo intelectual e quase não aparece no questionamento teórico das “cabeças pensantes”. A partir daí, critica a acomodação da comunidade acadêmica que adotou sobre o assunto um credo comum – a explicação simplista de que a lógica inconstante da moda pode ser entendida apenas a partir dos fenômenos de estratificação social e das estratégias mundanas de distinção honorífica. Para ele, a propósito da moda, a intelectualidade não fez outra coisa a não ser repetir as idéias de Spencer sobre moda e distinção social.

²⁰ René König, *Sociologie de la mode*, p. 15.

Lipovetsky propõe-se então a pensar a moda de uma nova maneira, levando em conta, em primeiro lugar, a sua historicidade. Dessa forma, divide o livro em duas partes: uma tem por objeto a moda no sentido estrito e cobre mais de seis séculos de história. A outra “analisa a moda em suas múltiplas redes, dos objetos industriais à cultura midiática, e da publicidade às ideologias, da informação ao social, e aplica-se a uma duração histórica muito mais curta”.²¹

Com isso, ele pretende, por um lado, compreender a emergência da moda no final da Idade Média, assim como as linhas principais de sua evolução a longo prazo. Por outro, entender a ascensão da moda ao poder nas sociedades contemporâneas. Para tal, dirige seu olhar para o vestuário, segundo ele, o “domínio arquetípico da moda”.

Se *O império do efêmero* sacudiu e provocou polêmica nos meios intelectuais franceses, isso se deve, em grande parte, à análise que o autor faz do papel da moda nas sociedades contemporâneas. Com uma linguagem demolidora, ele tenta demonstrar que se a moda está no comando de nossas sociedades não é preciso atormentarmo-nos com isso. Afinal, “a moda não se identifica de modo algum a nenhum neototalitarismo suave, mas permite, bem ao contrário, a ampliação do questionamento público, a maior autonomização das idéias e das existências subjetivas; é o agente supremo da dinâmica individualista em suas diversas manifestações”.²²

Um outro trabalho que despertou a atenção dos meios intelectuais por seu aspecto inovador foi *Sistema da moda*, de Roland Barthes, o primeiro a fazer da moda um objeto de estudo para a semiologia.²³ Esse livro, considerado pelo autor um trabalho metodológico, tem como objeto a análise estrutural do vestuário feminino tal qual ele é descrito pelos jornais de moda.

No método proposto por ele, Barthes observa que para se estudar o vestuário da moda é preciso identificar a existência de três níveis de vestuário: o vestuário real, o material ou a forma efetiva-

²¹ Gilles Lipovetsky, *op. cit.*, p. 12.

²² *Idem, ibidem*, p. 16.

²³ Sobre o tema cf. do mesmo autor *Histoire et sociologie du vêtement*, de 1957, e *Langage et vêtement*, de 1959.

mente usada pelas pessoas; o vestuário imagem, aquele reproduzido por desenhos ou fotografias; e o vestuário escrito, ou como esses desenhos e fotografias são transformados em linguagem. Uma vez definidas essas estruturas, Barthes opta por trabalhar com o vestuário escrito, e justifica: “A importância do vestuário escrito confirma bem que existem funções específicas da linguagem de que a imagem não poderia encarregar-se, qualquer que seja o seu desenvolvimento na sociedade contemporânea”.²⁴

Assim, partindo da descrição do vestuário escrito, Barthes vai revelando a sua teoria, que se fundamenta na idéia da irracionalidade da moda. Para ele, a moda é um sistema fechado e arbitrário, e os significados que gera são inteiramente relativos. “A moda não evolui, antes muda: seu léxico é novo, a cada ano, como o de uma língua que guardasse sempre o mesmo sistema, mas mudasse brusca e regularmente ‘a moeda’ de suas palavras.”²⁵

Barthes afirma ainda que a moda ao mesmo tempo que edifica um sistema estrito de signos dá a eles a aparência de *meras razões*, afinal, já que a moda é tirânica e seus signos arbitrários, ela deve convertê-los em fato natural ou lei racional. Assim, a moda é, segundo ele, um sistema de signos responsável por transformar o arbitrário em natural. Nesse caso, mesmo as mudanças mais absurdas e sem sentido que a caracterizam acabariam por parecer naturais.

Nesse trabalho, o semiólogo francês investiga ainda a relação entre história e moda. Apoiando-se na obra de A. L. Kroeber, afirma que a história não intervém no processo da moda:

salvo para apressar facilmente certas mudanças nos casos de grandes reviravoltas históricas. De qualquer modo, a história não produz formas, não se pode nunca explicar analiticamente um estado de moda, não há relação analógica entre o Diretório e a cintura alta.²⁶

E, embora reconhecendo que a “palavra diacronia pode chocar a historiadores”, observa que ela é a mais apropriada para se referir a

²⁴ Roland Barthes, *Sistema da moda*, p. 12.

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 203.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 279.

um fenômeno ao mesmo tempo temporal e a-histórico como é a moda. Em resumo, Barthes vê a moda como um signo arbitrário, que não tem função nem história e que, por meio da linguagem, procura dotar de razão algo que é completamente irracional.

Para finalizar, e a propósito das relações entre moda e história, vejamos como os estudiosos dessa área se têm relacionado com o tema.

Desde o século XIX, a moda está presente nos trabalhos dos historiadores, especialmente daqueles que se voltaram para a história cultural. Esse é o caso de Jacob Buckhardt, que em um dos capítulos de *A cultura do Renascimento na Itália* trata do “refinamento exterior da vida”, ou seja, das roupas e da moda, dos artigos de toucador, do asseio, das boas maneiras, do conforto e da elegância.

Mais de um século depois, outro historiador destaca-se por abordar a moda em uma de suas obras mais completas. Trata-se de Fernand Braudel e de seu livro *Civilisation matérielle et capitalisme*.

É certo que Braudel, como grande parte da segunda geração dos *Annales*, não se interessava vivamente pela história das mentalidades.²⁷ Isso explica porque a moda e, de uma forma geral, os costumes aparecem nessa obra apenas como elementos da cultura material de um povo. Por isso, como afirma Peter Burke, “se algo importante está faltando nesse brilhante estudo da ‘cultura material’, é certamente o domínio do simbólico.”²⁸

De qualquer forma, nesse livro Braudel traça um grande painel da difusão da moda entre os séculos XV e XVIII, mostrando como ela era essencialmente um fenômeno europeu, que só se impôs, em realidade, após 1700. Trabalhando com a relação entre moda e mobilidade social, o historiador francês explica a estabilidade dos costumes nas sociedades orientais, onde a moda pouco variou no decorrer de três séculos, como é o caso da Argélia.

Ao fazer uma espécie de história dos costumes, Braudel analisa o aparecimento e a adoção das modas a partir da preponderância de

²⁷ Uma das exceções é Philippe Ariès. Do autor cf. entre outros: “A história das mentalidades”, em Jacques le Goff (org.), *A história nova e História social da criança e da família*.

²⁸ Peter Burke, *A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales, 1929-1989*, p. 61.

certos reinos. Apesar disso, admite que isso só não basta para explicar a difusão da moda, até porque existem sempre as “dissidências, as aberrações e as lentidões”,²⁹ que são o desespero dos historiadores do costume. Isso se comprovaria com a corte de Valois de Borgonha, que, muito próxima da Alemanha e muito original também, se recusava a seguir a moda da corte francesa.

Por fim, Braudel trata da abrangência da moda, afirmando que ela não se relaciona apenas ao vestuário, mas às maneiras de comer, de andar e, até mesmo, de saudar as pessoas. Assinala ainda a importância de se ver “as realidades da vida material – alimentos, bebidas, habitação, vestuário, enfim, a moda –”³⁰ não apenas como domínio das coisas, mas sim no domínio das “coisas e das palavras”.³¹

Se Braudel aponta nesse livro a necessidade de se analisar as “linguagens da moda”, é no entanto a *terceira geração dos Annales* que vai pôr em prática essa intenção do autor.

Dessa geração, que segundo Peter Burke se caracteriza pelo policentrismo, um grupo em especial interessa-nos: aquele que se dedicou a continuar o projeto de Lucien Febvre, estendendo as fronteiras da história, de forma a incorporar novos temas aos seus trabalhos.

Dentro desse contexto, a moda não poderia ficar de fora. É certo que o tema não se constituía uma novidade nas obras dos historiadores; entretanto, a interdisciplinaridade levada a efeito por essa geração favoreceu o aparecimento de trabalhos com enfoques diferentes dos que haviam surgido até então. É o caso de *La culture des apparences*, de Daniel Roche, uma das obras mais inovadoras a tratar das vestimentas e da moda.

“Mesclando seus interesses pela antropologia histórica, (...) com os mais rigorosos métodos do seu antigo mestre Labrousse”³² – que tanto fascínio exerceu na geração de Braudel –, o autor propõe-se a escrever uma história social do vestuário do início da França moderna. Para ele, rever a problemática da história do vestuário é um modo

²⁹ Fernand Braudel, *Civilisation matérielle et capitalisme – destins du monde, XV^e-XVIII^e siècles*, p. 239.

³⁰ *Idem, ibidem*, p. 249.

³¹ *Idem, ibidem*, p. 250.

³² *Idem, ibidem*, p. 93.

de se chegar ao centro da história social. É um meio também de tentar ver como podem entrecruzar-se os efeitos variados de diferentes modelos ideológicos que, coexistindo, disputavam o regulamento das condutas e dos hábitos.

Para efetuar seu projeto de fazer uma história do vestuário dos séculos XVII e XVIII, Daniel Roche segue o seguinte percurso: em primeiro lugar, reflete sobre o consumo das vestimentas em Paris, percebendo posses, hierarquias e usos; a seguir, reconstrói o caminho social e comercial das roupas; por fim, tenta ver como entre a realidade e as representações das aparências se relacionam as mudanças incessantes do vestuário. De modo geral, por meio de um estudo da cultura material, objetiva reconhecer a especificidade histórica, para a época moderna, da cultura das aparências.

Sobre o trabalho que empreende, o autor afirma que partiu dos problemas e dos fatos:

Os problemas são aqueles que se colocam aos historiadores da minha geração: as possibilidades e a extensão da história cultural, as interrogações de uma história social desejosa de compreender a interdependência dos fatos sociais, os questionamentos de uma história da cultura material que não seja dirigida pelo imperialismo técnico-econômico.³³

Ao estudar o consumo de produtos da moda, Roche afirma que a aquisição e a propriedade dos bens refletem o funcionamento dos mecanismos sociais, assim como questionam o conjunto das normas das sociedades, tanto religiosas e morais como políticas. Assim, “a totalidade das convenções que regem a aquisição e a propriedade das roupas, seus usos, sua força demonstrativa, oferecem a vantagem de fazer sentir a imbricação da cultura material e dos imperativos morais ou filosóficos.”³⁴

Enquanto na Europa, desde o século XIX, surgem trabalhos interessados em analisar o papel da moda nas sociedades ocidentais, no

³³ Daniel Roche, *op. cit.*, p. 478.

³⁴ *Loc. cit.*

Brasil isso ocorreu apenas nas primeiras décadas do século XX. Até então, a moda esteve confinada às páginas dos jornais femininos, aos manuais de etiqueta que circulavam na Corte, às teses médicas e a romances como os de José de Alencar e Machado de Assis. No decorrer do século XIX, ela foi também objeto da atenção dos viajantes,³⁵ que descreveram trajes, modas e modos de homens e mulheres de províncias como o Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco.

É a partir da década de 1920 que aparecem no Brasil trabalhos que tratam do tema. Alguns mais gerais se referem à moda ao abordar os costumes de uma determinada época; outros se dedicam exclusivamente a ela, embora, nesse caso, existam até hoje poucos livros. Entre as obras que merecem destaque, estão: *Três séculos de moda no Brasil*, de João Afonso, de 1923; *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*, de Luís Edmundo, de 1932; *Salões e damas do Segundo Reinado*, de Wanderley Pinho, de 1941; *O Rio de Janeiro imperial*, de Adolfo Morales de los Rios, de 1946; *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, de Maria Beatriz Nizza da Silva, de 1977; *80 anos de moda no Brasil*, organizado pela editora Nova Fronteira em 1987 e *Moda, luxo e economia*, de José Carlos Durand, de 1988. Mas os trabalhos mais relevantes são aqueles de Gilberto Freyre e Gilda de Mello e Souza.

Gilberto Freyre abordou o tema em obras como *Casa grande e senzala*, publicado em 1933, *Sobrados e mucambos*, de 1936, e, é claro, em *Modos de homem & modas de mulher*, de 1987.

Ao longo dos dois primeiros livros, e tendo como referência a obra dos viajantes e as teses médicas, Freyre analisa o papel da moda no Brasil durante o século XIX, dentro do chamado “desassombramento”³⁶ ou da substituição da arquitetura, da alimentação e dos costumes orientais pelos ocidentais. Partindo desse processo de assimilação dos padrões ingleses e franceses de vestimenta ou da europeização dos trajes que se acentuou sobretudo no Segundo

³⁵ Cf. entre outros: Adolphe d'Assier, *Le Brésil contemporain*; Charles Expilly, *Les femmes et les mœurs au Brésil*; Maria Graham, *Journal of a voyage to Brazil and residence there during 1821, 1822, 1823*; Daniel P. Kidder e J. C. Flechter, *Brazil and the brazilians*; Ida Pfeiffer, *Voyage autour du monde*.

³⁶ Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, vol. 2, p. 430.

Reinado, Freyre aborda diversas questões referentes à moda. Dentre elas, as mais significativas são a deformação do corpo feminino com a adoção do espartilho e a condenação dos médicos a essa prática; a inadequação dos trajes europeus, que possuíam cores, formas e tecidos impróprios ao clima tropical; a diferenciação no papel das roupas para os homens e as mulheres, aprofundada no século XIX; as exigências do espaço público que obrigavam as mulheres a andar bem vestidas e cuidadas na rua, ao passo que em casa mal se distinguiam das “mulheres de mucambos”,³⁷ e, ainda, a superornamentação masculina, que, para Freyre, era uma forma de marcar as diferenças de classe, e que vai sendo aos poucos abandonada em troca de outros símbolos de distinção.

Em *Modos de homem & modas de mulher*, livro em que reúne uma série de artigos, o sociólogo retoma essas questões e ainda trata dos padrões de beleza e da moda da década de 1980. Além disso, Gilberto Freyre discute as modas dos estilos arquitetônicos, os novos tipos de residência, a modernidade brasileira e até moda e ecologia. Porém, o mais interessante a observar nessa obra é a diferenciação que o autor faz dos “modos de homem” em relação às “modas de mulher”.

Quando se diz do homem que vem sendo, favorecido por circunstâncias, um maior criador de modos de ser, de agir, de decidir, de construir, do que a mulher, superior na criação de modas, de vestir, de criar filho, de ser religiosa, de pentear, de calçar, de cozinhar, de fazer doce, não se subestima a mulher nem se deixa de estimar o valor representado pelas modas.³⁸

Segundo ele, a grande diferença entre modos e modas é que os modos de homem tendem a ser menos ostensivos do que as modas de mulher, o que não significa que as modas tenham conotação estritamente feminina. Mas, Freyre enfatiza, “a moda é como uma expressão ou como um complemento de beleza, de elegância, de físico,

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 100.

³⁸ *Idem, Modos de homem e modas de mulher*, p. 12.

de característico antropológico, de personalidade mais de mulher do que de homem.”³⁹

Já os modos, que aparecem segundo ele cotidianamente em expressões como “homens de bons modos”, “homens de modos finos”, correspondem “às maneiras, feições ou formas particulares e até jeitos, artes e comedimentos próprios de homens bem-educados, de homens habilidosos, de homens requintados nos seus comportamentos, ou, particularmente, nos seus meios, civilizados e civilizantes de expressão”.⁴⁰

Podemos analisar a distinção que Gilberto Freyre faz entre modos de homens e modas de mulher pelo fato de o homem burguês, no decorrer do século XIX, ter-se despojado nos trajes, renunciando aos elementos que neles se mostravam como símbolos de riqueza e à própria ornamentação das roupas. A mulher, por sua vez, incorporou, cada vez mais, aquilo que sintetiza a essência da moda: a mudança constante dos estilos dos trajes e dos acessórios.

Por isso, o sociólogo acredita que a moda está intimamente associada à mulher, uma vez que as roupas e os acessórios masculinos – alterados mais lentamente e de forma menos visível ainda hoje – têm um caráter conservador, característico dos modos.

Outra importante contribuição deve-se a Gilda de Mello e Souza, autora do mais completo estudo sobre a moda no Brasil do século XIX. O trabalho, originalmente sua tese de doutoramento escrita em 1950, só alcançou um público mais amplo ao ser publicada em 1987 com o título de *O espírito das roupas: a moda no século XIX*.

A importância desse livro deve-se, em primeiro lugar, ao ineditismo do tema abordado, ineditismo que segundo a autora fez que ele constituísse, à época em que foi escrito, “uma espécie de desvio em relação às normas predominantes nas teses da Universidade de São Paulo”.⁴¹ Assim, o trabalho, que talvez tenha parecido fútil a alguns, acabou por se transformar, quatro décadas depois, em uma referência obrigatória para os que se interessam pela história da moda do século XIX.

³⁹ *Idem, ibidem*, p. 18.

⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 12

⁴¹ Gilda de Mello e Souza, *O espírito das roupas: a moda no século XIX*, p. 7.

Outro fato importante em relação a esse livro é que nele, pela primeira vez, um autor brasileiro vai analisar a moda tendo como referência os clássicos estudos de Spencer, Tarde, Veblen e Simmel, dentre outros. Além disso, há uma presença marcante da literatura nesse trabalho, por meio dos romances de Balzac, Proust, José de Alencar e Machado de Assis.

A partir dessas referências, a autora discute cinco pontos básicos: primeiro, analisa a relação entre moda e arte, em que questiona a validade de se estudar a moda focalizando-a apenas nos seus elementos estéticos. Para ela, é preciso compreender as injunções sociais que comprometem a moda, inserindo-a “no seu momento e no seu tempo, tentando descobrir as ligações ocultas que mantém com a sociedade”.⁴²

A seguir, aborda o “antagonismo”, mostrando como o século XIX acentua as diferenças dos trajes de homens e mulheres. A partir de então, eles são “regidos por princípios completamente diversos de evolução e desenvolvimento”,⁴³ com a roupa feminina passando da simplicidade à sofisticação, enquanto a masculina, num movimento contrário, sofria um crescente despojamento.

Ao tratar mais especificamente da “cultura feminina”, a autora descreve como a moda foi, no século passado, o único meio lícito de expressão⁴⁴ da individualidade para a mulher.

A questão da “luta de classes” também não foi esquecida e é analisada a partir da forma como as vestimentas podem nivelar ou distinguir classes. Esse capítulo trata ainda das diferenças entre a vida urbana e a rural, mostrando que, no campo, a vestimenta, assim como o interior das moradias, desconhecia a moda.

Finalmente, em “o mito da borralheira” é enfocado o papel das festas na modificação das relações entre os sexos e entre as classes. Para a autora, a festa é um espaço de exceção, em que a moda é fundamental como um “instrumento de luta, quer ela se trave entre os

⁴² *Idem, ibidem*, p. 51.

⁴³ *Idem, ibidem*, p. 59.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 100.

grupos ou entre os sexos”.⁴⁵ Na festa, a roupa simples do dia-a-dia é abandonada, dando lugar ao exibicionismo dos trajes da moda que, por seus elementos de sedução, acabam favorecendo os contatos entre os sexos. Além disso, a roupa correta numa festa podia facilitar, segundo ela, o trânsito entre as classes mais altas dos elementos estranhos a essas camadas.

É importante destacar que um dos grandes méritos da obra de Gilda de Mello e Souza é que, levando em conta os elementos estéticos, psicológicos e sociológicos da moda, a autora analisa brilhantemente seus diferentes significados sem esquecer, em momento algum, de relacioná-la à estrutura social.

Algumas questões teóricas

A discussão teórica a ser empreendida aqui diz respeito basicamente a conceitos e a definições que possibilitem a análise das representações da roupa e da moda no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. Nesse sentido, duas questões fundamentais merecem atenção: a primeira, mais geral, está relacionada à inserção da moda no chamado “processo civilizador”, e a segunda, mais específica, refere-se à discussão de um conceito fundamental para nossa pesquisa, qual seja, o conceito de distinção.

Ao definir o lugar teórico deste trabalho, acreditamos que é na Sociologia e, em especial, nas obras de Norbert Elias e Pierre Bourdieu que reside o instrumental mais adequado à nossa análise. Afinal, as obras desses autores possibilitam que se discuta a problemática da história da moda a partir da perspectiva do “processo civilizador”.

O processo de “civilização dos costumes” estudado por Norbert Elias está relacionado às alterações dos hábitos das sociedades ocidentais que, entre os séculos XII e XVIII, vão abandonando antigos costumes “bárbaros” em nome dos preceitos da civilidade. *Grosso modo*, para Elias, as sensibilidades e os comportamentos são, nesse período, profundamente modificados por dois fatos fundamentais: o

⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 151.

monopólio da força, originado com a instauração das monarquias absolutistas, e o estreitamento das relações pessoais, o que implicava forçosamente um controle mais rígido das emoções e dos afetos.

Nesse processo de longa duração, a sociedade de corte merece atenção. A vida de corte, segundo Elias, exigia dos que dela participavam caracteres psicológicos específicos, que não eram comuns a todos os homens: a arte de observar os outros e a si mesmo, a censura dos sentimentos, o domínio das paixões, a incorporação das disciplinas que regulavam a civilidade.⁴⁶

Mas, como bem observou Elias, essas características não eram comuns a todos. Por isso, a generalização dos comportamentos e dos condicionamentos próprios da sociedade de corte – ditos civilizados – não deve ser entendida como uma simples difusão, que atingiria progressivamente todo o corpo social a partir de uma elite que o domina.

Ela é antes o resultado de uma luta concorrencial que leva as camadas burguesas a imitarem as maneiras de ser aristocráticas e que, por seu turno, obriga a nobreza da corte a aumentar as exigências da civilidade, no intuito de voltar a atribuir-lhe um valor discriminativo. Esta competição pela apropriação ou, contrariamente, a confiscação perpetuada da distinção, é o motor principal do processo de civilização, uma vez que conduz ao aumento dos requintes do *savoir-vivre* à multiplicação das interdições, ao agravamento do nível das censuras.⁴⁷

Em outras palavras, isso significa que as alterações nos códigos de civilidade efetuadas particularmente entre os séculos XV e XIX – que se referem, entre outras, às normas de higiene e aos comportamentos em geral – acabaram servindo para erigir barreiras e deixar visíveis os traços que distinguiram o homem civilizado.

O desenvolvimento da moda e as mudanças nos seus estilos também estão ligados, num certo sentido, ao “processo civilizador”. Para Gilles Lipovetsky, foi “desse lento trabalho de civilização dos costu-

⁴⁶ Norbert Elias, *A sociedade de corte*.

⁴⁷ Roger Chartier, “Formação social e *habitus*”, *A história cultural – entre práticas e representações*, p. 115.

mes e dos prazeres, desse novo ideal estatizado e refinado que saiu a moda; ela de algum modo preparou-se historicamente mais de dois séculos antes, com o advento do espírito cortês...”⁴⁸

A partir de uma estratégia de sedução, própria do amor cortês, é que foram possíveis, segundo Lipovetsky, as modificações na estrutura das roupas masculinas e femininas, que se tornaram, a partir de 1350, radicalmente diferentes, com o traje sexualizando como nunca a aparência.

É também a partir do espírito cortês, “de sua aspiração à alegria terrena e às felicidades do mundo: alegria de combater nas guerras e torneios, alegria de caçar, festas e festins faustosos, prazeres dos jogos e da poesia galante, amor da exibição e dos espetáculos”⁴⁹ que se produziu o gosto pelas frivolidades, a prática dos prazeres no qual se originou o interesse pela moda.

Contudo, não é apenas como aspiração a uma vida mais bela ou como um refinamento dos gostos, a partir do espírito cortês, que a moda está inserida no “processo civilizador”. Como manifestação desse processo, a moda serviu sobretudo para distinguir e diferenciar homens e mulheres de diversos estratos sociais.

Alguns autores como Gilles Lipovetsky consideram que o “paradigma sociológico da distinção de classes” não é suficiente para explicar o surgimento da moda e as constantes variações no seu conteúdo, reconhecem, porém, que é inegável que a “moda não é estranha aos fenômenos de rivalidade social (...) e que o consumo das classes superiores obedece essencialmente ao princípio do esbanjamento ostentatório, e isso a fim de atrair a estima e a inveja dos outros”.⁵⁰ Nesse sentido, Lipovetsky resgata as teorias de Spencer, retomadas por Tarde, Veblen e Simmel, quanto ao caráter de distinção e imitação presente na moda. Segundo esses autores, a moda, assim como os preceitos da civilidade, teria suas mudanças explicadas pelo desejo de afirmação de classe, o que gerava a imitação dos trajes e seu subsequente abandono, à medida que eram adotados pelas camadas inferiores da sociedade. Simmel, por exemplo, afirma que:

⁴⁸ Gilles Lipovetsky, *op. cit.*, p. 63.

⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 62.

⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 55.

A moda é imitação de um modelo dado e satisfaz assim a necessidade de o indivíduo manter-se na sociedade; conduz as pessoas pelo caminho que todos seguem. Mas não menos, satisfaz a necessidade de distinguir-se, a tendência à diferenciação, à mudança. Consegue isto, por um lado, pela variação de seus conteúdos, que presta certa individualidade à moda de hoje, em face da de ontem e da de amanhã. Mas o consegue mais energicamente pelo fato de que as modas são sempre modas de classe, já que as modas da classe superior se diferem daquelas da classe inferior e são abandonadas no momento em que esta começa a apropriar-se delas.” A moda significa portanto, “uma união de iguais, a unidade de um círculo que ela define e, conseqüentemente, o fechamento hermético deste círculo aos inferiores, que ficam caracterizados por serem excluídos dele.”⁵¹

Também relacionando moda à distinção social, o sociólogo francês Pierre Bourdieu aprofunda as questões apreciadas por esses estudiosos.

Bourdieu, que tem pontos de contato com Norbert Elias, dedicou-se, por meio da sociologia do gosto – que se revela nas opiniões emitidas espontaneamente, nas apreciações estéticas ou no consumo de objetos culturais –, a pensar os mecanismos de diferenciação ou de afirmação da distância nos grupos sociais dominantes. Para ele, a dinâmica da distinção social não se esgota no conflito simbólico pela imposição de uma determinada representação da sociedade, mas se estende na produção de novos gostos socialmente diferenciadores e no abandono progressivo das práticas culturais quando estas são apropriadas pelas camadas inferiores. Segundo Bourdieu,

(...) a distinção não implica necessariamente, como freqüentemente se crê, na esteira de Veblen e da sua teoria do *conspicuous consumption*, a procura da distinção. Todo o consumo e, mais geralmente, toda a prática, é *conspicuous*, visível, quer tenha sido ou não realizado a fim de ser visto, ele é distintivo quer tenha sido

⁵¹ Georg Simmel, *op. cit.*, p. 91.

ou não inspirado pela intenção de dar nas vistas, de se singularizar, de se distinguir ou de agir com distinção.⁵²

Articulando o pensamento de Norbert Elias e Pierre Bourdieu a propósito da moda e de seu papel no “processo civilizador”, temos algumas referências teóricas importantes para este trabalho.

Essas referências permitem que se compreenda a importância de que se revestiu a moda para a “boa sociedade” do Rio de Janeiro, especialmente na segunda metade do século XIX. Nesse período, e dentro de um processo amplo de europeização dos costumes, a moda adquire uma função capital, tornando-se elemento caracterizador de uma sociabilidade moderna e marca de distinção social.

A europeização dos costumes foi, em linhas gerais, o processo no qual uma sociabilidade baseada na adoção de valores estrangeiros teve lugar no Rio de Janeiro, após a chegada da Corte. Nesse processo, os cuidados com a higiene, a correção dos modos, as boas maneiras à mesa e a adequação e distinção no vestir foram os elementos caracterizadores de uma etapa na qual a “boa sociedade” se civilizava.

É preciso ressaltar também o papel da vida de corte para a incorporação dos costumes europeus, pois desde a chegada da Família Real e, em especial, no Segundo Reinado, os salões e as festas incentivaram, entre outras coisas, a adoção de modas estrangeiras.

A europeização dos costumes, uma exigência que se impôs à “boa sociedade”, será examinada mais adiante quando tratarmos do Rio de Janeiro como espaço privilegiado para a difusão da moda. Por enquanto, seria interessante observar que ela correspondeu, num certo sentido, ao “processo civilizador” analisado por Elias.

Tendo em vista que a partir da chegada da Família Real a “boa sociedade” da Corte iniciou uma etapa de transformação visando igualar-se, na aparência, aos europeus, pode-se compreender como, no decorrer do século XIX, a moda assim como o polimento nos costumes e o refinamento do gosto vão ser importantes na definição dos membros daquela camada.

⁵² Pierre Bourdieu, “Espaço social e gênese das classes”, *O poder simbólico*, p. 144.

No que se refere à moda, particularmente, vemos que, com a imitação dos padrões vestimentários ingleses e franceses, a “boa sociedade” do Rio de Janeiro pôde deixar visível o lugar que ocupava na sociedade. Afastando-se das outras camadas, com a adoção contínua das novidades européias, a “boa sociedade” fez da moda um dos seus atributos, marca de sua posição social.

Por isso, é importante retomar a análise de Pierre Bourdieu, que trata de forma sofisticada a questão da distinção. Segundo o sociólogo francês, o espaço social e as diferenças que nele se desenham tendem a funcionar simbolicamente como “espaço dos estilos de vida” ou como um conjunto de “grupos caracterizados por estilos de vida diferentes”.⁵³ Para ele, a distinção é

(...) a diferença inscrita na própria estrutura do espaço social quando percebida, segundo as categorias apropriadas a essa estrutura (...). O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo óbvio”.⁵⁴

A partir de Bourdieu, trabalhamos com a idéia de que a moda pode caracterizar-se como um “sinal distintivo” e como um “sinal de distinção”. Ela é um “sinal distintivo” quando não intenciona ser reconhecida como “capital simbólico”, e um “sinal de distinção” quando se manifesta como uma diferença reconhecida, legitimada e aprovada como tal.⁵⁵

No que se refere à “boa sociedade” do Rio de Janeiro, vemos que a moda possuía um duplo sentido: ela se caracterizava tanto como um “sinal de distinção” quanto como um “sinal distintivo”.

Entre os membros da “boa sociedade”, a moda aparecia como um “sinal distintivo”. Por meio dela, revelavam a sua vontade de

⁵³ *Loc. cit.*

⁵⁴ *Loc. cit.*

⁵⁵ *Loc. cit.*

singularizar-se, de distinguir-se, de dar nas vistas, ao mesmo tempo que demonstravam uma igualdade no vestuário tanto com os europeus como com os outros membros da camada a que pertenciam. Nesse caso, segundo Bourdieu, para aqueles que não conseguiam ser reconhecidos como membros da “boa sociedade”, a busca da distinção configurava-se como a negação da conduta distinta, porque significava o reconhecimento de uma falta e a confissão de uma aspiração interessada.

Por outro lado, nas relações entre a “boa sociedade” e os outros estratos, a moda funcionava como um “sinal de distinção”, já que a distinção dar-se-ia, no dizer de Bourdieu, de forma “natural”. Ou seja, a “boa sociedade” não precisava da moda para deixar visível suas diferenças em relação às outras camadas, essas diferenças estavam claras na hierarquizada sociedade brasileira do século XIX. Segundo Bourdieu,

(...) os dominantes só aparecem como distintos porque, tendo de alguma forma nascido numa posição positivamente distinta, seu *habitus*, natureza socialmente constituída, ajusta-se de imediato às exigências imanentes do jogo, e que eles podem assim afirmar sua diferença sem necessidade de querer fazê-lo, ou seja, com a naturalidade que é marca da chamada distinção “natural”: basta-lhes ser o que são para ser o que é preciso ser, isto é, naturalmente distintos daqueles que não podem fazer a economia da busca da distinção.⁵⁶

Partindo desses referenciais que nos possibilitam ver a moda como uma demonstração visível da posição social e o Rio de Janeiro do século XIX como um espaço privilegiado para a sua difusão, vejamos como os membros da “boa sociedade” fizeram da moda um instrumento para se mostrar distintos dos outros estratos e, ao mesmo tempo, próximos dos seus pares europeus e dos outros membros da camada a que pertenciam.

⁵⁶ Pierre Bourdieu, “Fieldwork in philosophy”, *Coisas ditas*, p. 23-24.

Capítulo 2

A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções

Com a chegada do príncipe-regente, abriram-se os portos. Fundou-se uma tipografia, sendo publicado um jornal oficial. Instituíram-se academias de medicina e belas-artes. A Biblioteca Real, contendo 60 mil volumes, foi aberta para a livre consulta do público. Convidaram-se personalidades estrangeiras e fixaram residência no Rio de Janeiro os embaixadores da Inglaterra e da França. (...) Os costumes do povo experimentaram também uma transformação correlata. Introduziram-se as modas européias. Da reclusão e restrições do isolamento, o povo emergiu nas cerimônias festivas da Corte, cujas recepções e festas de gala atraíam multidões de toda parte. Na sociedade misturada que a capital então ostentava, espanou-se o pó do retraimento, desapareceram antiquados costumes, novas idéias e formas de viver foram adotadas, propagando-se de círculo em círculo e de cidade em cidade.¹

A observação de Kidder e Fletcher sobre as transformações sofridas pelo Rio de Janeiro após a chegada da Corte portuguesa talvez superestime a dimensão desse fato, creditando a ele profundas

¹ Daniel Parrish Kidder e James Cooley Fletcher, *O Brasil e os brasileiros*, p. 70.

mudanças nas feições da cidade e, em especial, nos “costumes do povo”. De qualquer modo, após 1808, mudanças expressivas ocorreram no espaço urbano e nos costumes dos habitantes, fazendo que o Rio de Janeiro se tornasse também um espaço privilegiado para a difusão da moda.

Essa difusão, que não se constitui um fenômeno isolado, está relacionada a uma série de modificações pelas quais a cidade passou em dois momentos significativos: o primeiro, após a chegada da Corte, e o segundo, a partir da década de 1850, quando o Rio de Janeiro inicia um processo de modernização.

No momento da chegada da Corte de d. João VI em 1808, as roupas dos membros da “boa sociedade”, assim como as próprias feições urbanas, não faziam outra coisa a não ser refletir as características de uma quase aldeia que o Rio de Janeiro ainda mantinha. A cidade era um espaço identificado com o “atraso”, muito mais próxima dos primórdios da colonização do que das mudanças que, em dez anos, alterariam a sua face e os costumes de seus habitantes.

O cronista Luís Edmundo traça, em poucas linhas, um perfil do Rio de Janeiro antes da chegada da Corte: embora fosse a capital do Vice-Reinado, a cidade estava confinada a uma restrita área central, possuía ruas estreitas, mal calçadas, era suja, sem remoção de lixo e nenhuma noção de higiene ou saúde pública.

A cidade, na alvorada do século XIX, é o que tinha sido duzentos anos atrás: uma estrumeira. Os próprios índios aqui não se sentem bem. (...) Pobre, beato e sujo Rio de Janeiro do tempo dos vice-reis! De que te servia o quadro da natureza amiga e portentosa, a cor do céu, a luz do sol, a beleza do monte e da folhagem, se a obra do homem ofendia a obra linda de Deus?²

Em relação às roupas e à moda, o Rio de Janeiro não oferecia nem exigia muitas variações, já que o comércio incipiente e a quase

² Luís Edmundo, “Olhando para atrás”, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, vol. 1, p. 19-20.

ausência de vida social afastavam a moda das preocupações mais imediatas de seus habitantes. Excetuando-se em algumas poucas festas e nas idas à igreja, os trajes das famílias coloniais, especialmente os das mulheres, beiravam a negligência. E se na rua eles eram adequados às circunstâncias, em casa, as mulheres da “boa sociedade” quase não se distinguiam das escravas – sua indumentária consistia na maior parte em um “cabeção e chinelo sem meia”.³

Num texto sobre o Rio de Janeiro de meados do século XVIII e a propósito da estada do abade de la Caille na cidade, Luís Edmundo afirma que as roupas da “boa sociedade” – fora dos padrões de elegância conhecidos na Europa – eram feitas para esconder, para passar despercebidas e não para revelar, expor a personalidade e o gosto do portador.

Os homens traziam, em geral, uma *vêstia* – espécie de longuíssimo colete, morrendo em dois longos bicos sobre as coxas –, mas não usavam casaca nem redíngote, – [...] envolvendo o corpo, apenas, com um vasto *manço* ou *capa* que os cobria quase completamente, de forma a torná-los irreconhecíveis. Uma *carapuça* na cabeça ou uns *chapelões* de aba larga, iguais aos que se usavam no século XVII, enterrados até às orelhas, completavam a obra de *deguisement*. Um tipo desses só podia ser adivinhado pelos que o conheciam na intimidade. Para os outros era um simples fantasma que passava.⁴

No que se refere à moda feminina, o autor aponta, principalmente, para o fato de as mulheres pouco diferirem dos homens quanto aos trajes de andar em casa. Estes consistiam apenas de um *camisolão* colocado sobre a *saia*. Quando saíam, o que era raro, as mulheres escondiam todo o corpo sob uma grande *capa*, a *mantilha*, vestígio da moda oriental que seria conservado até meados do século passado.

(...) vestem, as mulheres, *saia*, *camisa* aberta como a dos homens em suas *toaletes* de interior. Para sair, põem um *manto* enorme (que, apesar de todo o seu tamanho, é conhecido por *mantilha*) e

³ Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, p. 98.

⁴ Luís Edmundo, “O Rio em 1750”, *Recordações do Rio antigo*, p. 19.

que se coloca da seguinte forma: um ângulo do pano caindo na altura do quadril, outro cobrindo a cabeça; os dois restantes correndo a linha dos ombros e cingindo-os.⁵

A falta de cuidados, a desatualização e a permanência de traços orientais que caracterizavam a indumentária da “boa sociedade” ficaram mais visíveis ainda, segundo Luís Edmundo, no dia do desembarque da Corte.

Por intermédio do autor, podemos perceber que naquele momento ocorria um duplo estranhamento, pois, assim como os habitantes da cidade se impressionavam com as roupas dos membros da Corte, estes se assustavam com os “padrões de elegância” vigentes no Rio de Janeiro. Vejamos como o cronista descreve esses contrastes, começando pelas roupas das fidalgas.

A moda é a da cintura *empire*, alta, colhida por uma fita estreita, que se aperta sob os seios, caindo em duas pontas largas. Sobre a cabeça, que já não apresenta, por sua vez, os altos e complicadíssimos torreões capilares do século anterior, a cabeleira curta, natural, que cai na testa, em cachos breves, em farripas, muito raramente em arredondado coque preso no occiput. (...) As que usam luvas, trazem-nas longas, passando a linha do cotovelo, sapato de pano, raso, em bico e de saltos indicados.⁶

Esses trajes inebriam as mulheres da cidade, para quem os vestidos de Lisboa são uma grande novidade. Afinal, eram mulheres que “debruçadas pelos parapeitos das janelas estão, todas, no bioco das suas mantilhas de renda, longas e espessas. Trazem os lábios e as faces carminados, cobertas de sinais de tafetá”.⁷ Representam com essas roupas a “suprema elegância da colônia”.

Entre os trajes dos homens da cidade e os dos membros da Corte, também havia uma distância muito grande, o que Luís Edmundo não deixou de registrar.

⁵ *Idem, ibidem*, p. 20.

⁶ *Idem, A Corte de d. João VI no Rio de Janeiro*, p. 88-89.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 89.

Os homens que vestem à moda de Paris trazem a casaca que morre à altura da cintura, pela frente, e desce em cauda, atrás, até a curva das pernas. As calças justas, das de estalar, as cartolas de pelo. Sobre a cabeça, os cabelos curtos e penteados à “orelha de cão”.

O peralta da terra, menos elegante, sob o rigor do sol que se despenha, traz ainda o seu capotão de pano forte, amplo e enrodilhado ao busto, timão à holandesa ou chapéu de ampulheta, e aquelas sapaterras que se enfeitavam com pesadas e enormíssimas fivelas. Os velhos não dispensam os seus tricórnios de vinte anos atrás, os seus bastões de cabos altos.⁸

Essa distância começaria a ser reduzida a partir da abertura dos portos, que permitiu o surgimento do comércio de produtos de luxo e de trajes importados no Rio de Janeiro. Decretada por d. João VI, em 1808, ainda em Salvador, a abertura dos portos pôs fim ao pacto colonial ao mesmo tempo que consolidou a posição privilegiada da Inglaterra em relação ao comércio com o Brasil. Em 1822, com a extensão desse tratado às outras nações, ficou completa a integração do Brasil ao mercado mundial, em proveito dos países europeus revolucionados pelo advento da grande indústria capitalista.

A intensificação do comércio decorreu também de uma necessidade de abastecer o Rio de Janeiro, que crescia em ritmo acelerado e que, em 1822, já duplicara a população, chegando a 120 mil habitantes. Somava-se a isso o fato de a cidade, como sede do governo, ter recebido figuras da nobreza, ministros e funcionários burocráticos que precisavam encontrar aqui os produtos que estavam habituados a consumir em Portugal.

Esses fatos desencadearam, de imediato, a expansão das trocas, a invasão do Rio de Janeiro por produtos estrangeiros e uma atividade comercial febril, que fizeram da cidade depósito de um amontoado de mercadorias, que iam de ferragens e pregos a barris de cerveja.

A conjuntura não poderia deixar de favorecer o comércio ligado à moda que, em grande parte, ficou concentrado nas mãos de estrangeiros, em especial franceses e ingleses.

⁸ *Loc. cit.*

Os comerciantes franceses dedicaram-se às lojas de fazendas e roupas femininas, de chapéus, cosméticos e perfumes. Mais propensos ao comércio a varejo, eles logo se estabeleceram na região das ruas dos Ourives e do Ouvidor, onde abriram pequenas lojas que chegaram a se tornar ponto de reuniões políticas. José Maria da Silva Paranhos, numa de suas *Cartas ao amigo ausente*, datada de 27 de setembro de 1851, destaca a loja de M. Desmarais, que altos escalões do governo transformaram em “o *rendez-vous* da palestra diária, o salão político mais freqüentado durante o dia (...)”.⁹

Quanto aos ingleses, além dos trajes masculinos, dedicaram-se à importação e à comercialização dos sapatos para ambos os sexos e, principalmente, aos tecidos, que representaram, durante muito tempo, o forte das exportações da Inglaterra para o Brasil. Entre 1850 e 1854, por exemplo, eles eram responsáveis por quase 3/4 de todas as importações: “(...) do valor total de 2,5 milhões de libras de importações da Grã Bretanha em 1850, os produtos têxteis representaram quase 2 milhões, e destes, 1,5 milhão de libras eram de produtos de algodão”.¹⁰

Mas, segundo Adolfo Morales de los Rios, no tocante aos produtos ligados à moda, o predomínio comercial, desde que fora celebrada a paz entre Portugal e França, cabia aos franceses. Ainda segundo o autor, “se o domínio do comércio francês era notável antes da Independência, o seu apogeu teve lugar no Reinado de d. Pedro I, porquanto o requinte e a elegância dos vestidos, roupas e uniformes e a perfeição das cabeleiras e penteados femininos, foram alcançados *grâce à la France*”.¹¹

O sucesso alcançado pelo comércio francês devia-se em grande parte ao fato de a França ter-se tornado um modelo de bom gosto e elegância que, durante todo o século XIX, dominou, especialmente, os trajes femininos. Segundo Gilles Lipovetsky, isso ocorria, aliás, em todo o mundo:

Paris dita a moda: com a hegemonia da Alta Costura aparece uma moda hipercentralizada, inteiramente elaborada em Paris e ao mes-

⁹ José Maria da Silva Paranhos, *Cartas ao amigo ausente*, p. 255.

¹⁰ Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo saquarema*, p. 15.

¹¹ Adolfo Morales de los Rios, *O Rio de Janeiro imperial*, p. 246.

mo tempo internacional, seguida por todas as mulheres *up to date* do mundo. (...) Com certeza, isso não é absolutamente novo: a partir do século XVII, a França se impôs cada vez mais como farol da moda na Europa, e a prática das “bonecas de moda”, essas primeiras embaixatrizes de moda, que se torna corrente no século XVIII, revela ao mesmo tempo a tendência à unificação do traje europeu e o pólo atrativo de Paris.¹²

O fascínio exercido pelos artigos vindos da França, nem sempre vendidos por comerciantes franceses, pode ser percebido pelo espaço que esses produtos ocupavam no *Almanaque Laemmert*. Essa obra, que a partir de 1840 publicava anualmente uma lista das fábricas, oficinas, artesanatos e lojas registradas pelo governo municipal, passou a mencionar a partir de 1847 as lojas de modas e fazendas francesas.

Pelos dados do *Almanaque*, observamos que, ao longo da segunda metade do século, o número de lojas que vendia produtos franceses aumentou progressivamente, provando que em matéria de moda a “boa sociedade” adotou a “França por madrinha”.¹³

Da França chegavam as tendências das estações por meio das gravuras de moda que eram, a princípio, importadas e vendidas nas lojas comerciais e que, com o advento da imprensa feminina, eram reproduzidas aqui nas revistas e nos jornais especializados. Mas de lá chegavam, principalmente, os perfumes, as roupas, as fazendas e as modistas.

Além do incremento do comércio, a vinda da Corte portuguesa promoveu a europeização do Rio de Janeiro, o que criou novas exigências para a “boa sociedade”. O contato com a aristocracia portu-

¹² Gilles Lipovetsky, *O império do efêmero*, p. 73.

¹³

Ano	Lojas de modas e fazendas francesas
1850	22
1860	49
1870	51
1880	110

Fonte: *Almanaque Laemmert*

guesa e a burguesia industrial européia obrigou essa camada a adotar costumes e valores europeus como forma de igualar-se àqueles estratos e também para a obtenção de títulos nobiliárquicos. Impôs-se também à “boa sociedade” a europeização da vida social, o que incluía uma sociabilidade baseada nas festas particulares e nos salões e, sobretudo, uma europeização das roupas. Esse processo, contudo, não se restringiu à moda e aos costumes, atingindo uma dimensão mais ampla.

A europeização, ou, na expressão do padre Luís Gonçalves dos Santos, o “desassombramento”,¹⁴ consistiu na *desorientalização* do Rio de Janeiro, na campanha pela eliminação, na arquitetura, no planejamento urbano, nos usos e costumes e nas roupas, das influências orientais que, até a chegada da Corte, predominavam na cidade. Segundo Gilberto Freyre,¹⁵ essa ocidentalização defendida pelos dirigentes brasileiros, desde 1808, interessava aos industriais ingleses e franceses fabricantes de artigos de casa, de vestuário, de alimentação e aos comerciantes e importadores estrangeiros e brasileiros que, após a abertura dos portos, comercializavam com facilidade esses produtos.

Para o autor, a europeização, porém, é mais ampla que o “desassombramento”: segundo ele, esse processo que atravessou todo o século XIX incluía não só o “desassombramento através do vidro inglês nas casas e carruagens ainda orientalmente revestidas de gelosias e cortinas”,¹⁶ como desejava o padre Luís Gonçalves dos Santos, mas também:

Desassombramento nas cidades, através de ruas largas como as do Ocidente que substituíssem os becos orientalmente estreitos do Rio de Janeiro (...). Desassombramento nas igrejas, através da substituição, pelas senhoras, de capas, mantos, mantilhas ou xales

¹⁴ Gilberto Freyre, *op. cit.*, cf. cap IX, especialmente p. 425-431.

¹⁵ Cf. Luís Gonçalves dos Santos, *Memórias para servir à história do Reino escritas na Corte do Rio de Janeiro no ano de 1821 e oferecidas a S. Majestade El Rei Nosso Senhor D. João VI*, citado em Gilberto Freyre, *op. cit.*

¹⁶ Gilberto Freyre, *op. cit.*, p. 430.

orientalmente espessos, por transparentes véus franceses que não escondessem os encantos de rosto e de peito das iaiás. Desassombramento no rosto dos homens, por meio do corte com as tesouras e as navalhas inglesas (...) dos excessos das barbas chamadas de “mouros”, de “turcos”, de “nazarenos” (...). Desassombramento através de poderosos sistemas ocidentais de iluminação das ruas, das praças, das casas que substituíssem o azeite de peixe, a vela de sebo, a lanterna oriental de papel (...) pelo lampião de querosene, pelo candeeiro inglês (...). Desassombramento nos costumes, nas maneiras, nos hábitos, nos gestos, nas relações entre homem e mulher e entre pai e filho.¹⁷

Com a europeização seriam alterados de forma profunda os costumes da “boa sociedade” e também sua relação com as outras camadas da população. Pode-se dizer que essa europeização foi a base do chamado “processo civilizador”.

No Brasil, e especificamente no Rio de Janeiro, até meados do século XIX, as normas de comportamento tidas como civilizadas eram desconhecidas, imperando uma rusticidade nos costumes. Segundo Jurandir Freire Costa, a refeição, por exemplo, “mostrava a carência de utensílios e o desconforto interno das casas, mas, sobretudo, a inexistência dos chamados padrões de civilidade que caracterizarão a família urbanizada de elite”.¹⁸

Outros exemplos são encontrados nas obras de Gilberto Freyre e de J. F. de Almeida Prado. Este último, ao comentar o tipo de sociabilidade observado nas residências coloniais durante o reinado de d. João VI, afirma que:

No povo em geral e muitas vezes na burguesia – funcionários públicos, pequenos comerciantes, professores, etc... – os homens comiam à mesa sem as mulheres, que preferiam sentar no chão sobre esteiras à moda oriental (...). Garfos figuravam pouco porque as facas serviam para cortar e também para enfiar alimentos

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 430-431.

¹⁸ Jurandir Freire Costa, *Ordem médica e norma familiar*, p. 90.

na boca. Os demais convivas, mulheres e crianças comiam com os dedos, cena singela pelo fato de as refeições se efetuarem na mais estrita intimidade, quando o funcionário público (...) se punha a frescote, de ceroulas, chinelos e camisa (...) entre mulheres apenas vestidas de camisolas (...).¹⁹

Aos poucos, porém, e a partir dessa nova sociabilidade imposta pela europeização, não bastavam à “boa sociedade” o dinheiro, as propriedades, o número de escravos ou a cor da pele como insígnias de classe. Os cuidados com a higiene, a correção dos modos, as boas maneiras à mesa e a adequação e a distinção no vestir tornaram-se um símbolo e uma condição necessária àqueles que desejavam igualar-se à aristocracia européia. Como afirma Jurandir Freire Costa: “A aparência física, as boas maneiras, o requinte na educação, a sofisticação do gosto, etc. ingressaram na contabilidade do poder, quase em pé de igualdade com o dinheiro e os títulos de nobreza”.²⁰

É nesse contexto que a moda vai somar-se ao refinamento dos modos e ao polimento dos costumes, passando a significar também marca da “boa sociedade”. Seguir a moda torna-se um imperativo para essa camada que, por meio dela, procurava, por um lado, nivelar-se, pelo menos na aparência, aos seus pares europeus, e, por outro, distinguir-se do resto da população, ou seja, “do povo mais ou menos miúdo e dos escravos”.²¹

A adoção da moda européia pela “boa sociedade” constituía-se no que Herbert Spencer qualificou de “imitação respeitosa”, pela qual se busca alcançar a simpatia daquele a quem se imita. Como as modas vigentes são sempre as modas da classe dominante, seguir a

¹⁹ J. F. de Almeida Prado, *D. João VI e o início da classe dirigente no Brasil — 1815-1889*, p. 235.

²⁰ Jurandir Freire Costa, *op. cit.*, p. 107.

²¹ Francisco de Paula Ferreira de Resende, *Minhas recordações*, p. 171. Neste livro, que se baseia nos apontamentos de memória do autor, um bacharel mineiro do início do século XIX, a sociedade aparece dividida nas seguintes classes: “a dos brancos e sobretudo daqueles que por sua posição constituíam o que se costuma chamar a “boa sociedade”; a do povo mais ou menos miúdo; e finalmente a dos escravos”.

moda representava para a “boa sociedade”, em primeiro lugar, um fator de integração, pois permitia aos membros dessa camada igualar-se à aristocracia portuguesa e à burguesia europeia. Mas seguir as modas europeias relacionava-se também a uma necessidade de novas distinções. Segundo Frédéric Mauro, o gosto pelas roupas europeias “estava ligado à vontade de diferenciar-se do escravo negro e até do índio, de guardar o selo da Europa, da civilização. Era a marca de um complexo de inferioridade inconfesso e inconfessável em relação ao europeu”.²²

É evidente que a preocupação com a manutenção das distâncias sociais por meio das vestimentas não se deu apenas a partir da chegada da Corte. Entretanto, até aquele momento isso correspondia mais a um interesse do Estado do que propriamente a uma preocupação dessa camada.²³

Quando o processo de europeização torna a adequação dos trajes um dos elementos definidores da “boa sociedade”, passa a existir por parte dessa camada uma preocupação em deixar visível, por meio das vestimentas, a distinção que existia entre ela e os outros estratos,

²² Frédéric Mauro, *O Brasil no tempo de D. Pedro II (1831–1889)*, p. 41.

²³ As “pragmáticas” dos tempos coloniais, conjunto de regras rígidas que regulavam o uso do vestuário, deixavam claro as interdições que visavam ordenar a distinção entre os grupos. Um exemplo disso é a *Pragmática de 1748*: “Por ser informado dos grandes inconvenientes, que resultam nas conquistas da liberdade de trajarem os negros e os mulatos, filhos de negro, ou mulato, ou de mãe negra, proíbo aos sobreditos, ou seja de um, ou de outro sexo, ainda que se achem forros, nascessem livres, o uso não só de toda a sorte de seda, mas também de tecidos de lã finos, de holandas, esguiões e semelhantes, ou mais finos tecidos de linho, ou de algodão, e muito menos lhes será lícito trazerem sobre si ornatos de jóias, nem de ouro, ou prata, por mínimo que seja ele.” *Apud* Luiz Edmundo, *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*, Rio de Janeiro, p. 129.

Para Jurandir Freire Costa, as “pragmáticas” não só tentavam impedir o desperdício de ouro e prata, o contrabando desses metais e ainda desestimular o desenvolvimento econômico que pudesse advir da produção em grande escala de roupas, como também visavam atender às reclamações de religiosos e moralistas. “Estes últimos viam no luxo corruptor não só a marca da soberba, como no caso dos escravos, mas a marca concreta de costumes sociais realmente depravados. (...) A escrava bem vestida era o estigma visível do pecado e da imoralidade familiar.” Cf. do autor, *op. cit.*, p. 129.

o que se vai aprofundar especialmente na segunda metade do século XIX.

Além da europeização dos costumes e do incremento do comércio, o desenvolvimento da imprensa feminina, a intensificação do processo de exteriorização da mulher e a proliferação dos bailes e festas na Corte também favorecem a difusão da moda e fazem que, mais e mais, a “boa sociedade” deixe de lado os trajes coloniais.

As novas formas de vestir e a preocupação com a moda identificam-se também com as novas feições do Rio de Janeiro a partir de 1850. A partir de então, a cidade experimenta uma série de melhoramentos em seu espaço urbano, o que faz com que também comece a perder seus ares coloniais.

A introdução das ferrovias na década de 1850, as benfeitorias no porto da cidade, a reestruturação dos sistemas de água e esgotos, a inauguração da iluminação a gás, a formação das companhias de carris – com a introdução dos bondes – e a urbanização da zona norte, além da irradiação de linhas no centro da cidade, são apenas alguns dos sinais desse processo de modernização do Rio de Janeiro.

Nesse momento, a difusão da moda esteve intimamente associada ao desenvolvimento urbano. Ao promover a circulação das pessoas em espaços que surgiam, como os teatros, os restaurantes e, principalmente, os bailes e as festas que proliferavam na Corte, a vida na cidade vai exigindo maiores cuidados na apresentação pessoal e uma adequação das roupas às circunstâncias. Os trajes da moda tornam-se então indispensáveis, pois, ao contrário das roupas simples do dia-a-dia, esses locais exigiam roupas especiais para aqueles que desejavam ser reconhecidos como membros da “boa sociedade”.

Tomando o Rio de Janeiro como o cenário por excelência da difusão da moda, ficamos obrigados, em primeiro lugar, a elaborar uma “arqueologia da cidade”,²⁴ na qual possamos perceber, a partir dos espaços sociais diferenciados, aqueles que se caracterizavam como espaços de exceção, locais onde circulavam e habitavam as camadas da população que tinham acesso à moda.

²⁴ A expressão foi utilizada por Margarida de Souza Neves em *As vitrines do progresso*, p. 6. No texto, a autora propõe uma “arqueologia da cidade”, a partir de seus cronistas, como Ferreira da Rosa, Luís Edmundo e Gastão Cruis.

Não há dúvida de que a face do Rio de Janeiro que se associa à difusão da moda é a da cidade por onde caminhava, como afirma Gilberto Freyre, “o pé bem calçado do burguês” e que, certamente, não se parece com os locais insalubres que em meados do século ainda assustavam os viajantes que a visitavam.²⁵ Não era também a face do Rio de Janeiro que ainda sofria com a falta de higiene e os problemas de abastecimento d’água e onde a retirada dos esgotos e dejetos ficava a cargo dos escravos, os chamados “tigres”. Nem tampouco era a cidade das marcas orientais, das rótulas e dos quiosques, estes últimos considerados, na segunda metade do século, “nota plebéia da paisagem brasileira”.²⁶

A face do Rio de Janeiro que se identificava com a difusão da moda era a da cidade que, beneficiada pela urbanização e pela europeização da vida social, permitia aos seus habitantes mais privilegiados o passeio pela rua do Ouvidor, reduto dos elegantes que se extasiavam com as vitrines da Notre Dame ou da Casa Wallerstein. Era também a da cidade das festas – como as que ocorriam no Cassino Fluminense –, dos saraus e dos bailes nos salões do senador Nabuco ou do barão de Cotegipe, ou ainda a cidade dos arrabaldes pitorescos, como a Tijuca e o Andaraí, onde a “boa sociedade” se refugiava em chácaras em busca de alívio para os rigores do verão, abandonando temporariamente o Flamengo, Botafogo e Laranjeiras.

Se a difusão da moda estava restrita a esses espaços, é óbvio que a ela não tinha acesso a grande massa da população. Numa sociedade que se caracterizava como hierarquizadora e excludente, o “mundo da desordem, (...) constituído pelos elementos despossuídos e não atrelados pela lógica da propriedade escravista, mercantil e exportadora”,²⁷ ficava de fora desse processo. Escravos, pequenos artesãos, vendedores ambulantes, entre outros, estavam excluídos do seu universo

²⁵ Cf. principalmente Thomas Ewbank, *A vida no Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*, no qual o autor comenta o trabalho dos “tigres”. V. também *No Rio de Janeiro de D. Pedro II*, de Afonso de E. Taunay. Nesse livro, escrito a partir das impressões de viagens de visitantes da cidade, proliferam as más impressões dos estrangeiros sobre o Rio de Janeiro imperial.

²⁶ Gilberto Freyre, *op. cit.*, p. 437.

²⁷ Margarida de Souza Neves, *op. cit.*, p. 9.

de consumidores, constituído por “banqueiros, grandes negociantes, políticos, empresários, todos eles de alguma forma proprietários”,²⁸ que fizeram da moda um atributo da classe a que pertenciam.

Na cidade em que a arquitetura sublinha as diferenças, cidade formada por espaços tão diferenciados e que deixa visíveis tantos contrastes, a moda vai ajudar a compor os tipos sociais que habitavam e frequentavam a sua face “moderna”, dando vazão a novas pretensões da “boa sociedade”.

Mas é preciso enfatizar que a difusão da moda ficou restrita à vida na cidade, ou seja, enquanto na Corte o consumo de bens, o requinte nas maneiras, o polimento nos costumes e a adoção da moda europeia tornam-se marcas de respeitabilidade, no campo, como afirma Gilberto Freyre, a ostentação da riqueza continuava espelhada em outros elementos, “nos cavalos ajazados de prata (...), no número de escravos e na extensão de terras”.²⁹

Segundo Gilda de Mello e Souza, por meio de fotografias de fazendeiros é possível verificar-se que as vestimentas assim como as moradias no interior desconheciam a moda.

Na aparência dessas pessoas nada revela a posição social de destaque, a qualidade de ricos proprietários rurais. Nenhuma concessão na roupa muito simples: sobrecasaca preta folgada, cômodas botinas de elástico para os homens; vestido preto desataviado das mulheres, que se repete com monotonia nas seis moças – filhas e noras –, exatamente o mesmo feitio, com duas pequenas variantes nas golas e nas mangas.³⁰

Recordando a vida no interior de Minas Gerais no século XIX, Francisco de Paula Ferreira de Rezende também aponta para uma simplicidade nas roupas de homens e mulheres do campo.

(...) o que apenas fazia o luxo ou constituía a maior vaidade das mulheres daquele tempo, pode-se dizer que não passava da alvura

²⁸ *Idem, ibidem*, p. 11.

²⁹ *Apud* Gilda de Mello e Souza, *O espírito das roupas: a moda no século XIX*, p. 118.

³⁰ *Loc. cit.*

a mais completa da roupa, dos crivos e rendas com que ornavam até mesmo aquelas peças do seu vestuário que nunca apareciam (...). Em casa os vestidos de que se usava eram quase todos muito corridos e quase que sem nenhum enfeite. (...) Se se tinha de receber uma visita de alguma cerimônia, de ordinário trocava-se o vestido de casa por outro de chita ou cassa (...). Para os grandes dias ou para os atos de maior solenidade é que então saíam os ricos vestidos de seda ou de veludo; e era nessas ocasiões que se ostentavam o cetim, as rendas e as fitas.³¹

Como a moda não constituía marca de distinção no campo, onde outros valores importavam, não havia grandes preocupações por parte dos senhores em reprimir nos escravos o gosto pelas roupas luxuosas. É certo que os efeitos das desigualdades apareciam materializados no vestuário e que, muitas vezes, a ostentação de riqueza nas roupas das escravas se transformava “em ‘símbolo de status’ (...) a negra aparamentada [sendo] apenas um objeto a mais na exposição de fausto”,³² como afirma Maria Sílvia de Carvalho Franco.

Porém, a mesma autora admite que, embora se vestindo preferencialmente bem, os homens de posse no campo não hesitavam em simplesmente se cobrir com camisa e calça de tecido grosseiro de algodão. E a indumentária feminina de casa, que consistia em saias de chita sem cintos e largos paletós usados com cabelos soltos, servia tanto à mulher do fazendeiro abastado quanto à filha do lavrador mais rústico até a autêntica caipira.

Por isso, e na esteira de Georg Simmel,³³ podemos afirmar que no século XIX a moda era por essência um fenômeno das grandes cidades, uma vez que elas proporcionavam a movimentação das pessoas em inúmeros círculos sociais, aprofundando uma tomada de consciência da subjetividade. Nas grandes cidades, o contato com outras pessoas que lhes eram estranhas obrigava os indivíduos a se preocuparem com a apresentação pessoal, criando uma necessidade e um interesse pela moda.

³¹ Francisco de Paula Ferreira de Rezende, *op. cit.*, p. 184.

³² Maria Sílvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*, p. 216.

³³ Georg Simmel, “La mode”, *La tragédie de la culture et autres essais*, p. 120.

No Rio de Janeiro, a sociabilidade que se impunha à “boa sociedade” estimulava tal interesse e necessidade, posto que era marcada, principalmente, pelos acontecimentos sociais e artísticos que proliferavam na Corte e pelos cafés, teatros e bailes, que começavam a atrair seus membros para a rua. Sociedades musicais e clubes organizavam-se nos bairros, nas casas fixavam-se dias certos para receber, saraus eram organizados freqüentemente.

A “boa sociedade” exibia-se ainda nas corridas do Prado Fluminense, nas regatas de Botafogo, nos passeios em barcas, nas excursões à Tijuca e, é claro, nas famosas lojas comerciais da rua do Ouvidor. Um refinamento dos gostos também se observava a partir do estabelecimento de confeitarias famosas, como a Castelães, a Francesa, a Colmeia de Ouro, entre outras. Em suma, a vida na cidade fervilhava, exibindo nas festas, nos bondes, nas lojas, nas ruas, uma camada da população que até meados do século tinha como insígnia o isolamento e a reclusão.

As ruas da cidade, que por vários séculos haviam sido reduto de escravos, passam a atrair especialmente as mulheres, que, aos poucos, vão deixando o isolamento em que viveram até então, distanciando-se da imagem que o escritor francês Gustave Aimard havia feito delas em sua primeira visita ao Rio de Janeiro em 1850. Na ocasião, dizia o cronista:

(...) viviam as damas brasileiras invisíveis e como que claustradas. Jamais saíam à rua a pé. Uma senhora que a tanto se arriscasse ficaria com a reputação perdida. As mulheres (...) mestiças eram as únicas a se arriscar a tal aventura. E assim mesmo muito raramente.³⁴

Em sua segunda viagem à cidade em 1882, Aimard ficou literalmente assombrado com a desenvoltura das mulheres nas ruas, o que combinava, aliás, com as transformações operadas no espaço urbano da cidade:

“Desde as primeiras horas passadas em terra fiquei estupefato. Janelas todas abertas de par em par, enorme multidão a circular de homens e mulheres, vestidos segundo a última moda

³⁴ *Apud* Afonso de E. Taunay, *No Rio de Janeiro de D. Pedro II*, p. 142.

parisiense, caminhando do modo mais desembaraçado. Completamente metamorfoseado o Rio de Janeiro! Magníficas lojas, cafés, cervejarias a cada passo surgiam. Hotéis e restaurantes dos mais confortáveis... Verdadeira multidão apressada perambulava com a animação e a atividade que só se encontravam em cidades como Londres e Paris. Seges ricas e cavaleiros, pedestres, todo esse pessoal ia e vinha. Homens, mulheres, operários, frades, mendicantes, sei lá eu que mais! Apinhavam os passeios e por cúmulo bondes puxados por duas ou quatro bestas sulcavam as ruas da cidade”.³⁵

Para Kátia Muricy, foi a própria vida na cidade que se encarregou do processo de exteriorização da mulher. Segundo a autora, “a Corte pedia a ‘mulher de salão’, a ‘mulher da rua’. Os grandes negócios do marido requeriam-na, o pequeno comércio da rua chamava-na”.³⁶

As novas obrigações da mulher da “boa sociedade” incluíam então a promoção e a participação nas festas e nos salões, das quais muitas vezes dependia o prestígio da família. Afinal, “de seu comportamento social, de seus vestidos e jóias, de sua maneira de receber e de se insinuar junto a personagens de prestígio dependia o bom encaminhamento da carreira política ou econômica do marido”,³⁷ como nos diz a autora.

Se a vida na Corte requisitava a presença feminina nos salões, nas recepções, nos teatros e nos restaurantes que surgiam, a sociabilidade exigia também que as mulheres comessem a freqüentar as ruas em busca dos artigos de luxo que essas ocasiões requeriam. Nesse sentido, a rua do Ouvidor era o espaço por excelência de um processo no qual as mulheres começam a mostrar-se plenamente adaptadas às exigências da vida moderna.

Essa nova sociabilidade que levou as mulheres às ruas chegou a prejudicar os vendedores e os mascates de porta, que vendiam em domicílio tudo o que não era produzido em casa, levando às famílias roupas, calçados e outros objetos de adorno pessoal, como chapéus,

³⁵ *Loc. cit.*

³⁶ Kátia Muricy, *A razão cética*, p. 57.

³⁷ *Loc. cit.*

botinas, fitas, pentes, travessas, filós, rendas e perfumes. Esse comércio perde a sua utilidade no momento em que as mulheres começam a encher as ruas da Corte, abandonando antigos costumes, “europeizando seus corpos, seus vestidos, seus hábitos”.³⁸

É nesse momento que a moda passa a fazer-se necessária. O uso da roupa certa, na circunstância certa, a atenção dada ao vestir adequado às ocasiões, assim como uma postura elegante e a adoção das modas estrangeiras, tornam-se fundamentais para as mulheres.

Como veremos adiante, as roupas dos homens na segunda metade do século XIX primavam pela sobriedade e pela ausência de adornos. No século XIX, chamado por Flügel de século da “grande renúncia masculina”,³⁹ os homens deixam aos poucos de ter na moda um elemento importante na afirmação de classe. Segundo Gilda de Mello e Souza,

A Revolução Francesa, consagrando a passagem de uma sociedade estamental a uma sociedade de classes e estabelecendo uma igualdade política entre os homens, fez com que as distinções não se expressassem mais pelos sinais exteriores da roupa, mas através das qualidades pessoais de cada um.⁴⁰

Contudo, se os excessos da moda são abandonados pela burguesia, aparecem novas distinções baseadas nos pequenos detalhes das roupas. O que interessa aqui, entretanto, é apontar que se para os homens o trabalho, o grau de instrução e a educação constituíam novas formas de distinção, para as mulheres a moda ainda traduzia uma afirmação no grupo. Nesse sentido é que a moda é importante, especialmente nas festas, na quais a mulher bem vestida expressava a aptidão para o dispêndio do marido, como salienta Thorstein Veblen.

As festas e os salões eram também um espaço favorável “à ruptura na rigidez dos costumes”.⁴¹ Neles, as mulheres exerciam seu fascínio e atraíam o sexo oposto ao substituir as roupas simples do

³⁸ Jurandir Freire Costa, *op. cit.*, p. 119.

³⁹ J. C. Flügel, *Le rêveur nu*, especialmente o capítulo VII.

⁴⁰ Gilda de Mello e Souza, *op. cit.*, p. 80.

⁴¹ Gilda de Mello e Souza, *op. cit.*, p. 119.

dia-a-dia pelos filós, pelas rendas e pelas sedas, que compunham os trajes mais sofisticados.

Um último aspecto importante dessa conjuntura que propicia a difusão da moda no Rio de Janeiro se refere ao surgimento da imprensa feminina e de seu papel na formação de estruturas mentais favoráveis à moda. Mais do que descrever trajes ou reproduzir figurinos estrangeiros, os jornais que possuíam colunas sobre o tema se dedicaram, desde o seu surgimento, a justificar a importância da moda e discutir sua adoção, tornando-se um espaço fundamental não só para a sua divulgação, mas, principalmente, para transformar a moda em algo comum para a “boa sociedade”. Além dos jornais femininos, também começam a circular no Rio de Janeiro, a partir do século XIX, manuais de etiqueta e civilidade que informavam quanto aos padrões *vestimentários* mais apropriados a cada camada da sociedade. A discussão acerca do conteúdo dessas obras é o que veremos a seguir.

Capítulo 3

Imagens da moda no Rio de Janeiro: uma leitura dos jornais e dos manuais de etiqueta e civilidade

A partir de meados do século XIX, à medida que a moda ficava incorporada às preocupações cotidianas da “boa sociedade” do Rio de Janeiro, variados e diferentes discursos são produzidos, tentando explicar um fenômeno praticamente desconhecido até então.

A moda transforma-se num objeto a ser registrado, analisado e discutido. Torna-se digna da atenção de inúmeros romancistas, como José de Alencar e Machado de Assis. Impulsiona e é impulsionada pela imprensa feminina, que, desde o seu aparecimento, dedica a ela um espaço considerável. É tema de estudo dos médicos, que, ao se referirem à mulher, não deixam de mencioná-la. Está presente ainda nos manuais de etiqueta e civilidade, que serviam para instruir e preparar os membros da “boa sociedade” para a vida na Corte.

As exigências da vida no Rio de Janeiro, que, como vimos anteriormente, obrigavam os membros da “boa sociedade” ao polimento dos costumes, a um refinamento dos gostos, à adequação dos trajes às circunstâncias e à adoção de modas estrangeiras, tiveram como aliado o surgimento da imprensa em 1808, que permitiu àquela camada se informar quanto aos comportamentos, aos trajes e às modas mais apropriados.

Segundo Flora Sussekind, desde as primeiras décadas do século XIX, os jornais, chamados por ela de “museus de tudo”, tinham função informativa e educativa, constituindo, para a autora, uma espécie de versão local da *Encyclopédie*, “tentando suprir falhas na formação e na instrução de seus leitores potenciais”.¹

Em relação à moda, é a partir de 1827² que surgem no Rio de Janeiro periódicos especializados, publicando imagens de figurinos importados, além de promover o debate acerca de sua necessidade e importância.

Mas não eram apenas nesses jornais – que traziam em suas páginas gravuras e descrições de figurinos – que se travavam comentários e discussões a respeito da moda. Vários periódicos dedicados à mulher, até mesmo aqueles de cunho feminista, publicavam artigos focalizando o tema. Além deles, o jornal *A Mãe de Família*, que circulou entre 1879 e 1888 e era escrito e dirigido por médicos, tentava divulgar para um público mais amplo considerações científicas sobre a moda, as quais eram desenvolvidas também nas teses apresentadas às faculdades de medicina da época.

Um outro discurso sobre a moda podia ser observado nos manuais de etiqueta e civilidade. Essas obras, que começaram a ser editadas no Brasil a partir do século XIX, eram traduções ou adaptações de textos produzidos na França e na Inglaterra e caracterizavam-se, *grosso modo*, por enumerar um conjunto de regras e comportamentos a ser adotado pelas pessoas ditas civilizadas.

No que se referia às vestimentas, os manuais apontavam as mais adequadas a cada circunstância da vida social, enfatizando que deveriam estar sempre de acordo com o sexo, a idade e a posição social do portador.

Para alguns autores, como Philippe Perrot, à medida que consagravam capítulos importantes ao vestuário, os manuais de civilidade que proliferaram no século XIX se tornam uma fonte de informação insubstituível. Comparando-os aos jornais de moda, por exemplo, o autor afirma que

¹ Flora Sussekind, *O Brasil não é longe daqui*, p. 279.

² O *Espelho Diamantino* foi o primeiro jornal a tratar de moda no Brasil. Editado no Rio de Janeiro pela tipografia de Plancher-Seignot, circulou entre 1827 e 1828.

Pelo conformismo de suas prescrições, pelo cuidado de divulgar as normas mais reconhecidas e mais legítimas, eles testemunham muito mais corretamente os comportamentos que os jornais de moda. Estes últimos, em efeito, vivem da distorção sistemática entre seu discurso e as práticas efetivas. Seu objetivo consiste em romper com os cânones anteriores, mas por proposições que estão longe de serem sempre adotadas coletivamente. Todos dois possuem uma escrita autoritária ameaçadora, que transforma a vestimenta (...) mas os primeiros se referem a uma tradição reconhecida, enquanto os segundos anunciam e produzem um presente controverso.³

Analisando a sociedade francesa do século XIX, Perrot confere grande importância aos manuais de etiqueta e civilidade – segundo ele uma fonte reconhecidamente mais fiel aos padrões *vestimentários* da época do que os jornais de moda. Isso porque, desde o século XV, essas obras circulavam na Europa, impondo as normas de comportamento e os trajes adequados à “boa sociedade”, que, à altura em que eram publicados os manuais, já os haviam incorporado há algum tempo. Em outras palavras, no momento em que eram editados, mais do que antecipar ou sugerir vestimentas, esses livros indicavam como corretas as roupas que já eram utilizadas pelos círculos mais influentes da sociedade.

Quanto aos jornais de moda, estes sim tinham por função antecipar e sugerir modelos de vestuário, os quais, muitas vezes, não eram sequer levados em conta. Por isso, segundo Perrot, o trabalho com os jornais de moda exigiria atenção, dado que nem sempre o figurino descrito por eles corresponde à moda efetivamente adotada.

No Rio de Janeiro, tanto os jornais como os manuais começaram a circular apenas a partir do século XIX – os jornais de moda aparecem na década de 1820 e as primeiras menções à circulação dos manuais de etiqueta na cidade surgem no início daquele século. Caracterizando-se pela reprodução de regras de comportamento e roupas já adotadas em outros países, os manuais de etiqueta precisam

³ Philippe Perrot, *Les dessus et les dessous de la bourgeoisie*, p.167-168.

ser vistos como um *corpus* normativo – eles espelhariam muito mais o desejável ou o esperado em termos de correção *vestimentária* do que propriamente a roupa adotada pela “boa sociedade” ou a moda vigente no século XIX.

Os jornais, por outro lado, testemunhavam as opções daquela camada no que se refere às vestimentas e à moda porque – diferentemente dos manuais – não se restringiam a apontar ou a descrever as roupas que deveriam ser adotadas. Nessas obras, os figurinos eram acompanhados na maioria das vezes por textos que discutiam o sentido da moda e as adaptações necessárias aos modelos estrangeiros para que fossem adotados no Brasil.

Além disso, nos artigos e nas colunas de moda, os cronistas descreviam festas e bailes, citavam lojas a serem visitadas e comentavam os trajes utilizados por aqueles que se destacavam na vida social da cidade, estabelecendo uma relação de cumplicidade com o leitor ao refletir seus interesses e preocupações.

Por fim, é preciso destacar que os diferentes enfoques dos jornais do século XIX lhes acrescenta uma importância fundamental – a diversidade das abordagens revela que a moda, sendo um fenômeno recente, ainda despertava polêmica e discussão.

Os jornais constituem então um contraponto aos manuais de etiqueta e civilidade, caracterizando-se como um *corpus* dinâmico, voltado não apenas para a propaganda e para a difusão da moda, mas, particularmente, para explicá-la e digeri-la para um público ávido por informações.

A imprensa e a difusão da moda

Segundo Daniel Roche, pode-se definir como jornais de moda “os periódicos que tinham como objetivo a apresentação regular das coleções de moda que se referem principalmente às vestimentas e que associam o texto e as imagens”.⁴

Esses jornais, que surgiram na França no século XVIII, encontravam-se um século depois difundidos na Espanha, em Portugal, na

⁴ Daniel Roche, *La culture des apparences – une histoire du vêtement, XVII^e-XVIII^e siècle*, p. 448.

Inglaterra, no Brasil, nos Estados Unidos, na Alemanha e na Itália. Tendo a França como modelo e inspiração, todos esses países mantiveram no século XIX jornais dedicados à publicação de gravuras de moda que se faziam acompanhar da sua descrição e, muitas vezes, de artigos, realizando o que Roche chama de associação entre “imagens e reflexões”.

O mesmo autor afirma que na Europa, até o aparecimento da imprensa, a circulação das novidades da moda se restringia a duas formas principais: involuntariamente – os inúmeros embaixadores difundiam em lugares longínquos os trajes utilizados nas cidades por onde passavam; voluntariamente – as informações eram buscadas nos centros de produção e manipulação das vestimentas que eram as grandes feiras comerciais e, sobretudo, no conjunto das cortes principescas.

Nas cortes, príncipes e princesas tinham por hábito fazer o intercâmbio dos modelos de roupas vestidas pelas “bonecas de moda”, manequins de cera, de madeira ou porcelana, dos quais se trocava as vestimentas de acordo com as estações.

Nas lojas da rua Saint Honoré, em Paris, organizava-se a fabricação das vestimentas dessas emissárias da moda francesa, enviadas no século XVIII uma vez por mês a vários locais da Europa e do mundo. Seu tráfico animava as discussões das cortes italianas, inglesas e francesas, e as bonecas chegavam a ser oferecidas até como presentes de casamento.

Entretanto, as “bonecas de moda” vão perdendo a utilidade a partir do aparecimento de gravuras publicadas nos jornais, que logo se tornam uma fonte de informação essencial. Mais econômicas e com maior mobilidade – graças à multiplicação das tipografias –, as gravuras de moda rapidamente atingem um público mais amplo, que, segundo Roche, ia além dos círculos aristocráticos.

A imprensa de moda intensificou-se na França a partir da década de 1770, embora já circulasse desde 1759 e até 1778 o *Journal de dames et de modes*, de propriedade do abade la Mesângere, que oferecia gravuras consideradas verdadeiras obras-primas.⁵ Além dele, também se destacou no século XVIII o *Cabinet des modes*, publica-

⁵ Cf. Dulcília Buitoni, *Imprensa feminina*, p. 26.

do pela primeira vez em 1785 e que continuou sua carreira sob o nome de *Magasin des modes nouvelles françaises e anglaises* (1786), depois chamado *Journal de la mode et du goût* (1790). Segundo Dulcília Buitoni, em seu estudo sobre a imprensa feminina, no século XVIII também circulou um jornal de modas na Itália, o *Toilette*, de 1770.

Foi a partir de 1800, porém, que a imprensa de moda se difundiu na Europa. Nessa data começam a surgir na Alemanha e na Áustria veículos dedicados exclusivamente ao tema para um público de costureiras e modistas. Mais tarde aparece em Viena o *Die elegante* (1842-1870), que introduz uma novidade: modelos em tricô.

Antes disso, em 1830, surgiu na França o *L'iris*, a primeira publicação a trazer moldes de roupas, que receberam o nome de *coupes géométriques*. É na França também que os jornais de moda vão proliferar, principalmente no Segundo Império, momento em que experimentaram um progresso considerável; nessa época surgem *La mode illustrée*, o *Conseiller des dames*, o *Magasin des demoiselles* e, a partir de 1878, o célebre *Petit echo de la mode*.⁶ Comprado em 1879 por uma família católica, Huon de Penanster, o periódico era dirigido às mulheres e não tratava apenas da moda, “mas de tudo que dissesse respeito material e moralmente à família”; oferecia moldes e também romances em páginas descartáveis. Em 1893, o *Echo* vendeu 210 mil exemplares e, em 1930, 1.130.000 – um recorde na França.⁷

De forma geral, os jornais de moda que circulavam na Europa no século XIX, assim como os editados no Rio de Janeiro, foram os maiores veículos de difusão da moda francesa. E não eram apenas as vestimentas publicadas que seguiam o modelo francês, também a forma dos periódicos e até as suas matérias eram inspiradas nele.

Na Espanha, as revistas de moda, que surgiram em 1840, chegavam a ser cópias das francesas. Em 1843, por exemplo, começou a circular em Madri o *Museo de las familias*, tradução literal da revista parisiense do mesmo nome, e, em fins do século, *El eco de la*

⁶ Cf. Marylene Delbourg-Delphis, *Le chic et le look*, p. 60.

⁷ Dulcília Buitoni, *op. cit.*, p. 29-30.

moda, versão local de *Le petit echo de la mode*. Outro importante veículo de moda foi o jornal *Semanario pintoresco español*, de 1830, o primeiro a publicar gravuras de moda.

No decorrer do século XIX, as revistas espanholas de informação geral também passam a conter seções de moda, nas quais se publicavam gravuras francesas. E, em fins do século, o suplemento “Feminal”, do *Il.lustració catalana*, editado por um grupo de feministas, trazia uma inovação: em lugar das gravuras publicava fotografias da moda parisiense.⁸

Segundo o livro *A moda em Portugal através da imprensa*, embora o jornal de modas mais antigo encontrado no acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa seja *O Correio das Modas*, de 1807, sabe-se que *O expresso da Corte e emprego de curiosidades, nas cidades de Lisboa ocidental e oriental em todas as semanas do ano de 1740* e *Novidades literárias, filosóficas, científicas, políticas e mercantis*, de 1802, já traziam em suas páginas notícias sobre o tema.

Os jornais e as revistas de moda proliferaram em Portugal, sobretudo a partir da década de 1840, quando surgem *O jardim das damas* (1845-1849), que possuía ilustrações coloridas, *O mensageiro das damas* (1853) e *O mundo elegante* (1858-1860), editado no Porto e redigido por Camilo Castelo Branco. Destacavam-se ainda o *Jornal das damas*, de Lisboa, que circulou entre 1867 e 1879, e *A moda ilustrada*, também de Lisboa, que foi publicada entre 1878 e 1893. A partir daí e até o final do século, as publicações sobre moda no país tiveram vida efêmera.

Ainda segundo *A moda em Portugal através da imprensa*, deve-se destacar a importância dada à moda de Paris nas colunas, nos artigos e nas gravuras publicados nos jornais portugueses.

Este lugar de destaque é visível não só no conteúdo das colunas e dos artigos que, como os próprios títulos indicam (...) se referem às modas parisienses, mas no próprio fato de serem assinadas por nomes tais como: Madame de Maucy (em o jornal *A mulher*),

⁸ Cf. Rosa M. Martín Ros, “Moda e indústria: 1880-1893”, *Moda en sombras*, p. 23.

Madame Dentelle, Madame Le Sourire e Mademoiselle Malice (em *ABC*)...⁹

Na Inglaterra, como afirma Elizabeth Wilson,¹⁰ até o século XIX a moda estava restrita aos círculos mais fechados da sociedade. Apenas em 1800 as gravuras de moda e as revistas femininas começam a mudar esse panorama, tornando-se indispensáveis na sua propagação.

Segundo a mesma autora, as gravuras que circulavam na Inglaterra eram desenhadas e coloridas à mão por grupos de mulheres que trabalhavam em casa e serviam para ilustrar os novos e importantes magazines que surgiram a partir da segunda metade do século XIX, como o *English woman's domestic magazine*, fundado em 1853, o *The queen*, de 1861, e o *Harpers bazaar*, de 1867.

Uma inovação que fez aumentar incrivelmente a difusão da moda na Inglaterra foi a disseminação dos moldes de papel que, em pequena escala, eram vendidos desde o século XVIII e atingiram o apogeu a partir de 1875. Naquele ano, a companhia americana Butterick abriu uma loja na Regent Street, onde eram vendidos os moldes; lá, de quarenta a sessenta novos moldes surgiam a cada semana. Contudo, foi nos Estados Unidos que os moldes da companhia Butterick alcançaram maior sucesso. Em 1863, o primeiro deles, para a confecção de camisa de homem, vendeu milhares. Em 1871, a companhia vendeu 6 milhões de moldes e criou um catálogo próprio, que acabou transformando-se numa espécie de revista em 1875, a *Delineator*.¹¹

Nos Estados Unidos, o primeiro jornal a possuir uma seção de modas foi o *Godey's lady's book*, que circulou entre 1830 e 1877. Era um jornal que, ao mesmo tempo que lutava pela melhoria das condições de vida das mulheres – defendendo a sua educação como direito fundamental –, tratava de moda e beleza.

⁹ Cf. Manuela Rego e Lúcia Liba Mucznik, *A moda em Portugal através da imprensa*, p. 13-14.

¹⁰ Elizabeth Wilson, *Through the looking glass*, p. 35.

¹¹ Dulcília Buitoni, *op. cit.*, p. 29.

A partir de 1869 houve um crescimento nas vendas dos jornais de moda naquele país, quando estes começam a ser vendidos em lojas comerciais e livrarias, libertando-se da dependência do correio. Esse fato acaba favorecendo o aparecimento de mais jornais dedicados à mulher e à moda, como era o caso do *Lady's home journal*, surgido em 1883 e que, em vinte anos, alcançava a marca de 700 mil exemplares. O jornal, que segundo Dulcília Buitoni contava com a colaboração de bons escritores, tinha matérias que “obedeciam a três linhas básicas: aperfeiçoar o gosto, apresentar temas de interesse público e defender certas causas, às vezes triviais, às vezes idealistas”.¹² Nesse sentido, as campanhas de seus jornalistas iam da condenação de falsos medicamentos ao ataque à moda vinda de Paris.

Outra importante revista americana dedicada à moda foi a *Mc call's*, que surgiu em 1873 como um catálogo de moldes chamado *The queen* e que, no começo do século XX, atingiu a marca de 1 milhão de exemplares.

No Rio de Janeiro, foi apenas em 1827 que surgiu o primeiro jornal dedicado à moda. Até então, os únicos meios de a “boa sociedade” ter acesso a ela eram as poucas lojas comerciais que vendiam produtos estrangeiros e os jornais franceses que chegavam de navio. Como vimos anteriormente, a crescente importância de que se revestia a moda para essa camada criou uma demanda por jornais locais que preenchessem a falta de informações sobre o assunto, publicando gravuras e figurinos. Esses jornais, dos quais o *Espelho Diamantino* é o precursor, não se fixavam apenas na reprodução de modelos estrangeiros e na sua descrição. Desde os primeiros tempos, mantinham um espaço no qual discorriam sobre a importância e a necessidade da moda, discutiam por que se devia segui-la (ou não), o que caracterizava uma pessoa elegante, entre outros temas. Além disso, aos poucos essas colunas tornaram-se importantes divulgadoras dos endereços de lojas, modistas e alfaiates.

Editado no Rio de Janeiro, o *Espelho Diamantino* circulou até 1828, possuindo, desde o primeiro número, uma coluna específica sobre o tema, chamada “Modas”. Como era “dedicado às senhoras

¹² *Idem, ibidem*, p. 33.

brasileiras” e enfocava a moda, esse jornal é considerado por Dulcília Buitoni¹³ como o mais antigo periódico feminino do país.

Sobre a necessidade de se publicar no Brasil uma coluna de modas, diz o jornal no seu prospecto de lançamento: “A respeito das modas (...) seria um crime entre nós, e quase um sacrilégio, se as omitindo deixássemos de render um culto à caprichosa deusa, cujos decretos, por mais variáveis e impertinentes que sejam, se vêem cegamente obedecidos”.¹⁴

Quase dez anos após o *Espelho Diamantino* ter deixado de circular, surgiu, em 1836, *O Correio das Modas*, do qual só tivemos acesso ao exemplar de número um. Prometia “as melhores, mais modernas e mais interessantes notícias” sobre o tema e ainda a publicação de figurinos litografados de homem e de senhoras.

Por ser a moda um tema quase desconhecido para a imprensa da época, o jornal tratava de justificar, logo no primeiro número, a importância do periódico.

Havendo nesta Corte alguns jornais que tratam das modas censurando-as, não há igualmente nenhum outro que, como em França, apresente às senhoras que se inclinam ao gosto das modas, e aos senhores modistas, chamados *petit-maitres*, o figurino delas, a fim de que se vendo o que é bom, cômodo, ou deixa de ser, aproveite-se o melhor, desprezando-se o que não presta...¹⁵

Em 1839, surgia com o nome de *O Correio das Modas* um jornal com periodicidade semanal e que versava sobre literatura – contos, versos, charadas –, notícias sobre bailes, teatros e modas e que trazia no cabeçalho a seguinte citação em francês: “*Tout change, la raison change, aussi la methode, ecris, habillements, systeme, tout est MODE!*”

O Correio das Modas, que não sabemos se é continuação do jornal do mesmo nome aparecido em 1836, dirige a coluna “Modas”

¹³ *Idem*, *Mulher de papel*, p. 12.

¹⁴ *Espelho Diamantino*, ano I, editorial de lançamento, s.d.

¹⁵ *Correio das Modas*, ano I, nº 1, 13 de janeiro de 1836.

aos homens e às mulheres da cidade e oferecia aos leitores figurinos pintados à mão vindos da Europa. Foi editado ininterruptamente até 1841 e reapareceu em 1843 com o nome de *Espelho Fluminense*. Em 1843, um outro jornal de moda foi publicado no Rio de Janeiro – *O Gosto* –, dedicado ao teatro, à poesia, à música e à pintura. *O Recreio do Belo Sexo*, jornal de modas, literatura, belas-artes e teatro, criado em 1849 e que circulou pelo menos até 1856, também oferecia nas páginas da seção “Modas” a descrição de figurinos.

A década de 1850 foi, sem dúvida, aquela em que surgiu o maior número de periódicos dedicados à moda na cidade. Em 1851 aparece *O Álbum Semanal*, que circulou durante dois anos e fazia na coluna “Modas” a descrição dos vestuários mais utilizados em circunstâncias como casamentos, bailes e até quaresma e enterros.

Em 1852 surgem o *Novo Correio das Modas*, a *Marmota Fluminense* e o *Jornal das Senhoras*.

Apesar dos diferentes enfoques e propostas de cada um desses periódicos, todos reservavam uma seção específica à moda e, com exceção da *Marmota Fluminense*, mantinham semanalmente um espaço destacado para o tema.

O *Novo Correio das Modas*, jornal que publicava novelas, poesias, anedotas e charadas, além de “recordações históricas”, circulou até 1854. Na coluna “Modas”, dedicada a ambos os sexos, divulgava figurinos vindos diretamente de Paris, acompanhados de sua descrição, além de artigos que discutiam modas, trajés e acessórios polêmicos, como o espartilho.

A *Marmota Fluminense*, que surgiu com o nome de *A Marmota na Corte* (1849-1852) e posteriormente passou a chamar-se *A Marmota* (1857), trazia na coluna “Modas” a descrição de figurinos coloridos vindos de Paris. A partir de 1853, o jornal inova ao brindar seus assinantes com a primeira litografia impressa no Brasil – um figurino de baile –, iniciativa do seu editor, Paula Brito.

Entre os jornais de moda surgidos no século XIX, o *Jornal das Senhoras* merece destaque. Jornal ilustrado com modas, literatura, belas-artes, teatro e crítica, circulou todos os domingos, de 1852 a 1855, sendo totalmente editado e redigido por mulheres.

Além das descrições de figurinos, comuns aos jornais de moda, as autoras da seção “Modas” discutiam desde a importância de pu-

blicar artigos sobre o tema até o sentido da moda para os homens, passando pela defesa do espartilho e dos cosméticos. O jornal tentava ainda orientar as leitoras quanto às vestimentas mais adequadas para bailes, jantares, casamentos, quaresma, carnaval e luto.

O *Jornal das Senhoras* pregava a emancipação da mulher e defendia o seu direito à educação, o qual deveria servir, como mostra Fernanda Bicalho, não para que a mulher disputasse com o homem “no espaço público do mercado de trabalho ou da política, mas apenas instrumentalizando-a a melhor exercer a função que naturalmente lhe compete na sociedade”,¹⁶ qual seja, a de esposa e mãe.

O *Espelho*, que circulou entre 1859 e 1860, também dedicava um espaço exclusivo à moda na coluna “Crônica elegante”. Nela, a descrição dos figurinos era acompanhada de textos sobre a moda masculina, além da reprodução de notícias dos jornais franceses. O periódico publicava ainda artigos sobre temas como o uso das luvas e das cabeleiras (perucas). É curioso ressaltar que o jornal, desde o primeiro número, teve Machado de Assis como colaborador.

Semana Familiar, jornal “político, literário, noticioso, industrial, científico, crítico, anedótico, etc., para recreio das famílias brasileiras”, criado em 1862, também publicava a seção Modas, que se restringia à descrição de figurinos.

O *Jornal das Famílias*, “publicação ilustrada, recreativa, artística, etc.” que circulou no Rio de Janeiro entre 1863 e 1878 e que se auto-intitulava “o grande confidente da família brasileira”, trazia em suas páginas a descrição dos figurinos coloridos e artigos que tratavam do abuso da importação das modas francesas, além de críticas aos “roceiros”, que não sabiam vestir-se corretamente. O periódico também contou com a colaboração de Machado de Assis.

Em 1873 surgia no Rio de Janeiro *O Domingo*, que, na seção “Modas”, trazia descrições e comentários sobre os figurinos. Era editado por Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco, ex-editora do *Jornal das Senhoras*.

A estação, jornal ilustrado para as famílias, circulou entre 1879 e 1904; era um periódico de modas com figurinos e bordados e foi

¹⁶ Maria Fernanda Baptista Bicalho, *O belo sexo*, p. 97.

precedido de uma outra publicação impressa em Paris, *La saison*, de 1872. Nele, Machado de Assis publicou *Quincas Borba*.

A Mulher é um jornal que desperta atenção, não tanto pelo seu conteúdo, que, no caso da moda, se restringia à descrição de figurinos, mas pelo fato de ter sido editado em Nova York por um grupo de mulheres que estudava medicina naquela cidade. Criado em 1881, o periódico ilustrado de literatura e belas-artes, consagrado aos interesses e aos direitos da mulher brasileira, oferecia figurinos e desenhos de uma loja americana, a Desmoret, o que não deixa de ser curioso, pois, no século XIX, a maioria dos jornais de moda que circularam no Rio de Janeiro publicava figurinos franceses e, apenas eventualmente, ingleses.

O Arquivo das Famílias – também criado em 1881 – era, segundo Fernanda Bicalho, “um semanário consagrado ao recreio e aos interesses domésticos, que deixa bem claro no seu prospecto a dupla intenção de informar e orientar as atividades e o lazer femininos”.¹⁷ Dentro dessa proposta enquadra-se a seção “Correio da moda”, que descrevia figurinos e comentava as últimas novidades de Paris.

Um jornal que comprova o alcance e a importância do Rio de Janeiro na divulgação da moda durante o século XIX é *O Domingo*, criado em 1885, em São João del Rei. Na coluna “Em que param as modas ...”, a cronista deixa claro que tem por encargo principal informar as leitoras sobre as novidades da Corte, resumindo também as notícias publicadas em seus jornais de moda.

De maneira geral, os jornais de moda que circularam no Rio de Janeiro no século XIX eram jornais femininos, embora muitas colunas e notícias sobre o tema tenham surgido naqueles dedicados à família ou até mesmo nos jornais satíricos.

Segundo Laurence Hallewell, entre a Independência e a maioria de d. Pedro II, um dos progressos sociais mais importantes, no que diz respeito à publicação de livros, se refere “à valorização da condição da mulher, que criou um público feminino suficientemente numeroso para alterar o equilíbrio do mercado”.¹⁸ Para o autor, isso

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 74.

¹⁸ Laurence Hallewell, *O livro no Brasil*, p. 87.

ocorreu no momento que o analfabetismo feminino deixou de ser encarado como um sinal de nobreza e se tornou normal para as moças freqüentar escolas. A partir daí, editores como Paula Brito, conscientes da existência desse novo público leitor feminino, investem na publicação de jornais e revistas dedicados às mulheres. Hallewell cita ainda Antonio Cândido, para quem jornais como *A Marmota* e outros foram responsáveis pela ampliação desse mercado, fazendo que os autores se habituassem a escrever para as mulheres ou para o público familiar.

Nesses periódicos dirigidos à mulher, a moda raramente ficava de fora. Juntamente com a literatura, ela era um dos temas impulsionadores da imprensa feminina que, no século XIX, começa a consolidar-se. Como afirma Dulcília Buitoni,

Duas razões importantes para que jornais e revistas fossem assinados e ansiosamente esperados: traziam a continuação dos romances lidos em série e os novos modelos de Paris. Moda e literatura uniam-se para criar uma espécie de necessidade temporal, uma de acompanhamento da narrativa, outra de “atualização” com o que se usava na Europa.¹⁹

Mesmo que publicassem figurinos masculinos ou discutissem o sentido da moda para os homens, os periódicos da época acreditavam que a moda era “artigo privativo das senhoras”.²⁰ Estas eram as destinatárias dos cronistas das seções de moda, que se dirigiam às mulheres com adjetivos como “amáveis leitoras”, “graciosas leitoras”, “belas leitoras”, “nossas leitoras faceiras”, “minha amiga”, entre outros.

Por isso, quando publicavam figurinos masculinos, ou escreviam artigos de interesse dos “amáveis *dandys* ou *petimetres*”, ou ainda dos “nossos *gentlemen*”, alguns cronistas sentiam-se obrigados a desculpar-se com as mulheres.

O *Jornal das Senhoras*, ao publicar figurinos masculinos, preferia apelar para a boa vontade das mulheres, pedindo-lhes que en-

¹⁹ Dulcília Buitoni, *Imprensa feminina*, p. 41.

²⁰ *Espelho Diamantino*, ano I, editorial de lançamento, s. d.

tendessem que o periódico deveria atender também aos homens que desejassem vestir-se com elegância.

Ora, qual será de vós, querida leitora, que se arrufará comigo somente porque de três em três meses levo ao vosso toucador uma estampa de figurinos de moços belos e elegantes? (...) São figurinos que de vez em quando, como fruta do tempo, aparecem em o nosso jornal para que não passe por um soberbão, enfatuado e egoísta (que nojo temos nós desta gente!) limitado ao círculo somente de figurinos de moças sem fazer caso dos maridinhos, maninhos, cunhadinhos, priminhos e algum tiosinho adamado e basófilo, que ainda queira passar por mocetão, tendo já cinqüenta anos!²¹

Resumindo: os figurinos e os artigos dedicados aos homens eram uma exceção nos jornais de moda do Rio de Janeiro. Dentre os periódicos citados, apenas o *Espelho Diamantino*, *O Correio das Modas*, o *Novo Correio das Modas*, a *Marmota Fluminense*, o *Jornal das Senhoras* e o *Espelho* mantinham, com alguma regularidade, um espaço dedicado aos homens. Mas, mesmo quando tratavam das roupas masculinas, o alvo das preocupações dos cronistas era a mulher.

Já nos tínhamos esquecido dos nossos elegantes, porque totalmente entregues à empresa de satisfazermos os caprichos das nossas belas e amáveis brasileiras, só cuidávamos delas. Todavia, o *Correio* não o quis ser ingrato e por isso consagra algumas linhas às modas dos nossos jovens (...).²²

Os próprios cronistas e, em especial, as cronistas confessavam suas dificuldades e falta de interesse em escrever para os homens. Aliás, como revela um artigo do *Jornal das Senhoras*,²³ as leitoras e as outras colaboradoras do jornal também não faziam questão de artigos de modas dedicados aos homens.

Veremos mais adiante que uma explicação para o descaso dos cronistas pela moda masculina talvez resida no fato de que, no século

²¹ *Jornal das Senhoras*, ano II, nº 40, 2 de outubro de 1853.

²² *O Correio das Modas*, ano I, nº 16, 20 de abril de 1839.

²³ *Jornal das Senhoras*, ano II, nº 25, 19 de junho de 1853.

XIX, a moda possuía sentidos diversos para cada sexo. Para a mulher era algo indispensável, o elemento que, além de reforçar seus atributos naturais, distinguiria aquelas que pertenciam à “boa sociedade” por meio da elegância e do bom-tom. O homem, por sua vez, possuía outras formas de distinguir-se, como a educação e o grau de instrução, não necessitando da moda para se afirmar socialmente.

Se as colunas de moda eram dedicadas em sua maioria ao sexo feminino, seria interessante saber quais mulheres integravam esse universo de leitoras. Para fazer um recorte que possibilite um perfil daquela leitora, vejamos, antes de tudo, os dados do Censo Geral de 1872²⁴ quanto ao número de habitantes e percentuais de alfabetizados do Rio de Janeiro.

**Total da população do município neutro (Rio de Janeiro):
272.972 habitantes**

POPULAÇÃO LIVRE	POPULAÇÃO ESCRAVA
Homens 133.880	Homens 24.886
Mulheres 92.153	Mulheres 24.053
Total 226.033	Total 48.939

Alfabetização da população livre do município neutro

HOMENS	MULHERES
Sabem ler 65.164	Sabem ler 33.992
Analfabetos 68.716	Analfabetas 58.161

²⁴ J. S. Favila Nunes, *A população, território e a representação nacional do Brasil comparada com a de diversos países do mundo*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889. Apud Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes, *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro – século XIX*, p. 14.

A partir desses dados, pode-se perceber que apenas 37% das mulheres que integravam a população livre do Rio de Janeiro eram alfabetizadas, o que demonstra que o universo de leitoras das colunas de moda ainda era bastante reduzido na década de 1870. Devemos reconhecer, contudo, que o número de mulheres que tinha contato com esses jornais provavelmente era superior ao número de mulheres alfabetizadas; afinal, mesmo iletradas, muitas delas tinham acesso às gravuras de moda, podendo copiar os modelos sugeridos por elas. Como o nosso interesse está centrado no discurso dos jornais, vamos nos restringir ao contingente de mulheres alfabetizadas do Rio de Janeiro, mulheres que fizeram da leitura dos jornais e dos romances uma das primeiras formas de contato com o mundo exterior.

Fernanda Bicalho, em seu estudo sobre a representação da mulher na imprensa do século XIX, já havia chamado a atenção para esse fato, afirmando que,

(...) muito antes de ter acesso aos divertimentos mundanos que exigiam sua presença no espaço profanizado da rua, ela já se constituía num público de leitoras de romances e folhetins. Entre agulhas, linhas, riscos de bordados, confecção de doces, aulas de piano e de dança, a literatura era permitida como forma de lazer pela vigilância masculina.(...) Mas não apenas o objeto-livro povoou as cestas de costuras e contribuiu para o fortalecimento da identidade feminina no século XIX. Também a imprensa, meio de comunicação de grande importância na construção da esfera pública, dividiu esse papel.²⁵

Se num primeiro momento a leitura dos jornais constituiu uma das únicas formas de lazer das mulheres – já que elas pouco saíam as ruas –, essa leitura não decresceu, pelo contrário, acentuou-se à medida que se foi intensificando o processo de exteriorização feminina.

A mulher que freqüentava os cafés, os salões e a rua do Ouvidor em busca das novidades da moda, que visitava e recebia visitas, que viajava para os arrabaldes pitorescos no verão, que ia ao teatro e aos

²⁵ Maria Fernanda Baptista Bicalho, *op. cit.*, p. 71-72.

bailes da cidade, a mulher da “boa sociedade” enfim, encontrava nos jornais e, em especial, nas colunas de moda, um tipo de informação fundamental: a orientação quanto aos cuidados com a higiene e os comportamentos e as vestimentas adequados para quem começava a ganhar o espaço público das ruas.

Assim, por meio das colunas de moda, uma das características das leitoras que aparece mais claramente é que elas eram mulheres que saíam às ruas. O cronista do jornal *O Espelho*, por exemplo, ao propor um passeio imaginário pelas ruas da cidade, revelava os locais e as formas de lazer do Rio de Janeiro que constavam do roteiro da mulher da “boa sociedade”.

Para tudo quanto de melhor há em fazendas não faltam casas na *rua do Ouvidor* (...). Isto que até aqui tenho dito refere-se unicamente a assunto de *toilette*, porém há alguma coisa mais em que a elegância esplendidamente se mostra, denotando o mais apurado gosto; dá-me a leitora o braço e vamos de passeio até o *hotel dos Frères Provençaux*. (...) Já vê a leitora que as brasileiras vão invadindo também o domínio do belo, até então exercido exclusivamente pelas francesas: já podemos dizer que o primeiro hotel do Rio de Janeiro, hotel que nada terá a invejar aos de maior fama da Europa, é dirigido por uma brasileira. Do hotel podíamos, eu e a minha leitora, sempre de braço, ir até o *teatro Lírico*. É ali onde mais vezes se apresenta o nosso mundo elegante, sempre cheio de seduções, sempre ébrio de encantos e de delícias.²⁶ (grifos meus)

Por meio das colunas de moda do *Jornal das Senhoras*, também é possível perceber os locais mais freqüentados pelas leitoras. Ao comentar as roupas usadas nos eventos ou apresentar sugestões de figurinos, suas cronistas iam revelando os espaços da cidade que contavam com a presença feminina. Segundo o jornal, sua leitora era a mulher que visitava as lojas da “feiticeira rua do Ouvidor”, lanchava nas confeitarias Carceller e Francioni, assistia a espetáculos nos teatros de São Januário, de São Pedro, Lírico, ia ao Prado Fluminense,

²⁶ *O Espelho*, ano I, nº 4, 23 de setembro de 1859.

assim como às regatas na Ponta do Caju, “onde encontrei lindas moças, trajadas a propósito e alegres e risonhas como realmente devem estar as moças nestes divertimentos”.²⁷

Mas a leitora das colunas de moda era, principalmente, a mulher que ia aos bailes da cidade, descritos pelo mesmo *Jornal das Senhoras* – aqueles promovidos pelo Cassino Fluminense, pelo Campestre, pelo Provisório ou por sociedades como a Vestal, Phil’ Euterpe, Sylphide. Isso sem contar a festa da Glória, as festas de Reis, os bailes da Beneficência Francesa e Portuguesa e as festas particulares sobre as quais o jornal não se furtava a comentar – eram os aniversários ilustres como a “festa na Ponta do Caju para Justiniano José da Rocha”, as festas em bairros como o Catete, Botafogo, Rio Comprido, Andaraí e Santa Teresa.

Por fim, lembremos os locais escolhidos pelas leitoras para passar o verão, que os jornais também destacavam.

O mundo elegante emigrou para o campo. Andaraí, Engenho Velho, Rio Comprido, São Cristóvão, Ponta do Caju, Laranjeiras, Botafogo, Lagoa, Tijuca e todos os mais arrabaldes da cidade, guarnecidos de chácaras e alegres habitações, formam hoje o ameno recinto da “boa sociedade”.²⁸

As descrições dos trajes adequados a cada ocasião revelam que um dos traços que marcam essa leitora se relaciona à intensidade da vida social. As colunas de moda, ao apresentarem figurinos para bailes, teatro, visitas pela manhã, viagens, banhos de mar, cavalgadas, idas às compras, entre outros, mostram que, à medida que se estavam adaptando às exigências de uma nova sociabilidade, as mulheres necessitavam, cada vez mais, ir especializando os trajes e adequando-os às diversas circunstâncias do seu cotidiano. Por isso, os jornais insistem em sugerir e especificar a roupa certa para cada hora do dia.

Nas legendas dos figurinos publicados nos jornais, percebemos as inúmeras atividades que envolviam a mulher da “boa sociedade”:

²⁷ *Jornal das Senhoras*, ano II, nº 50, 11 de dezembro de 1853.

²⁸ *Idem*, ano III, nº 1, 1º de janeiro de 1854.

no *Jornal das Senhoras*, por exemplo, há “um vestuário de familiar passeio no campo”, “oito diferentes modelos de saídas de baile”, “*toilette* de baile no campo”, “*toilette* de receber visitas de cerimônia”, “*toilette de soirée*”, “*toilette* de grande baile”, “vestido para visita aos armazéns da moda”, “*toilette* de meio luto”, entre outros.

A leitora das colunas de moda estava integrada à vida social da cidade, era possuidora de instrução, mas necessitava de mais informações sobre as novidades da moda, como afirmava uma autora. “Estou certa e certíssima que escrevo para o círculo do bom-tom (...). O que é de minha restrita obrigação, desde que me propus a falar em modas, é relatar com toda a lealdade o que eu presenciei em Paris (...)”.²⁹ A leitora dessas colunas era tida também como a maior beneficiária dos “progressos na vida social do mundo elegante”. Ainda segundo o *Jornal das Senhoras*, graças a isso:

Os vícios da educação bisonha de nossas avós extinguiram-se. Todas as senhoras são hoje delicadas, instruídas e prendadas. Temos conquistado para o nosso sexo o conhecimento de muitas ciências de deleite e prendas que outrora só poucas senhoras possuíam e talvez com bastante imperfeição.³⁰

Mulheres educadas, instruídas, freqüentadoras do espaço público das ruas, ávidas por informações sobre as novidades da moda e as vestimentas adequadas às ocasiões – este era, *grosso modo*, o perfil da leitora dos jornais de moda do século XIX. Criados a partir do interesse feminino pela moda, despertado pelo contato com os estrangeiros, pela intensificação da vida social e pelo desenvolvimento de um comércio especializado no Rio de Janeiro, os jornais de moda tinham a mulher da “boa sociedade” como o alvo do seu discurso e sua principal interlocutora. Contudo, se a necessidade e o interesse pela moda já estavam despertados, ainda era preciso que os redatores desses jornais justificassem e, mais do que isso, enfatizassem o papel das colunas especializadas. Nesse sentido,

²⁹ *Idem*, ano I, nº 1, 1º de janeiro de 1852.

³⁰ *Loc. cit.*

diversos argumentos eram utilizados para convencer as leitoras de sua importância.

O *Jornal das Senhoras*, por exemplo, afirmava que o periódico era, antes de mais nada, totalmente escrito e dirigido por mulheres, “com o duplo fim de defender os direitos do seu sexo e centralizar as modas, e a sua direção”.³¹

Para o cronista de *O Correio das Modas*, um jornal de modas era principalmente útil.

Que dizem agora os amigos das modas, acerca do seu Correio!! Não vai mostrando a sua utilidade? Não orienta os leitores em tudo aquilo que é proclamado pelo bom gosto? Devemos confessar do nosso lado que o ilustrado público desta Corte nos provou, com a sua concorrência e suas assinaturas além das nossas esperanças, que a publicação de um jornal de modas lhe faltava; mas ainda há alguns velhos renitentes, ralhadores, carunchosos, a quem nos resta a converter.³²

A cronista do *Jornal das Senhoras* também reclamava dos leitores que não entendiam a necessidade de um jornal especializado ou, ainda, do espaço que as colunas de moda ocupavam.

Tenho lido algumas vezes, não sei onde, e já tenho mesmo ouvido a alguns magricelas, que tudo terão menos espírito, dizerem muito senhores de si e de farofa: – No Rio de Janeiro as modas não oferecem assunto bastante para um jornal; não há matéria; tudo é velho e sempre o mesmo. Forte desconsole! E eu digo o contrário, e penso dizer a verdade. Não há leitores em grande número, porém matéria há de sobra; por outra: ainda não estamos acostumados a esta leitura especial, como acontece em Paris, porque os nossos jornais de moda têm aparecido até aqui, de vez em quando, como fruto temporão que se não dá lucro apodrece, e nos deixa ficar sem o gosto e o costume estabelecidos que

³¹ *Idem*, ano I, nº 4, 25 de janeiro de 1852.

³² *O Correio das Modas*, ano I, nº 2, 12 de janeiro de 1839.

tornem uma necessidade domingueira a leitura dessas pequenas coisas úteis e instrutivas.³³

Apesar das críticas ou da falta de interesse de alguns leitores e — a despeito do propósito das seções de modas parecer bastante limitado — consistindo, por exemplo, em “sempre e em toda a parte, analisar e consignar as futilidades da moda, para as transmitir imediatamente às belas damas que nos honram com sua leitura”,³⁴ seus cronistas sentiam-se obrigados a defender a necessidade e a importância de seus escritos, que, para eles, deveriam servir ao menos para divertir as leitoras.

Sempre que principio a escrever um artigo de modas tenho tanto o que dizer... é uma pena. Dizem que é um artigo secundário; que em primeiro lugar estão outros que são dignos das honras e preferências (...). Vamos e venhamos, eu também concordo que nem por sombras ele pode ter as pretensões de ombrear com esses outros que guarnecem as colunas do nosso jornal, tão instrutivos e tão cheios de elegância e literatura; mas não hão de permitir que sem a notícia das modas o jornal não teria todo o tempero necessário para adubar o manjar literário do bom-tom que apresentamos todos os domingos a vossa mesa de recreio.³⁵

Defendendo o aspecto recreativo das colunas de moda, estava também o cronista de *O Correio das Modas*. Para ele, embora escrever para o belo sexo fosse tarefa das mais importantes, uma das maiores virtudes — não apenas da seção de modas mas do jornal como um todo — era a ausência de artigos mais sérios e, em especial, dos que tratavam de política.

Enquanto os mais periódicos se ocupam de ordens do dia, política interna, política externa; enquanto eles discutem quem tem a pala-

³³ *Jornal das Senhoras*, ano I, nº 39, 26 de setembro de 1852.

³⁴ *Idem*, ano IV, nº 44, 4 de novembro de 1855.

³⁵ *Idem*, ano I, nº 32, 8 de agosto de 1852.

vra e quem a não tem, quem nessas barafundas parlamentares tem ou não razão no que diz e no que faz, o *Correio* pequenino e fraco passa por seus colegas de imprensa e vai evitar o rumor que fazem no *toilette* de suas leitoras onde é sempre bem acolhido, porque o *Correio* e suas leitoras não entendem de política a não ser aquela que faz o homem amável na sociedade...³⁶

Em todos os jornais de moda do século XIX pesquisados por nós, a menção à política ou aos políticos aparece de duas maneiras – uma, como vimos anteriormente, ocorria quando se desejava desvincular a seção de modas de assuntos sérios, e a outra quando essas colunas comentavam os trajes, os casamentos ou a chegada ao poder de alguns políticos.

A família imperial, por exemplo, é mencionada nas colunas de moda pela simplicidade que mantinha no vestuário. Comentava-se muito uma certa austeridade que reinava nos seus trajes. Segundo *O Correio das Modas*, no dia do aniversário da Independência, “suas altezas atraíam a atenção pela simplicidade elegante com que estavam vestidas”.³⁷

Um outro periódico de modas, *O Gosto*, em um de seus primeiros números, tratava dos preparativos que envolviam o casamento de d. Pedro II e, mais especificamente, dos tecidos vindos da França para serem escolhidos pela futura imperatriz. O interessante a observar é que o jornal acreditava que a partir do casamento a imperatriz tornar-se-ia um modelo de elegância para toda a Corte.

Antes desse dia tudo são incertezas, não se atina com o gosto do corte, com o contraste das cores, com a harmonia das vestimentas; depois, não haverá que duvidar, o figurino será dado pela imperatriz, todas as modas serão da imperatriz, todas as fazendas da imperatriz e todas as lojas da imperatriz.³⁸

³⁶ *O Correio das Modas*, ano I, nº 22, 1 de junho de 1839.

³⁷ *Idem*, ano II, nº 22, 13 de setembro de 1840.

³⁸ *O Gosto*, ano I, nº 2, 12 de agosto de 1843.

Uma década mais tarde uma outra imperatriz vai ocupar as colunas de moda – trata-se de Eugênia, que, com a chegada de Napoleão III ao poder, se torna modelo de elegância não apenas na França, como também no resto do mundo.³⁹

Naquele momento, o fascínio exercido pela moda francesa chega ao apogeu: crônicas inteiras são dedicadas a descrever os trajes da imperatriz, publicam-se gravuras com a sua imagem, divulga-se o penteado *Eugénie*; alguns cronistas chegam a afirmar que nunca se inventou toaletes de tamanho bom gosto. A crônica do *Jornal das Senhoras* reproduzida a seguir é um exemplo do *frisson* causado pelos eventos políticos da França, que são descritos aqui pela colunista de moda do jornal.

Dias festivos e prazenteiros se sucedem em sua capital recamados dos brilhantes enlevos da animadora influência de uma nova imperatriz. O prazer e o luxo giram de mãos dadas por todos os salões, por todas as ruas de Paris, estreando gentis o galarim de suas galas. O pobre exulta de contente, lava, engoma e veste a melhor de sua roupa, enquanto a opulência trajando os veludos de ouro e prata guarnecidos, curva-se respeitosa ante o trono do imperador.⁴⁰

³⁹ Segundo Marylene Delbourg-Delphis em *Le chic et le look*, a paisagem *vestmentária* da França, que havia sido alterada a partir da Revolução, foi novamente alterada no Segundo Império. Nesse momento, sem a vida nas cortes e com a instabilidade dos regimes políticos que marcaram a nação na primeira metade do século XIX, os pólos de criação da moda apareciam mais e mais dispersos.

Com o Segundo Império, a moda, assim como o próprio regime, necessita de reunificações e reconciliações para se afirmar, agregando e agradando a grupos de origens tão diversas como bonapartistas, aristocratas do Antigo Regime, os recém-enobrecidos e os ricos burgueses. Daí, segundo a autora, o papel de Charles Frederick Worth, costureiro oficial da imperatriz Eugênia: na esfera da moda ele representava tanto quanto Napoleão III na política, aparecendo “como o grande legislador, o grande organizador do universo feminino”. Quanto à imperatriz Eugênia, a autora discorda que tenha tido muita influência na corte. Para Delbourg-Delphis, a posição central que ocupa no famoso quadro do pintor Winterhalter exprime muito mais o papel que gostaria de ter representado do que aquele que ela realmente representou. Cf. Marylene Delbourg-Delphis, *op. cit.*, p. 46-47.

⁴⁰ *Jornal das Senhoras*, ano II, nº 12, 20 de março de 1853.

O fato merece espaço também na coluna da *Marmota Fluminense*.

Paris nada em festas, motivadas pela elevação de Luis Napoleão ao trono imperial. As jovens parisienses entregam-se descuidosas aos prazeres que as rodeiam. Parece que uma eterna mocidade, uma eterna beleza e uma eterna elegância dão uma nova existência àquela capital.⁴¹

Nos periódicos que circularam na década de 1850, estão as melhores amostras dessa situação excepcional, em que a política ocupa as colunas de moda, pois, de forma geral, o objetivo delas era tão-somente revelar as novidades no vestuário, caracterizando-se por uma despolitização.⁴²

Informar, descrever os figurinos, comentar a vida social da cidade, reproduzir notícias sobre moda dos jornais estrangeiros, orientar as mulheres da “boa sociedade” quanto aos trajes mais adequados, indicar produtos e lojas – eram esses, em linhas gerais, os objetivos das colunas de moda.

Com uma linguagem leve e coloquial, essas colunas aproximavam a leitora do cronista, que estabelecia um diálogo com sua destinatária. Com esse objetivo, muitas seções de moda tomavam a forma epistolar, como era o caso da publicada em *O Álbum Semanal*. Para Dulcília Buitoni, o texto na imprensa feminina:

... sempre vai procurar dirigir-se à leitora, como se estivesse conversando com ela, servindo-se de uma intimidade de amiga. Esse jeito coloquial, que elimina a distância, que faz as idéias parecerem

⁴¹ *Marmota Fluminense*, ano II, nº 343, 25 de fevereiro de 1853.

⁴² Segundo Dulcília Buitoni, a despolitização é uma das características da imprensa feminina. Para a autora, a revista feminina “precisa gratificar sua consumidora e não enchê-la de preocupações. As publicações brasileiras (...) raramente se posicionam como órgão de comunicação. Não trazem editoriais; a opinião, quando aparece, está nos textos assinados por colaboradores,” cf. *Imprensa feminina*, p. 71. Assim, a despolitização não seria marca apenas das colunas de moda, mas dos periódicos femininos em geral, que, mais do que informar, visavam divertir e distrair as leitoras.

simples, cotidianas, frutos do bom-senso, ajuda a passar conceitos, cristalizar opiniões, tudo de um modo tão natural que praticamente não há defesa.⁴³

Essa linguagem direta e amigável desmistificava não apenas a moda, como também as próprias crônicas de moda, e tornava corriqueiros os assuntos tratados por elas. Contudo, comparando-se os periódicos dedicados ao tema, percebe-se que os primeiros jornais femininos surgidos no Rio de Janeiro ainda procuravam dotar a moda de seriedade. Preocupados em justificar sua necessidade, apelavam para argumentos de ordens diversas, discorrendo sobre a sua importância para a economia do país, como representação de um apuro na civilidade ou como fonte de variados empregos. Para o cronista de *O Correio das Modas*, por exemplo,

Ninguém a não ser refinado jinja de grosso bastão, com larga e velha casaca, comprido e disforme colete, e com pajem atrás, para carregar-lhe o guarda-sol (ou guarda-chuva) (...) nos dirá que as modas não convêm a um país civilizado: a estes mesmos nós perguntaremos, para convencê-los da utilidade delas, a Nação não recebe grandes somas pelos despachos que tem os que se encarregam de mandar vir da Europa tais remessas, e se além deste imposto, aliás mui justo marcado nas pautas das Alfândegas (que muita gente fina deseja arrombar) não pagam as lojas de modas estrangeiras (e pagariam as nacionais se as nossas patricias não tivessem medo de os ter) outros muitos impostos que são recolhidos ao Cofre Nacional, para terem o competente destino a bem dos precisados? Perguntaremos mais, se pode haver esse apuro de civilidade e decência européia, que recomenda tanto a política social (...) e da qual tanto tem clamado os nossos estadistas, pretéritos e presentes, sem essas modas, e outras coisas que lhe são relativas, que bastante agradam ainda os mesmos apurados d' Europa, onde a civilização é mais antiga que o nosso descobrimento; quanto mais aos implumes brasileiros, que apesar dos tropeços que têm achado na política, desde

⁴³ Dulcília Buitoni, *Mulher de papel*, p. 125.

a sua emancipação têm avançado alguma coisa pela estrada do apuro (...). Que seriam das artes e ofícios se não fossem as modas? Todas jazeriam, senão em perpétuo esquecimento, ao menos em completa decadência. É com as modas que o carpinteiro ganha com avanço seu jornal, porque o gosto das propriedades varia, e quanto mais coisas se inventam para aformoseá-las, tanto mais é o trabalho dos operários e mais o dinheiro que ganham. Isto que apontamos no carpinteiro, um dos ofícios que parece não depender do gosto das modas, mas que depende, como vimos de mostrar, se observa em todos os outros, e com mais desenvoltura, não falando então do alfaiate, sapateiro, etc, etc.⁴⁴

O *Jornal das Senhoras*, por sua vez, possuía uma das características da imprensa feminina destacadas por Buitoni: sua linguagem clara visava a uma intimidade com a leitora, aproximando-a do assunto tratado. Sem precisar dos argumentos utilizados por *O Correio das Modas* para convencer as leitoras da importância da moda, a cronista daquele periódico é direta ao apelar para a vaidade feminina e seu desejo de agradar aos homens.

(...) ninguém pode desconhecer a sua utilidade e a nobreza de que ela (a moda) cinge as *lionnes* de nossos salões. Para prová-lo, basta contemplar-se a mulher formosa dos campos e uma simples beleza da corte trajada *comme il faut*. Resulta da comparação – que prefere-se a segunda à primeira, e por uma razão muito clara. Por mais bela que seja uma mulher, é necessário um pouco de arte para merecer a admiração de um homem. Isto é uma lei da natureza; por ventura o brilhante bruto tem o valor do brilhante lapidado?⁴⁵

Graças ainda a essa linguagem é que os cronistas convenciam as mulheres a usar determinados modelos, a adotar a moda do momento ou a comprar produtos, como cosméticos, perfumes e jóias.

⁴⁴ *Correio das Modas*, ano I, nº 1, 13 de janeiro de 1836.

⁴⁵ *Jornal das Senhoras*, ano II, nº 3, 15 de janeiro de 1854.

Não terminaremos este pequeno artigo, sem vos recomendarmos a *lotion sedative a la fraise*, que possui a propriedade de destruir as sardas e pintas rubras da pele, dando-lhe um brilho encantador; a *água de Colônia aperfeiçoada*, que é o que há de mais suave para o *toilette*; a *água de Berenice*, que limpa e lustra admiravelmente bem o cabelo; a *água benzoide*, de um efeito muito salutar para o *toilette* e banhos; o *philocomo*, cuja base é o tutano de vaca e quina, que faz parar a queda dos cabelos, ajuda poderosamente o seu crescimento e, enfim, uma multidão de mil outras receitas preciosas no interesse de vossa beleza, pois que elas lhe duplicam o brilho e muitas vezes lho dão...⁴⁶

Por meio das colunas de moda fazia-se também a propaganda, ainda que discreta, das lojas mais famosas da cidade. É certo que, desde o início do século XIX, os anúncios de roupas, chapéus e calçados europeus são numerosos nos jornais do Rio de Janeiro. Contudo, um comentário a respeito de uma determinada loja ou produto dava mais credibilidade ao anunciante, pois aquele era um espaço ocupado por “especialistas”.

Nos jornais pesquisados é possível perceber as relações existentes entre algumas casas comerciais e os cronistas, para que os seus produtos fossem citados e sempre recomendados. A Casa Wallerstein, por exemplo, aparecia constantemente no *Jornal das Senhoras*, no *Álbum Semanal*, no *Novo Correio das Modas* – nesses periódicos, os cronistas descrevem regularmente as visitas que faziam “ao fascinador armazém Wallerstein”.

A cronista do *Jornal das Senhoras*, ao explicar a origem dos figurinos apresentados, deixa claro como eram essas relações. Segundo ela, “a primeira e mais importante das nossas casas de modas estabeleceu uma correspondência especial com os agentes e sócios dessa casa em Paris, pessoas aqui já muito notáveis pelo seu apurado gosto e completo conhecimento do nosso mundo elegante brasileiro”.⁴⁷ Por meio desse acordo, a casa Wallerstein, de Paris, enviava

⁴⁶ *Idem*, ano IV, nº 49, 9 de dezembro de 1855.

⁴⁷ *Idem*, ano I, nº 4, 25 de janeiro de 1852.

os figurinos a serem publicados no jornal de modas que, por sua vez, aconselhava a visita à filial brasileira na rua do Ouvidor, onde estariam à espera da leitora não apenas os modelos apresentados, mas também as fazendas e todos os acessórios que compunham a roupa exibida no jornal.

Até aqui viemos tratando dos jornais de moda que circularam na cidade no decorrer do século XIX. Mas, como vimos antes, as notícias e os artigos sobre o assunto não eram exclusividade dos jornais especializados. Também se ocupavam do tema jornais satíricos, como *A Carapuça*; periódicos dedicados ao “belo sexo”, mas que não mantinham seções especializadas, como *O Bisbilhoteiro*; jornais escritos e dirigidos por mulheres, que defendiam sua emancipação e seu direito à educação, como o *Eco das Damas*, *A Família* e *O Sexo Feminino*; e ainda um jornal publicado por médicos, *A Mãe de Família*, que, como o título indica, era voltado para a educação infantil e temas como os cuidados femininos com a higiene e suas roupas, a importância da amamentação, dentre outros.

A Carapuça, jornal satírico para recreio das famílias, surgiu em 1857 e era publicado semanalmente. Embora não tivesse seção de modas, periodicamente editava artigos sobre o tema e até poesias, como *Os efeitos do espartilho* e *Os efeitos dos bailes*, nos quais criticavam as “escravas da moda”.

Em *O Bisbilhoteiro*, surgido em 1889, o cronista, que se assina-va Babino afirmava que o objetivo de seus artigos era aconselhar as leitoras em relação ao vestuário, evitando “que se tornem ridículas, aquelas que a própria natureza encarregou-se de torná-las depositárias de mil atrativos”.⁴⁸

O Sexo Feminino, jornal criado em Campanha, Minas Gerais, em 1873 e transferido para o Rio de Janeiro em 1875, foi, segundo Gondim da Fonseca, o “primeiro jornal do Brasil que defendeu com energia e bom-senso os direitos da mulher, querendo-os iguais aos do homem”.⁴⁹

Em artigos que trataram da moda, suas redatoras procuravam incutir nas leitoras a idéia de que a virtude era o maior adorno da

⁴⁸ *O Bisbilhoteiro*, ano I, nº 29, 26 de junho de 1889.

⁴⁹ Gondim da Fonseca, *Biografia do jornalismo carioca*, p. 376.

mulher, e que “aquela senhora que pensa muito no luxo das modas e trata de enfeitar-se para melhor agradar é porque se descuida completamente de adornar a sua alma de virtudes e o seu espírito das encantadoras graças da verdadeira instrução moral e religiosa”.⁵⁰

A família, jornal literário criado em São Paulo em 1888 e transferido para o Rio de Janeiro um ano mais tarde, tinha uma linha próxima à do *Sexo feminino* e defendia a educação como suporte para a emancipação da mulher. Esse jornal não dedicava grandes espaços à moda, mas publicava artigos esporádicos nos quais criticava, por exemplo, o excesso de preocupação feminina com o tema. Defendia a simplicidade no vestuário e censurava a importação de modas parisienses. Para uma de suas colaboradoras, Adélia Palhares, “a moda, esse coquetismo que tanto prende a atenção feminina, é a escravidão da mulher, escravidão de que ela facilmente se libertará”. E completava: “Guerra à moda, guerra a essa inutilidade que nos desvia a atenção e nos rouba o tempo que pode ser tão utilmente empregado”.⁵¹

Outro jornal de cunho feminista era o *Eco das Damas*, criado em 1885 e que, entre outros assuntos, criticava os abusos do espartilho.

Quanto ao periódico *A Mãe de Família*, podemos afirmar que era, dentre os jornais pesquisados, um dos maiores críticos da moda. Jornal científico, literário e ilustrado, surgiu em 1879, sob a direção do dr. Carlos Costa, especialista em moléstias de crianças. Seu objetivo era “instruir as mães de família, ensinar-lhes a nutrir e criar os seus filhos *de per si*, e demonstrando-lhes que a educação da primeira idade compete exclusivamente à mãe”.⁵² Seus artigos criticando a moda eram constantes e abordavam desde os malefícios dos saltos altos, dos espartilhos e dos perfumes até a educação dada às moças da cidade, que as transformava em verdadeiras “bonecas da moda”.

De modo geral, esses jornais caracterizam-se por manter uma postura de oposição à moda. Abusando da ironia e da graça, como *A Carapuça*, ou utilizando uma linguagem científica, como *A Mãe de Família*, tinham como alvos principais os estragos à saúde causa-

⁵⁰ *O Sexo Feminino*, ano I, nº 18, 14 de janeiro de 1874.

⁵¹ *A Família*, ano II, nº 121, 24 de outubro de 1891.

⁵² *A Mãe de Família*, ano I, nº 1, janeiro, 1879.

dos pela moda, a cega obediência que as mulheres lhe devotavam e a educação, que fazia que grande parte das mulheres bem nascidas se interessasse somente pela vida mundana.

A saia-balão, as anquinhas, os papelotes (usados no cabelo para encrespá-los) e, é claro, o espartilho – maior inimigo desses periódicos –, além dos cosméticos, da maquiagem e dos perfumes, também eram condenados por eles.

Para finalizar, seria importante registrar que a quantidade de jornais com seções de/sobre moda surgidos no Rio de Janeiro durante o século XIX é bastante significativa. Com vida efêmera ou mais duradoura, criticando ou defendendo a moda e a despeito dos seus objetivos, esses periódicos contribuíram para a discussão de um fenômeno novo, que ainda causava polêmica, e que, graças à imprensa, acabou tornando-se aceito e difundido.

Manuais de etiqueta e civilidade: a normatização da roupa e da moda

Diferentemente dos jornais especializados, um outro papel caberia aos manuais de etiqueta e civilidade que, a partir do século XIX, também começaram a ser editados e vendidos no Brasil.⁵³

Essas obras tinham por objetivo preparar as pessoas para a vida em sociedade por meio de uma série de regras em que eram expostos comportamentos e maneiras tidos como corretos. Ensinavam, entre outras coisas, as formas de comer e os hábitos à mesa, a higiene corporal – incluindo os modos de assoar o nariz, cuspir, etc. –, os comportamentos em casa, na igreja, na rua e os cuidados com as vestimentas.

Os manuais de etiqueta e civilidade, que chegam ao Brasil apenas no século XIX, circulavam na Europa desde o século XIV sob a forma de tratados de cortesia, regras de moral e nas artes de agradar ou artes de amar. Da codificação e simplificação dessas obras é que

⁵³ O manual mais antigo encontrado por nós foi *Escola de política, ou tratado prático da civilidade portuguesa*, de d. João de Nossa Senhora da Porta Siqueira, que teve a sua primeira edição em Lisboa em 1814.

surgem os manuais de civilidade, dos quais o primeiro, o *Civilitate morum puerilium*, de Erasmo, data de 1530. Nele, Erasmo dá um novo sentido a uma palavra muito antiga e comum: *civilitas*. Segundo Norbert Elias, Erasmo expressou nessa palavra algo que atendia a uma necessidade social da época. Daí em diante, o conceito ficou “gravado na consciência do povo com o sentido especial que recebeu no tratado de Erasmo”.⁵⁴ Esse sentido, tal qual está em sua obra, corresponderia aproximadamente ao que hoje entendemos por conhecimento da sociedade. Dedicado à educação das crianças, *Civilitate morum puerilium* tratava das posturas, dos comportamentos sociais (na igreja, à mesa, nas brincadeiras) e, por fim, do deitar-se. Embora fosse considerado uma obra menor, o manual escrito por Erasmo inova em três pontos essenciais, como demonstra Jacques Revel. Em primeiro lugar, o livro dirige-se às crianças, enquanto os textos anteriores tratavam indiferentemente – com poucas exceções – adultos e crianças. Em segundo lugar, dirige-se de forma geral a todas as crianças, diferenciando-se dos antigos livros de cortesia que se destinavam exclusivamente às jovens elites. Por fim, é preciso reconhecer na obra de Erasmo um desejo de ensinar um código válido para todos, já que o autor pretendia “fundamentar numa aprendizagem gestual comum uma transparência social (...) condição necessária à concretização de uma sociabilidade generalizada”.⁵⁵

A partir da obra de Erasmo e até o final do século XIX, inúmeras edições e reedições dos manuais de civilidade sucederam-se. Norbert Elias, que fez a compilação e a análise dessas obras, mostra como ao longo de quatro séculos elas foram fundamentais ao “processo civilizador”. Por meio da leitura dos manuais é possível perceber como são civilizadas as maneiras de comer, todas as maneiras ligadas às funções corporais (assoar o nariz, escarrar, cuspir), os comportamentos no quarto – com a sua privatização e a adoção de roupas apropriadas para dormir – e a mudança de atitude nas relações entre os sexos, com um sentimento de vergonha cercando essas relações.

Contudo, o fato de esses manuais terem se disseminado ao longo de quatro séculos e de terem atingido diversas camadas da socieda-

⁵⁴ Norbert Elias, *O processo civilizador*, p. 68.

⁵⁵ Jacques Revel, “Os usos da civilidade”, *História da vida privada*, vol. 3, p. 172-174.

de, por meio das escolas – onde eram utilizados no ensino da escrita cursiva – e do barateamento de suas edições, graças por exemplo à *Bibliothèque bleue*,⁵⁶ não nos deve enganar quanto a uma outra vertente dos manuais de civildade: aquela direcionada aos cortesãos.

Opostos ao modelo de civildade de Erasmo, esses manuais difundiram-se primeiramente na Itália em fins do século XVI. Chamados de manuais de *savoir-vivre*, eram comuns em “sociedades nas quais as hierarquias se recompõem”.⁵⁷ Empenhados em respeitar os *status* sociais e as distâncias que os separavam, enfatizavam o reconhecimento das diferenças sociais e dos gestos que deviam expressá-los.

A culminância desse modelo de civildade, baseado na hierarquia e na regulamentação da sociabilidade, está presente na “sociedade de corte”, em especial na corte de Luís XIV. Nela, a civildade significava para a nobreza submissão irrestrita ao rei, rigorosa hierarquia e uma total valorização da aparência. A civildade é, portanto, distintiva e tem como objetivo disciplinar o indivíduo, para que ele manifeste nos gestos, nas posturas e nas atitudes o primado absoluto das formas da vida social.

Dentro dessa idéia de civildade distintiva, comum às cortes europeias a partir do século XVI, emerge o conceito de “civilizado”, no sentido de cultivado, polido ou contido, e que, segundo Elias, era

como os membros da corte gostavam de designar, em sentido amplo ou restrito, a qualidade específica de seu próprio comportamento, e com os quais comparavam o refinamento de suas maneiras sociais, seu “padrão”, com as maneiras de indivíduos mais simples e socialmente inferiores.⁵⁸

⁵⁶ Fórmula de edição surgida na França no século XVIII que permitia a circulação de livros de baixo preço, impressos em grande número e divulgados por venda ambulante. Cf. Roger Chartier, “Textos e edições: a “literatura de cordel”, *A história cultural – entre práticas e representações*, p.165-187.

⁵⁷ Segundo Jacques Revel, “as civilidades que se inscrevem na tradição erasmiana repousam, pelo menos implicitamente, num duplo postulado: os bons comportamentos podem ser ensinados e aprendidos de maneira útil e são os mesmos para todos”. Cf. Jacques Revel, *op. cit.*, p. 192.

⁵⁸ Norbert Elias, *op. cit.*, p. 54.

Quanto aos conceitos de civilidade e polidez, o autor afirma que, antes de formado e firmado o conceito de civilização, eles tinham praticamente a mesma função que este último, ou seja, visavam

expressar a auto-imagem da classe alta européia em comparação com outros, que seus membros consideravam mais simples e mais primitivos, e ao mesmo tempo caracterizar o tipo específico de comportamento através do qual essa classe se sentia diferente de todos que julgava mais simples e mais primitivos.⁵⁹

No final do século XVII, a civilidade impõe-se na França a um público mais amplo e mais diversificado. A partir daí, existe uma civilidade “para as pequenas escolas e para os colégios burgueses, para a corte e para a cidade, para a alta aristocracia, a pequena nobreza da província e os ‘burgueses gentis-homens’”.⁶⁰

No decorrer do século XVIII e na primeira metade do XIX, a civilidade obtém sua mais ampla divulgação social. É grandemente difundida, até mesmo nos meios rurais, pelas edições de grande circulação dos manuais que chegam até lá. Contudo, e graças ao seu próprio sucesso, é nesse período que os fundamentos da civilidade vão ser abalados.

Segundo Jacques Revel, essa passagem do culto da civilidade a uma civilidade depreciada ocorre pouco a pouco, a partir do momento em que ela deixa de parecer natural, ao menos entre aqueles que decidem o que é natural. Para Revel, o mais grave é que a civilidade hesitava entre duas definições: um modelo válido para todos e um “sistema de conivências que distingue o pequeno número”.

Assim, ao mesmo tempo que os códigos se revelavam demasiadamente acessíveis e difundidos por toda a parte, a civilidade começava a apagar os privilégios das elites. Diante do perigo que representava um eventual nivelamento das condutas, a civilidade é depreciada e torna-se um mero sinônimo de polidez.

⁵⁹ *Loc. cit.*

⁶⁰ Jacques Revel, *op. cit.*, p. 203.

No momento em que se difunde por toda parte, ela já não passa de um vestígio. Enrijecido, empobrecido, desacreditado, desgastado por suas próprias contradições, o projeto de um sistema de reconhecimento que deveria permitir a construção de uma sociabilidade regulamentada já não evoca senão normas autoritárias e uma comédia das aparências à qual as pessoas humildes ainda têm a fraqueza de conceder algum crédito. Antes que novos códigos de comportamentos coletivos se imponham, a civilidade faz um triste papel em face do triunfo provisório do indivíduo e de sua irredutível espontaneidade. A bem dizer a verdade, reduzida a pura exterioridade, ela provoca risos.⁶¹

Como lembra Renato Janine Ribeiro, “se a sociedade do século XVIII apreciou as máscaras, a do XIX torna-se mentirosa: os arrivistas envergam maneiras para melhor enganar os outros”.⁶² Tendo por base os romances da época, o autor afirma também que

Sob o Antigo Regime, a etiqueta fazia parte da representação social, isto é, sem ser reflexo das relações sociais (transparência não existe), era um sonho articulado da nobreza. Já os burgueses de Balzac e Zola, porém, movem-se nas boas maneiras como em terreno minado: em suas mãos a polidez torna-se artimanha, mas que dificuldade têm em manejá-la.⁶³

Mas, a despeito da depreciação da civilidade e da etiqueta, e apesar de os manuais de civilidade terem se transformado em manuais de polidez ou de *savoir-vivre*, isso não os torna menos interessantes ou menos úteis para se estudar a sociedade do século XIX. Philippe Perrot destaca que, assim como a cortesia na Idade Média, como a etiqueta da corte, como a pedagogia da civilidade, que, de Erasmo a Jean Baptiste de la Salle, ensinava às crianças, ao mesmo tempo, a leitura e as boas maneiras, os códigos de *savoir-vivre* do século XIX “per-

⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 206.

⁶² Renato Janine Ribeiro, *A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida*, p. 103-104.

⁶³ *Idem, ibidem*, p. 105-106.

mitem um olhar penetrante sobre o estado de uma sociedade ou sobre a evolução de seus modos".⁶⁴ O autor chama atenção também para o grande número de manuais que circulava na França no século XIX (aproximadamente sessenta, sem contar as inumeráveis reedições) e para o tamanho de seu novo público. Eles refletiam

uma demanda sem precedente da parte de grupos da burguesia (necessitada de aprender as regras) em ascensão (real ou fictícia), e em busca frenética por símbolos de pertença que deveriam completar seu êxito econômico (autêntico ou não), para legitimar seu novo *status* (lícito ou imaginário).⁶⁵

No Rio de Janeiro, a "boa sociedade", mais ou menos como a burguesia em ascensão na França, também buscava abandonar os rústicos costumes que a caracterizavam até o momento da chegada da Corte, por meio de um refinamento nas maneiras e uma sofisticação dos gostos.

Também como a burguesia francesa, a "boa sociedade" fluminense encontrava nos manuais de etiqueta uma fonte de ensinamentos que podia dar a ela condições de se igualar aos seus pares europeus.

De fato, observa-se que, no decorrer do século XIX, inúmeros manuais de etiqueta e civilidade foram editados e reeditados no Brasil. Um exemplo disso é *O novo manual do bom-tom*, que, em 1900, chegava à sexta edição.

O relato de Thomas Ewbank a propósito dos pregões dos ambulantes da cidade também aponta para a difusão dessas obras no decorrer do século XIX, uma vez que eram facilmente encontradas nas ruas da Corte.

Os pregões de Londres são bagatelas quando comparados aos da capital brasileira. Escravos de ambos os sexos apregoam mercadorias em toda a rua. (...) Sapatos, gorros enfeitados, belas jóias,

⁶⁴ Philippe Perrot, *op. cit.*, p. 168.

⁶⁵ *Loc. cit.*

livros para crianças, novelas para as jovens e obras de devoção para os beatos, *Arte de dançar para os desajeitados*, *Escola de bem vestir para as jovens*, *Manual de polidez para os rústicos*, *Oráculo das jovens*, *Linguagem das flores*, *Relíquias de santos* e um *Sermão em honra de Baco* -- essas e milhares de outras são vendidas durante todo o dia.⁶⁶

Anúncios nos jornais também sugerem que a leitura dessas obras era indispensável para aqueles que desejavam ser bem-sucedidos na sociedade. *O Correio das Damas*, jornal português que circulou no Rio de Janeiro entre 1836 e 1850, era um dos que estampavam alguns anúncios do *Manual de etiqueta e civilidade*, “para aqueles pouco familiarizados com a vida na Corte”.

Outra referência aos manuais que circulavam na cidade se encontra no prólogo do primeiro manual de civilidade brasileiro dedicado às crianças. Na apresentação à obra *Entretenimentos sobre os deveres da civilidade*, José Manoel Garcia enumera o que considera alguns dos mais importantes manuais em língua portuguesa: “a *Escola de política*, o *Manual de civilidade e etiqueta*, o *Código do bom-tom*, o *Manual de civilidade brasileira*, o *Novo código do bom-tom*, os *Elementos de civilidade*”.⁶⁷

Assim, dado que os manuais tiveram divulgação e difusão no Rio de Janeiro, seria interessante, a partir de algumas sugestões de Jacques Revel, tentar identificar “nas entrelinhas de cada um desses textos seus destinatários e sobretudo um uso particular da civilidade”.⁶⁸

Entre os manuais encontrados por nós, vemos que eles eram destinados a dois tipos de leitores: aos jovens ou aos “meninos e meninas que freqüentam nossas escolas públicas primárias” e aos “adultos do mundo elegante”.⁶⁹

⁶⁶ Thomas Ewbank, *A vida no Brasil ou descrição de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*, p. 79.

⁶⁷ Guilhermina de Azambuja Neves, *Entretenimentos sobre os deveres de civilidade colecionados para uso da puerícia brasileira de ambos os sexos*, p.5.

⁶⁸ Jacques Revel, *op. cit.*, p. 170-171.

⁶⁹ Guilhermina de Azambuja Neves, *op. cit.*, p. 5.

Os jovens eram os destinatários de obras como *Elementos de civilidade*, *Entretenimentos sobre os deveres da civilidade* e *Escola de política*.

Esses manuais possuíam um duplo objetivo: visavam reforçar as práticas de leitura ao mesmo tempo que ensinavam as regras de civilidade. A metodologia empregada no ensino é que variava: a *Escola de política*, por exemplo, apelava para um misto de perguntas e respostas quanto à civilidade em geral e textos separados para os assuntos específicos, como era o caso do vestuário. Outros tratados, como *Entretenimentos sobre os deveres da civilidade*, da professora primária Guilhermina de Azambuja Neves, buscavam nos “exemplos tirados das cenas da vida de família no Brasil” a “instrução moral” dos jovens, incutindo neles “as lições e as advertências (...) daquela que, na obra de sua educação, tem empregado os mais belos anos de sua mocidade”.⁷⁰

A importância da difusão da civilidade por meio das escolas era enfatizada pelos autores dos manuais, que, entretanto, reclamavam da ausência de um “livrinho escrito em linguagem simples e acomodada à inteligência das crianças, pelo qual se lhes pudesse ensinar praticamente os deveres de civilidade ou de polidez”.⁷¹

Um livro com essas características era o que propunha o autor da *Escola de política*. Segundo ele, seu trabalho

se dirige unicamente a fazer a mocidade civil e a suprimir a falta e negligência que pode haver da parte dos que estão encarregados da sua instrução. (...) Desejarei conseguir o fim que me proponho, fazendo esta lição interessante e útil à mocidade, de cuja educação e cortesia depende a paz da República e a boa harmonia em sociedade.⁷²

O papel dos manuais de civilidade, que a princípio pode parecer o simples ensino das boas maneiras ou a inculcação das regras de

⁷⁰ Guilhermina de Azambuja Neves, *op. cit.*, p. 9.

⁷¹ *Loc. cit.*

⁷² D. João de Nossa Senhora da Porta Siqueira, *Escola de política ou tratado prático da civilidade portuguesa*, s. p.

etiqueta, ia além desses propósitos, ao buscar preparar os seus jovens leitores para a vida em sociedade. Tratando da instrução pública no Rio de Janeiro durante o governo Saquarema, Ilmar Rohloff de Mattos mostra como, na visão desses dirigentes, “a instrução cumpria – ou deveria cumprir – um papel fundamental, que permitia – ou deveria permitir – que o Império se colocasse ao lado das “nações civilizadas”. Instruir todas as classes era, pois, o ato de difusão das Luzes, que permitia romper as trevas que caracterizavam o passado colonial...”⁷³

Mas, segundo ele, instruir todas as classes ou elevar o povo a um estado de civilização significava, na prática, possibilitar à “boa sociedade” “não só conservar o lugar que ocupava na sociedade, mas também reconhecer e reproduzir as diferenças e hierarquizações no seu próprio interior”.⁷⁴

Assim, na proposta educacional dos Saquaremas,

Primordialmente, buscava-se possibilitar a inclusão na sociedade daqueles que eram apresentados como os futuros cidadãos do Império. Por meio da difusão de uma *civilidade*, procurava-se a uniformização mínima entre os elementos constitutivos de uma sociedade civil... (grifo meu).⁷⁵

Difundir a civilidade é o que intentava a professora Guilhermina Neves em sua obra voltada para os alunos das escolas públicas. Para ela, importava “propagar esses princípios tão salutares e conducentes a manter a ordem e a união nas famílias, e portanto na sociedade, que outra coisa não é do que uma grande família”.⁷⁶

Vemos então que os manuais dedicados aos jovens eram obras voltadas para a educação de futuros cidadãos, embora servissem também como instrumento na definição dos membros da “boa sociedade”, na medida em que – ao propor princípios diferenciadores e

⁷³ Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo saquarema*, p. 259.

⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 259-260.

⁷⁵ *Loc. cit.*

⁷⁶ Guilhermina de Azambuja Neves, *op. cit.*

hierarquizantes – distinguiam aqueles que eram civilizados, como aponta um dos manuais. “A civilidade ordena-nos que sejamos modestos conosco mesmos; humildes com os nossos superiores; afáveis com os nossos iguais; humanos com os nossos inferiores.”⁷⁷

A busca da distinção por meio do conhecimento da civilidade também era estimulada pelos manuais dedicados aos adultos. Afinal, dominar as regras da civilidade significava uma superioridade em relação aos outros estratos da sociedade. O autor do *Novo manual do bom-tom* insistia que: “As pessoas mais grosseiras, os detratores mais acérrimos das boas maneiras, afetam quando lhes é possível as formas da civilidade, pois conhecem implicitamente a superioridade das boas maneiras sobre o mau tom”.⁷⁸

Mas apreender e compreender o que era civilidade representava, sobretudo, reconhecer o lugar que cada um ocupava na sociedade: “É preciso que cada um conheça bem o seu lugar, assim como o das outras pessoas, segundo a sua hierarquia”. Por isso, “nunca se deve passar para diante do superior, e havendo-se entrado na sala, fica-se de pé até ser mandado assentar”.⁷⁹

O público destinatário dos manuais dedicados aos adultos era formado por aqueles que compartilhavam dos novos círculos sociais, de quem se esperava comportamentos adequados a pessoas educadas. Nessa nova sociabilidade que emergia na Corte, impunha-se uma preocupação com a *urbanidade*.

Segundo Antônio Morais e Silva, autor do *Dicionário da língua portuguesa*, publicado em 1814, a urbanidade era sinônimo de civilidade, significando ainda “cortesia e bom termo, os estilos da gente civilizada e polida”. Quanto à civilidade, o autor define-a por oposição à “rusticidade, grosseria”.

As mulheres da “boa sociedade” mereciam atenção especial dos autores dessas obras. A vida no Rio de Janeiro, após a chegada da Corte, fez que as mulheres fossem aos poucos obrigadas a frequentar o espaço público das ruas. Mas, ao mesmo tempo, esse processo

⁷⁷ *Elementos de civilidade*, s. aut., s.d., s.p.

⁷⁸ Cf. Luís Verardi, *Novo manual do bom-tom*, s.p.

⁷⁹ *Idem, ibidem*.

de exteriorização revelou uma rusticidade nos costumes e uma fragilidade na educação das moças. Para Laurence Hallewell,

Apenas na década de 30 – e ainda mais tarde nas províncias – o analfabetismo deixou de ser encarado como um sinal de nobreza: esse traço era tido como uma contribuição essencial à moralidade, pois evitava os amores secretos por correspondência! A primeira escola para moças no Rio foi aberta em 1816, mas só em meados do século tornou-se normal para as jovens brasileiras bem nascidas freqüentar, nas maiores cidades, uma escola elegante (...) até os treze ou quatorze anos.⁸⁰

Em função do estado de reclusão em que viviam as mulheres da cidade, sem instrução e sem os conhecimentos de etiqueta e civilidade – tão necessários –, aquelas obras acabaram por transformar-se na fonte mais completa das regras e dos comportamentos a serem adotados socialmente.

Mas é preciso enfatizar mais uma vez que o acesso a esses manuais era restrito a uma pequena parte da população feminina, uma vez que, no final do século XIX, apenas 37% das mulheres eram alfabetizadas. Os leitores potenciais dessas obras eram uma ínfima parte da população livre da cidade.

Embora voltados também para a difusão da civilidade, os manuais dedicados aos adultos ressaltavam, sobretudo, o papel da etiqueta, que consistia na “observância restrita de todas as regras da civilidade, do decoro e do bom-tom”.⁸¹ A etiqueta, que deveria ser respeitada em todas as circunstâncias e ocasiões, existia, segundo os manuais, “em todos os salões em grau maior ou menor, e por isso só é necessário entrar no devido conhecimento e conformar-se com ela”.⁸²

A conformação à etiqueta, exigida aos adultos em todas as ocasiões, também era imposta a alguns jovens. Segundo Gilberto Freyre, eles eram levados pelos pais a seguir, desde cedo, as regras da etiqueta e do bom-tom.

⁸⁰ Laurence Hallewell, *op. cit.*, p. 87.

⁸¹ Luís Verardi, *op. cit.*, s.p.

⁸² *Idem, ibidem.*

A sociedade tem também sua gramática”, escreveu em 1845 o autor de certo *Código de bom-tom*, que alcançou grande voga entre os barões e viscondes do Império. Os quais, para tomarem ar de europeus, [adotaram] regras de bom-tom francesas e inglesas nas criações dos filhos.⁸³

Como apontado anteriormente, a “boa sociedade” do Rio de Janeiro buscou no século XIX igualar-se aos europeus e, ao mesmo tempo, distinguir-se das outras camadas da sociedade, por meio do polimento dos costumes, da europeização da vida social e da adoção da moda estrangeira. Até a chegada da Corte, essa preocupação era quase inexistente, mas, a partir daí, as exigências de uma nova sociabilidade impuseram-se fortemente aos membros daquela camada. Pode-se depreender, por isso, que os manuais de etiqueta e civilidade, juntamente com os jornais – especialmente os femininos –, tiveram um papel preponderante na “civilização” dos modos dessa camada.

Por meio dos *Elementos da civilidade*, percebemos como esses livros preparavam as pessoas para as diversas circunstâncias da vida social. Nessa obra, a civilidade aparece como algo que deve ser adaptado às seguintes situações e locais: “Na igreja, nas visitas, nas companhias, na conversação, nos encontros e passeios, no andar, na postura do corpo, no vestido e no asseio, na mesa, com os superiores, com os inferiores, com os iguais, no deitar e levantar da cama, nas cartas e no luto”.⁸⁴

Aprender todo esse conhecimento, sem exagerar na exibição das boas maneiras, fazer que a civilidade parecesse natural, quase inata, era o que daria à “boa sociedade” a possibilidade de se distinguir do resto da população e de se igualar aos europeus.

Wanderley Pinho, ao falar do movimento da rua do Ouvidor, afirma que, a despeito de um possível nivelamento entre os diversos estratos da sociedade que visitavam ou passavam simplesmente pela rua, ficava sempre clara a existência de símbolos exteriores e marcas que distinguiam a “boa sociedade”.

⁸³ Gilberto Freyre, *Casa-grande e senzala*, p. 420.

⁸⁴ Cf. *Elementos de civilidade*, *op. cit.*, s.p.

(...) a rua do Ouvidor foi, durante todo o Reinado, um ponto de encontros, um tablado de exhibições elegantes, feira de vaidades e amores, bolsa de idéias e emoções e críticas e ironias, um salão. A seleção fazia-se ali numa singular concorrência da aristocracia com a plebe, que tinha a ilusão salutar da igualdade. Ombreando com a nobreza, o povo não se dava conta do trabalho sutil de separação que operavam vestuários e maneiras, gostos, relações e hierarquias.⁸⁵

Se o trabalho de separação era sutil no que se refere às maneiras, o mesmo não se pode dizer das roupas, que exprimiam, de forma muito clara, a posição social de seu portador. Por isso, e com o propósito de estabelecer regras mais ou menos rígidas que deveriam orientar a “boa sociedade” em todos os momentos e situações da vida em sociedade, os manuais não poderiam deixar de mencionar as vestimentas de homens e mulheres.

Desde o século XVI e até o XIX, os manuais de civilidade que circularam na Europa sempre estabeleceram regras relativas às roupas: nas obras de Erasmo e de Jean Baptiste de la Salle, por exemplo, vemos, nas escolhas dos tecidos, nas cores e no próprio corte das roupas, um eco das leis suntuárias.

O centro das atenções dos manuais no que se referia ao vestuário eram as obrigações de asseio e correção. Segundo Daniel Roche, “a noção de correção resumia o essencial de uma atitude que fazia da roupa ‘o corpo do corpo’, como já havia escrito Erasmo, e do asseio uma exigência integrante da correção (...)”.⁸⁶

Durante três séculos, a higiene resumiu-se às partes visíveis do corpo, ou seja, à cabeça e às mãos; a dos pés e do resto do corpo só apareceu entre a metade do século XVIII e o início do século XIX e o banho, após 1820. Considerando que a pouca disponibilidade de água restringia o asseio à higiene matinal e à lavagem das mãos às refeições, podemos compreender que os manuais de civilidade euro-

⁸⁵ Wanderley Pinho, *Salões e damas no Segundo Reinado*, p. 284.

⁸⁶ Daniel Roche, *La culture des apparences – une histoire du vêtement, XVII^e-XVIII^e siècle*, p. 354.

peus enfatizassem a limpeza e a correção das vestimentas, por serem estas um reflexo da higiene corporal.

Como veremos a seguir, a preocupação com o asseio do corpo e das roupas também estava presente nos manuais que circularam no Rio de Janeiro no século XIX. Além disso, essas obras tinham um outro ponto de aproximação com os manuais europeus: como eles, também defendiam a idéia da adequação ou da correção dos trajes.

É importante ressaltar, aliás, que um dos principais objetivos da literatura das civilidades consistia em estabelecer regras mais ou menos rígidas, determinando o que as pessoas deveriam vestir, segundo o sexo, a idade, a ocasião e a posição social, pois o propósito mais imediato delas não era descrever a moda adequada à “boa sociedade”, mas reunir, sob a idéia da racionalização dos trajes, as características das roupas mais convenientes. Mas o que seria um traje correto, segundo esses manuais? “Os vestidos serão decentes: – Se forem asseados, limpos, inteiros e não rotos; (...) – Se forem próprios do estado social da pessoa que os traja; (...). – Se forem acomodados às circunstâncias, por que nem em todas elas se usam os mesmos vestidos”.⁸⁷

A questão da adequação das roupas, também presente nos jornais de moda, será desenvolvida no próximo capítulo. Por ora, é importante enfatizar que, ao se dirigirem aos membros da “boa sociedade”, os manuais procuravam regulamentar, de forma bastante detalhada, a composição de um guarda-roupa apropriado àquela camada. Com a especialização das roupas chegando à estação do ano, hora e circunstância, ficava completo o elenco de prescrições relativas às vestimentas das pessoas “civilizadas”.

⁸⁷ D. João Maria Pereira d’Amaral e Pimentel, *A ciência da civilização – curso elementar completo de educação superior, religiosa, individual e social*, s. p.

Capítulo 4

Representações da roupa e da moda

Moda e saúde

A moda, cuja divulgação ao longo do século XIX foi empreendida por inúmeros veículos – dentre eles os jornais especializados –, teve nos médicos os seus maiores opositores, pois para eles ela era a fonte de várias doenças que atingiam sobretudo as mulheres e as crianças.

Por meio das teses médico-higienistas e de jornais como *A Mãe de Família*, os médicos expressavam seu repúdio à moda, “uma tirana tanto para os grandes como para os pequenos”.¹

Segundo Daniel Roche, na França, desde o século XVIII, os médicos vinham defendendo a liberdade do corpo. Na *Encyclopédie*, por exemplo, os verbetes relacionados ao vestuário – redigidos por médicos assim como por Diderot – já faziam uma análise das consequências nefastas advindas do uso de algumas vestimentas.

O discurso sobre as roupas, abundante e disperso, estava presente no século XVIII em grandes tratados, dicionários médicos, artigos de jornais especializados e comunicações em academias, a exemplo da Sociedade Real de Medicina. O tema foi explorado especial-

¹ *A Mãe de Família*, ano III, nº 7, abril, 1881.

mente entre 1770-1800, quando foi objeto de inúmeros tratados de medicina social e de obras como a *Encyclopédie méthodique*, publicada entre 1787 e 1794. Nesta, um artigo de 1792 proclamava: “Devemos fazer nos nossos modos, costumes e vestimentas as mesmas mudanças que fazemos atualmente na nossa Constituição e nas nossas leis”.²

Como afirma Roche, a reforma das vestimentas estava na ordem do dia dentro de um grande movimento que pregava “novas roupas para os novos cidadãos”.³

Assim, o primeiro sentido da crítica à moda, empreendida pelos médicos franceses, traduzia o repúdio ao luxo e à opulência aristocráticos. O projeto de medicina social na França nascia sob o signo da revolução burguesa e vinculava-se à criação de um Estado democrático. A austeridade nos costumes fazia parte do ideário revolucionário.

Entre os valores que compunham o ideário da revolução médico-democrática figurava a noção do indivíduo austero, contido, que deveria aprender a moderar todos os seus excessos, desde aqueles dos instintos até os do vestuário. A moda, com seu caráter fútil e supérfluo, evocava o desperdício e a opulência aristocráticos, comportamentos opostos ao ideal de ascetismo burguês.⁴

Para os médicos, um só remédio impunha-se: o homem deveria voltar à natureza, renunciando às vestimentas antinaturais. Nessa volta à natureza, inspirada por Rousseau, entendia-se que o homem

(...) participa simultaneamente de dois reinos, o da natureza e o da sociedade, os ornamentos representam uma vestimenta falsa que afasta seu corpo da fonte originária. Uma contradição instaura-se entre aparência e essência. As premissas de Voltaire encontram-

² Daniel Roche, *La culture des apparences – une histoire du vêtement, XVII^e-XVIII^e siècle*. Cf. o capítulo XV – “Raison et santé vestimentaire”, p. 441.

³ *Loc. cit.*

⁴ Jurandir Freire Costa, *Ordem médica e norma familiar*, p. 132.

se aqui invertidas, o bom gosto e a moda, longe de afirmar o primado da civilidade, mascaram a personalidade real do indivíduo.⁵

Outra crítica empreendida pelos médicos franceses nas últimas décadas do século XVIII denunciava os malefícios causados à saúde pelo uso de certas vestimentas, principalmente aquelas que afetavam a reprodução e as crianças. Reutilizando antigos preceitos de Hipócrates, os médicos afirmavam que a vestimenta não era somente uma garantia de saúde, mas podia também, como a sociedade que a produzia, causar inúmeras doenças. Alguns médicos, como L. J. Clairian, por exemplo, queriam que a população masculina adotasse os kilts em vez das calças, já que assim poderia “ter os órgãos reprodutores mais desenvolvidos”. O doutor B. C. Faust, por sua vez, atacava os espartilhos, as roupas apertadas e “opressoras dos seios”,⁶ as cinturas arruinadas das nutrizes e as roupas das crianças, que prejudicavam o seu desenvolvimento.

Até o século XVIII, as posições de Galeno e Hipócrates influenciavam os médicos franceses, levando-os a considerar o corpo como um volume no qual circulavam permanentemente os fluidos, de modo que a estagnação destes poderia levar à doença e à morte. Era preciso, então, liberar as pessoas das barreiras e dos obstáculos que prejudicavam o bom curso dos humores: o pescoço deveria ficar livre da gravata, das golas das camisas, das fitas, dos colares; os seios e a cintura deveriam ser libertados dos espartilhos, dos cintos e dos laços, fontes de opressão e deformação; os testículos teriam de dispensar as calças apertadas e as pernas, as ligas. A medicina *vestimentária* partia em guerra contra os rigores dos botões e dos laços opressores e de todas as ataduras que prejudicavam o fluxo linfático.

A partir da Revolução Francesa, as vestimentas alteraram em muito a sua forma, indo ao encontro de diversas proposições dos médicos. Como aponta James Laver, a revolução teve um efeito profundo, tanto nas roupas masculinas quanto nas femininas. “Os trajes do Antigo Regime foram erradicados. De repente não havia mais casacos bordados nem vestidos de brocado, perucas ou cabelo

⁵ Renato Ortiz, *Cultura e modernidade*, p. 124.

⁶ Daniel Roche, *op. cit.*, p. 443-444.

empoado. Não havia mais penteados elaborados nem *talons rouges*. A “volta à natureza” era o grito...”⁷

Segundo esse mesmo autor, nas roupas masculinas a busca da simplicidade significou o abandono das roupas francesas da Corte e a aceitação das roupas de campo inglesas. Estas consistiam em casacos de tecido liso, sem babados de renda no pulso e no pescoço, as botas resistentes e um chapéu que era uma forma primitiva de cartola.

Os trajes femininos, por sua vez, exibiam uma enorme ruptura com o passado: foram abandonados os espartilhos e as anquinhas, assim como os ricos tecidos empregados na confecção dos vestidos.

Em seu lugar, as mulheres usavam um *robe en chemise* que realmente parecia uma peça de baixo, porque era um vestido branco de cintura alta, de musselina, cambraia ou morim até os pés e, às vezes, tão transparente que era preciso usar malhas brancas ou cor-de-rosa por baixo. Às vezes o tecido era umedecido para colar-se ao corpo imitando as pregas das roupas gregas representadas em estátuas antigas.⁸

O hábito de molhar as roupas feitas de musselina era comum também aos homens, que, com vestimentas desse tecido, saíam para passear pelas ruas, tanto no verão como no inverno. Mais uma vez os médicos tentaram interferir na moda, até porque um surto de tuberculose acabou por atingir os habitantes de Paris. “Os médicos clamavam por roupas secas, em nome da sanidade e da natureza, talvez os últimos recursos. Poucas pessoas os ouviram.”⁹

A partir das primeiras décadas do século XIX, a preocupação dos médicos franceses vai-se voltar principalmente para a higiene. Para Philippe Perrot,¹⁰ o século XIX foi o século da “imundície triunfante”, dos bairros sujos, dos miasmas pútridos, dos suores proletários, mas foi também o século da “limpeza conquistadora”, das

⁷ James Laver, *A roupa e a moda*, p. 148.

⁸ *Idem, ibidem*, p. 152.

⁹ Richard Sennet, *O declínio do homem público*, p. 231.

¹⁰ Philippe Perrot, *Le corps féminin – XVIII^e-XIX^e siècle*. Cf. cap. V, “La vague hygiéniste”.

renovações do espaço urbano, da revolução de Pasteur e da expansão do higienismo, século, enfim, da onda higienista. Segundo o autor, o medo causado pelo surto da cólera, em 1832, deu ao movimento higienista e à regulamentação sanitária um impulso e uma justificação. A partir de então, a medicina não tinha por objetivo apenas estudar ou sanar as doenças, mas passava a ter relações mais estreitas com a organização social.

Mais ambiciosa ainda do que no final do século XVIII, surge uma nova era de inspeções, pesquisas estatísticas, topografias médicas, que são os primeiros elementos de uma política de higiene pública como gestão higiênica da população. Esta última, segundo os médicos, precisava ser protegida das infecções e do contágio em particular, e é por isso, e para ela, que se elabora uma série de prescrições e proscricções concernentes aos comportamentos familiares, sexuais, alimentares e *vestmentários*, entre outros.

Em relação às classes populares, o objetivo dos médicos era, *grosso modo*, divulgar uma “pedagogia moralizadora da correção e da decência” do vestuário, “includo a repulsa à sujeira, o respeito à higiene”.¹¹

Para a sociedade em geral, afirma Perrot, a limpeza exterior transformava-se, a partir do discurso higienista, em condição e marca de prosperidade, signo de saúde e civilização.

Além da higiene corporal e das vestimentas, os médicos franceses voltaram-se novamente para as peças do vestuário que afetavam a saúde, como os saltos altos, as anquinhas, as crinolinas e, é claro, o espartilho.

Ainda segundo Perrot, desde 1750, o espartilho vinha sendo criticado pela deformação que impunha ao corpo da mulher. Uma cruzada médico-pedagógica, que incluía Rousseau, acusava as degenerações causadas pelo uso dessa peça e aconselhava a mobilidade e o exercício físico como única forma de fortalecer e corrigir a postura do corpo.

Para Perrot, esse discurso radicalmente crítico e novo não teve um papel decisivo na época da Revolução Francesa, quando a abolição do espartilho representou muito mais um rompimento com a antiga ordem aristocrática do que propriamente um apoio às proposi-

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 110.

ções da medicina. Entretanto, esse discurso vai ser retomado, a partir do fim do Império e até o final do século, “seja para reprovar a nova versão do espartilho”,¹² seja para reforçar a sua função ortopédica.

Na Inglaterra, os médicos também dirigiram a atenção para a moda no decorrer do século XIX. Seus alvos principais eram os saltos altos e também os espartilhos. Nesse sentido, os médicos identificavam-se com as propostas das feministas e de grupos que propunham a reforma do vestuário, criticando os abusos da moda e seus efeitos sobre a saúde da mulher. Diferentemente das feministas, porém, os médicos ingleses não se opunham ao espartilho por defenderem a emancipação da mulher; “(...) pelo contrário, muitos médicos atacaram os excessos (...) da moda, exatamente pelos motivos opostos, ou seja, porque a deformação do corpo prejudicaria a única função da mulher – a de ser mãe.”¹³

Como já foi apontado por diversos autores,¹⁴ a medicina brasileira do século XIX estava subordinada à medicina européia e, em especial, à francesa, de modo que “as principais referências dos médicos imperiais (...) foram a Faculdade de Medicina de Paris e as demais instituições científicas francesas”.¹⁵

A partir da década de 1850, com a criação da Junta da Higiene Pública, fica institucionalizada uma nova vertente da medicina, de influência francesa, se vinha constituindo, desde os anos de 1830-1840, a medicina social.

A medicina social é basicamente uma medicina preventiva. No momento em que, pela primeira vez, se pensa em prevenção e se organiza um dispositivo para realizá-la, a medicina situa as causas da doença não no próprio corpo do doente, mas naquilo que o cerca (...) no meio ambiente.¹⁶

¹² Idem, *Le dessus et les dessous de la bourgeoisie*, p. 269.

¹³ Elizabeth Wilson, *Through the looking glass*, p. 30.

¹⁴ Cf., entre outros, Roberto Machado *et alii*, *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*; Jurandir Freire Costa, *op. cit.*, e Lorelai Brilhante Kury, *O império dos miasmas*.

¹⁵ Lorelai Brilhante Kury, *op. cit.*, p. 82.

¹⁶ Roberto Machado, *op. cit.*, p. 248.

Sem aprofundar as proposições dos médicos brasileiros no século XIX, vamos nos deter no sentido da higiene para aqueles ligados à medicina social.

A higiene era a solução proposta por esses médicos para epidemias, febres, focos de infecção, contágio do ar e da água, que afetavam a população e contra os quais o Estado se mostrara até então impotente. A higiene representava, também, uma tentativa de a medicina se apossar do espaço urbano, imprimindo as marcas do seu poder, na medida em que oferecia soluções para essas questões.

Matas, pântanos, rios, alimentos, esgotos, água, ar, cemitérios, quartéis, escolas, prostíbulos, fábricas, matadouros e casas foram alguns dos inúmeros elementos urbanos atraídos para a órbita médica. A higiene revelava a dimensão médica de quase todos esses fenômenos físicos, humanos e sociais e construía para cada um deles uma tática específica de abordagem, domínio e transformação.¹⁷

Jurandir Freire Costa chama a atenção para o fato de que dentro dessas políticas específicas uma tomou como alvo a família, bem entendido, a “família de elite, letrada”.

Não interessava ao Estado modificar o padrão familiar dos escravos, que deveriam continuar obedecendo ao código punitivo de sempre. (...) Escravos, mendigos, loucos, vagabundos, ciganos, capoeiras, etc. servirão de antinorma, de casos-limite de infração higiênica. A eles vão ser dedicadas outras políticas médicas.¹⁸

Às famílias da “boa sociedade” é que se dirigia o discurso higienista, intervendo em todos os aspectos da sua vida privada. Tentando regular as habitações, a indumentária, as relações entre os membros da família e entre estes e os escravos, os médicos contribuíram para a europeização dos costumes dessa camada ao incentivar seus membros a abandonar os hábitos coloniais.

¹⁷ Jurandir Freire Costa, *op. cit.*, p. 30.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 33.

Em relação às roupas e à moda, a tentativa de interferência dos médicos foi bastante forte. É possível perceber isso pelas teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e do jornal *A Mãe de Família*. Tanto no periódico quanto nas teses, os médicos discutiam questões que estavam na ordem do dia, as quais eram abordadas também nos jornais de moda e nos manuais de etiqueta e civilidade e iam desde a necessidade de adequação das vestimentas até a importância da higiene corporal e das roupas.

Nos textos médicos encontra-se uma preocupação em elaborar regras rígidas, dando exagerada atenção às minúcias do vestir. Como veremos adiante, por meio do discurso da adequação, os médicos demonstravam que o bem-vestir se caracterizava pela utilização da roupa certa em relação ao clima, às estações do ano, às circunstâncias, à hora, ao sexo, à idade, ao temperamento, à profissão e à posição social. Mas essa “planificação higiênica” do vestuário, defendida pelos médicos por proporcionar a preservação da saúde, acabou por transformar-se em uma maneira de distinguir as classes: a adequação do vestuário e não só a sua suntuosidade passaram a caracterizar os membros da “boa sociedade”.

Uma outra preocupação dos médicos referia-se à higiene corporal e das roupas. Ao enfatizar em suas prescrições a importância do asseio, os médicos tentavam eliminar os costumes coloniais, que tanto chamaram a atenção dos viajantes estrangeiros. John Luccock, escrevendo no início do século XIX, afirmava que:

Uns poucos brasileiros aprendem a nadar; alguns porque o ofício que desempenham os traz freqüentemente sobre as águas, outros porque a saúde deles exige o banho; abluções freqüentes não são porém nada apreciadas pelos homens. Os pés são geralmente a parte mais limpa das suas pessoas, pois que é necessário lavá-los de quando em vez, a fim de protegê-los (...). Num povo tão descuidado em relação a suas próprias pessoas, seria ocioso exigir grande asseio no vestir. No uso obrigatório das roupas, demonstram forte tendência pelo excesso de enfeites de mau gosto, e ao mesmo tempo que essa ornamentação pode coexistir com o desasseio.¹⁹

¹⁹John Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, p. 88.

Lutando pela eliminação desses vestígios coloniais, os médicos defendiam a importância dos banhos. “Os banhos são de toda a necessidade durante a gravidez, mas convém que eles não sejam nem quentes, nem frios, nem muito prolongados.”²⁰

E defendiam também a higiene das roupas, fundamental para a manutenção da saúde. “Não percam de vista as mães que do asseio nos vestidos depende muito a saúde das crianças, que o asseio é um luxo necessário e que não há mãe atenta, tão pobre seja ela, que com boa ordem e cuidados não possa ter esse luxo.”²¹

No momento em que os médicos se voltavam para a higienização da família, da casa e da cidade, os manuais de etiqueta e civilidade também forneciam – não raro de forma bastante acessível – os princípios de higiene que deveriam regular não apenas as roupas como também o próprio corpo. Segundo os *Elementos de civilidade*,

O asseio serve para conservar a saúde e agradar aos outros. Ao levantar da cama, devemos pois lavar as mãos, a cara, pescoço, e ouvidos, pentear, cortar as unhas e limpar os dentes. (...) Os pés devem lavar-se todas as noites, principalmente no verão. Os banhos de água doce também lavam o corpo e são úteis para a saúde de cada um. (...) O asseio proíbe o coçar-se, meter os dedos por entre o cabelo, esgravatar os dentes, roer as unhas, etc.²²

Entretanto, não era apenas associando higiene e saúde que os manuais difundiam essas regras. Para isso, apelavam ainda para a idéia de civilização. “O asseio é a primeira qualidade do homem civilizado, não só no vestuário, mas sobretudo no corpo...”²³

Já os manuais dedicados aos jovens utilizavam uma linguagem mais simples, instruindo-os por meio de pequenas histórias.

Não façam nunca, meu filho, como certos meninos, que quando lhes querem lavar o rosto ou pentear os cabelos, fogem para um e

²⁰ *A Mãe de Família*, ano III, nº 5, março, 1881.

²¹ *A Mãe de Família*, ano IX, nº 1, janeiro, 1887.

²² *Elementos de civilidade*, s. aut., s. d., s. p.

²³ Luís Verardi, *Novo manual do bom-tom*, s. p.

outro canto. (...) A nossa vizinha Chiquinha é uma dessas (...). Que diferença vai dela para sua prima Mariazinha, que não possui, é verdade, vestidos de seda e bonitos chapéus com flores, porque seus pais não são ricos, mas tão limpa e arranjadinha anda sempre, que a chamam botão de rosa: tanto a sua figura respira frescura e saúde. E tudo isso procede dos cuidados que ela tem consigo mesma, lavando logo pela manhã o rosto e as mãos, deixando pentear-se ou penteando-se (...).²⁴

Assim como os médicos e os autores dos manuais, os jornais de moda também se ocupavam do assunto. Segundo o *Jornal das Senhoras*, “de todos os cuidados que exige o *toilette*, o mais agradável, o mais natural, o mais simples, é o banho, que além disso é o que exerce sobre a saúde uma influência mais imediata”.²⁵

Embora a preocupação com o asseio do corpo e das vestimentas reunisse médicos, cronistas de moda e autores de manuais de etiqueta e civilidade, não se pode dizer que esses discursos sobre a higiene tivessem como destinatários toda a população.

A ampliação da rede de distribuição de água, que ocorreu no Rio de Janeiro na década de 1880, era uma das marcas da modernização da cidade e ia ao encontro das demandas dos médicos, que clamavam pela higienização das casas. Entretanto,

(...) nas estalagens ou cortiços, onde vivem aglomerados centenas de indivíduos, eram os moradores obrigados a fazer longas viagens se queriam conseguir água (...). As águas do rio Carioca (...) principalmente (...) tinham ido gradualmente minguando, de modo que, ao findar o terceiro quartel do século XIX, achavam-se já reduzidas a insignificante lacrimal, insignificante quase para alimentar regularmente o afamado chafariz [da Carioca].²⁶

²⁴ Guilhermina de Azambuja Neves, *op. cit.*

²⁵ *Jornal das Senhoras*, ano III, nº 5, 5 de fevereiro de 1854.

²⁶ *A assistência médica no Rio de Janeiro: uma contribuição para sua história no período 1870-1945*. Rio de Janeiro: Finep/SBI/CMSB do Conjunto Cândido Mendes. *Apud*, Jaime Larry Benchimol, *Pereira Passos: um Haussmann tropical*, p. 72.

Como se pode perceber, a água era privilégio de poucos e, por conta disso, a higiene corporal e das roupas ainda era, em fins do século XIX, um atributo de classe e, assim como a adequação das roupas, um elemento de distinção social, prova de refinamento e boa educação.

Todo o esforço empreendido por médicos, cronistas dos jornais de moda e autores dos manuais visando ao uso de um vestuário higiênico fez que, progressivamente, a “boa sociedade” fosse abrindo mão das suas vestimentas descuidadas, inadequadas e anti-higiênicas em troca de uma forma de vestir européia.

Contudo, quando se tratava da moda, parecia haver por parte dos médicos um recuo nesse incentivo à europeização dos trajes. Se, em nome da saúde, eles defendiam a higiene das vestimentas, era também em nome da saúde que condenavam toda e qualquer submissão à moda. Nesse sentido, a adoção de modas européias era particularmente condenada.

Apoiando-se em tratados científicos franceses, a oposição dos médicos à moda concentrava-se em dois aspectos. O primeiro dizia respeito aos malefícios causados à saúde pelo uso de peças como o espartilho. O segundo relacionava-se a uma espécie de “efeito perverso da moda”, responsável, segundo os médicos, por tornar as mulheres fúteis e relapsas, mais preocupadas com a vida mundana do que com a família e os filhos.

Reproduzindo opiniões de médicos franceses, colaboradores de periódicos como o *Journal d'hygiene* e *La nature* os redatores do jornal *A Mãe de Família* procuravam alertar suas leitoras afirmando que “antes da moda, da riqueza e da faceirice deve estar a saúde”.²⁷

Nas teses médicas, havia uma preocupação constante em associar algumas doenças a determinadas modas.

A maneira de trajar das meninas no Brasil, como o da generalidade das senhoras, é sobremodo defeituosa. O uso de trazer descobertos e expostos ao capricho das intempéries o colo, as espáduas, os braços e a parte superior do peito, dá não poucas vezes em resultado o desenvolvimento de tubérculos nos pulmões, as pneu-

²⁷ *A Mãe de Família*, ano VIII, nº 7, abril, 1881.

monias e as diferentes espécies de anginas. É nas senhoras, sobretudo, que o luxo faz desenrolar com toda a sua pompa o suntuoso aparato das modas, tantas vezes em contraposição com as conveniências higiênicas.²⁸

Nos manuais de etiqueta e civilidade, uma das críticas à moda também se baseava nos prejuízos que ela causava à saúde.

Faz pasmar como quase toda a sociedade civilizada se deixa escravizar por esta tirana despótica, privando-se muitas vezes do necessário à vida, com ruína das casas, e até da saúde das pessoas, que lhe obedecem; sem que haja motivo algum razoável, que nem ao menos possa desculpar tão servil obediência.²⁹

Quanto aos jornais especializados, dificilmente associavam moda e doença, a não ser quando apresentavam algum novo traje ou acessório. Nesses casos, criticava-se determinada moda como forma de levar os leitores a adotar aquela que o jornal estava divulgando, como se percebe nesse trecho extraído do *Jornal das Senhoras*.

Este mantelete portanto não é somente moda, é um objeto necessário, sobretudo em nosso país, onde nos constipamos com tanta facilidade, e onde a moda (donde viria ela?) dos lencinhos de cambraia, que apenas cobrem a trança de cabelos que nenhuma necessidade tem de agasalhar-se, tantos defluxos e dores de cabeça tem trazido a maior parte das moças...³⁰

No entanto, os jornais especializados apenas excepcionalmente se ocupavam dos prejuízos à saúde causados pela moda. Quando tratavam dos perfumes, dos cosméticos ou de qualquer moda que merecesse a crítica dos médicos, seus cronistas procuravam

²⁸ José Bonifácio Caldeira de Andrada Júnior, *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos...*, s. p.

²⁹ D. João Maria Pereira d' Amaral e Pimentel, *A ciência da civilização – curso elementar completo de educação superior, religiosa, individual e social*, s. p.

³⁰ *Jornal das Senhoras*, ano II, nº 4, 23 de janeiro de 1853.

justificar seu uso ou amenizar seus malefícios à saúde, como veremos adiante. Excetuando-se o espartilho, que era responsabilizado por causar verdadeiras tragédias à muitas famílias, as outras modas correntes no século XIX não sofreram oposição dos jornais especializados.

Para os médicos, contudo, o espartilho era apenas uma entre muitas modas criticadas, embora fosse, sem dúvida, a mais duramente censurada. Nas teses médicas, especialmente, ele era tido como o maior inimigo da saúde feminina.

Alguma coisa diremos acerca dos males que podem provir do vestuário ao desenvolvimento da puberdade; porém deixando de falar a respeito das matérias que entram em sua formação, como muito conhecida, só trataremos dos abusos que uma idéia falsa de beleza e um requinte insuportável de garridice arrastam após si. (...) Que uma moça nesta época da vida procure ajuntar aos ornamentos de que a dota a natureza outras que as vestes possam fornecer, nada é mais natural (...), mas que se torture em espartilhos ou coletes guarnecidos de barbatanas, e algumas vezes de lâminas de ferro, somente para apresentar um corpo esbelto e uma cintura fina, alheia à verdadeira, nada é mais ridículo e digno de lástima! Mas é tão poderoso sobre elas o ascendente da moda que, apesar dos mais sábios conselhos, não podem corrigir-se, mesmo à vista dos mais funestos exemplos. Rousseau, com a dialética mais pura e enérgica, mostrou quanta atenção se deve prestar a este objeto a bem da humanidade inteira, mas os esforços deste filósofo parecem nenhum efeito ter produzido; porquanto, nas grandes cidades, onde este uso é sem limites, os males que daí provêm crescem espantosamente.³¹

Os manuais de etiqueta e civilidade também ocupavam suas páginas com comentários sobre os malefícios dos espartilhos. O *Novo manual do bom-tom* chegava a apresentar dados relativos às mortes causadas por eles.

³¹ Antonio Pedro Teixeira, *Dissertação sobre a puberdade em geral*, s. p.

Os quatro quintos de jovens de Paris que morrem de moléstia de peito a si o devem, por pretenderem fazer a cintura fina com o colete. Quando se vir uma senhora que padece dores de estômago, com o nariz vermelho, a pele esverdeada, a respiração oprimida e a voz áspera e aguda, nenhuma dúvida pode haver de que ela adquiriu tudo isso pelo costume de se apertar.³²

Apontar os malefícios do espartilho não significava, contudo, procrever o seu uso. Os jornais de moda, principalmente, afirmavam que o uso correto do espartilho não fazia mal à saúde. Num artigo do *Jornal das Senhoras*, a cronista aconselhava a compra do “espartilho moderno”, que não comprimia a cintura como os antigos e permitia o livre movimento do corpo.

E já que tanto tenho falado em espartilhos, dir-vos-ei de passagem que ele é o mais importante objeto para o *toilette* de uma senhora: com um mau espartilho não há vestido bem talhado que preste, não há elegância que realce. Ensino-vos um meio de escolherdes sem receio de escolherdes mal. Quando fordes à modista, prová-lo, se depois de atacado, ele, em vez de vos contrafazer e molestar-vos der um certo ajuste ao corpo que vos torne mais ágil e fiquem os vossos movimentos inteiramente livres, aceitai-o, que esse é o melhor espartilho. O arrocamento em tal caso prova o seu péssimo talho e a pouca habilidade da modista.³³

Os médicos também aceitavam o uso do espartilho, desde que se respeitassem algumas condições. Uma coisa era certa: as meninas, assim como as mulheres grávidas, estavam proibidas de utilizá-lo. Às meninas, o espartilho era terminantemente desaconselhado, a não ser que o seu uso se relacionasse a tratamentos ortopédicos.

Empregado antes da puberdade, o espartilho comprime a base do tórax, disforma o peito, impedindo o seu desenvolvimento e difi-

³² Luís Verardi, *op. cit.*, s. p.

³³ *Jornal das Senhoras*, ano I, nº 43, 24 de outubro de 1852.

cultando as funções do fígado e do estômago, opondo-se ao livre jogo dos pulmões e do coração; enfim, sendo uma das grandes causas sob a influência das quais se desenvolvem as moléstias do pulmão e coração.³⁴

Já as mulheres grávidas ficavam proibidas de utilizá-lo, porque a compressão dos seios e do abdômen, poderia ocasionar má-formação do feto e até mesmo a morte da mulher. Em sua crítica ao uso do espartilho pelas gestantes, os médicos aproveitavam para recriminar aquelas que faziam uso dele com o intuito de esconder a gravidez.

Em vão procuram algumas mulheres ocultar por meio do aperto de espartilhos o seu estado, e não podemos conceber como, entre pessoas civilizadas, haja mulheres que só com o fim de parecerem belas e de se tornarem agradáveis se sujeitem a tal constrição, que sem lhes proporcionar o que desejam, determina-lhes quase sempre os maiores males.³⁵

Quando se tratava das adolescentes, o uso do espartilho causava polêmica. Alguns médicos prescreviam seu uso para corrigir a postura, acreditando que o desenvolvimento dos seios e dos quadris beneficiar-se-ia de sua utilização. Outros, ao contrário, afirmavam que sua utilização na puberdade poderia acarretar “linfites, erisipelas, afecções do fígado, do estômago e até da espinha”.³⁶ Para essa faixa etária, os médicos aconselhavam a ginástica, acreditando que o uso do espartilho era “sobretudo pernicioso às meninas, cujo físico carece de liberdade para se desenvolver. Devemos procurar dar a essas criaturas uma forma esbelta, não por meio do espartilho, mas sim por meio de uma ginástica apropriada que lhes dará força bastante para sustentar garbosa e facilmente o peso do corpo”.³⁷

³⁴ José Olímpio Ribeiro, *Dissertação sobre as causas dos tubérculos pulmonares no Rio de Janeiro, suas variedades e tratamento*, s. p.

³⁵ José Joaquim Ferreira Monteiro Barros, *Considerações gerais sobre a mulher e sua diferença do homem e sobre o regime que se deve seguir no estado de prenhez*, s. p.

³⁶ *A Mãe de Família*, ano II, nº 19, outubro, 1880.

³⁷ Gustavo Gomes Jardim, *Algumas considerações acerca das vestimentas*, s. p.

De modo geral, o uso do espartilho era aceito pelos médicos quando se tratava das senhoras, especialmente das mulheres mais velhas, que já haviam tido muitos filhos.

Quando a mulher for emurchecendo na idade, e que essas belas formas se forem tornando descomunais, o médico poderá mesmo recomendar o espartilho, sobretudo quando for a uma senhora que já tenha parido por diferentes vezes, e que seus seios, tornando-se volumosos e flácidos, pendam dificultando o andar, causando-lhe mesmo dor, e de alguma maneira dissimulando a gracilidade de que é dotado o seu sexo.³⁸

Mas, mesmo nesses casos, o espartilho deveria tomar a forma sugerida pelos médicos, de modo que não comprometesse a saúde feminina.

Eu convenho que se use de espartilhos; mas desejo que se previnam seus excessos: um espartilho elástico, adaptado à forma do corpo, que não comprima as cavidades torácicas, munido de bolsos espaçosos para envolver os seios sem comprimi-los, bem feito e com barbatanas largas, delgadas e flexíveis para impedirem as pregas que resultarem dos movimentos musculares e mediocremente cerrado, tem a vantagem de sustentar os órgãos da lactação, aumentar a energia dos músculos do abdômen, de dar-lhes graça e elegância, concorrendo assim para um dos seus mais ardentes desejos, reinar em todos os corações pela formosura.³⁹

Esse modelo de espartilho que agradava aos médicos deu origem ao que Gilberto Freyre qualificou de “espartilho científico”, que com o nome de *devant droit – eret form* aparecia nos anúncios de jornais nos primeiros anos do século XX. Recomendado por médicos que emprestavam seus nomes aos anúncios, esse espartilho era elogiado “por sua elegância até então desconhecida, pela comodidade inexecedível, pela recomendação dos higienistas brasileiros”.⁴⁰

³⁸ José Olimpio Ribeiro, *op. cit.*, s. p.

³⁹ José Tavares de Mello, *Considerações sobre a higiene da mulher...*, s. p.

⁴⁰ Gilberto Freyre, *Ordem e progresso*.

Nos jornais de moda, o espartilho era menos criticado, e, na maioria das vezes, os seus malefícios à saúde eram amenizados. Embora muitos deles publicassem notícias dando conta da morte de algumas jovens, motivada pelo seu uso, normalmente o espartilho aparecia como a peça mais importante do vestuário feminino, responsável pela manutenção da elegância.

Nos jornais de moda tentava-se também enfatizar, por meio de anúncios, que o espartilho era a maior prova de que a saúde e a moda podiam caminhar juntas. Para o *Jornal das Senhoras*, por exemplo, os espartilhos da casa de Mme. Sophia Dumoulin, de Paris,

(...) têm o privilégio de se prestarem sem esforço algum a todas as exigências da moda, vantagem que devem ao seu acertado corte e, particularmente, à presença de uma cintura, cuja combinação permite dar à vontade aos quadris todo o desenvolvimento de que são suscetíveis. Esta combinação, tão preciosa no ponto de vista da elegância, não é menos no que respeita à saúde. Ela poupa às senhoras em geral e, particularmente, àquelas que se acham em estado interessante os perigos que podem resultar de uma pressão fatigante sobre os órgãos interiores. A higiene e a moda estão pois de acordo em recomendar estes espartilhos, e mais de um médico célebre tem receitado o seu uso, e os considera como um dos melhores preservativos das moléstias intestinais, bem como das afecções pulmonares.⁴¹

Apesar de estar no centro das discussões travadas pelos médicos, o espartilho não deixou de ser usado, até mesmo por adolescentes, ao longo do século XIX.

Embora não se tenha dados mais completos relativos à sua venda no Rio de Janeiro, sabe-se que, a partir de 1847, sete fábricas instaladas na cidade, além das importações promovidas por diversas lojas, abasteciam de espartilhos as mulheres da “boa sociedade”, que, em busca do “talhe elegante”, como se dizia, não o dispensavam.

Mas não foi apenas o espartilho que sofreu restrições por parte dos médicos no século XIX. Os cosméticos e os perfumes, ampla-

⁴¹ *Jornal das Senhoras*, ano IV, nº 37, 16 de setembro de 1855.

mente divulgados nas colunas de moda dos jornais, também foram alvos de críticas. O cronista do *Jornal das Senhoras*, ao tratar dos cosméticos, dizia:

A intempérie da estação torna cada vez mais necessário o emprego dos cosméticos amigos da pele; pelo que recomendamos às senhoras o sabão ou suco de alface de Legrand, perfumista do imperador dos franceses; bem como para prevenir a queda do cabelo, é uma panacéia infalível a melosine do mesmo autor.⁴²

Para o cronista do jornal *A Mãe de Família*, no entanto, “a água, na qual se faz dissolver o sabão, é o cosmético que melhor preenche esses diversos usos; apesar disso, uma série inumerável de preparações líquidas é diariamente preconizada e empregada para o mesmo fim”.⁴³

Nas teses médicas também se criticava o uso de cosméticos, considerados um dos maiores inimigos da pele da mulher. Vistos por alguns médicos como filhos da “egoística avidez do charlatanismo”, os cosméticos, “além dos perigos que podem deduzir-se da absorção de partículas tóxicas que muitos deles contêm, exercem uma ação destruidora sobre a pele, irritando-a ou cauterizando-a”.⁴⁴

Além de responsáveis pelos malefícios causados à saúde da mulher, os cosméticos eram tidos pelos médicos e pelos manuais de etiqueta como um artifício próprio das cortesãs e das atrizes. Segundo o médico José Joaquim F. M. Barros, os cosméticos eram como preparações “extremamente nocivas, e justamente abandonadas hoje aos comediantes, às cortesãs imprudentes e a algumas velhas, que querem se apresentar como moças”.⁴⁵

Já o *Novo manual do bom-tom* afirmava que “o uso de tintas para pintar o rosto é ridículo, e só tolerável a uma atriz. Quase nas mesmas circunstâncias está o de pintar o cabelo”.⁴⁶

⁴² *Jornal das Senhoras*, ano IV, nº 25, 24 de junho de 1855.

⁴³ *A Mãe de Família*, ano VI, nº 2, junho, 1884.

⁴⁴ José Bonifácio Caldeira de Andrada Júnior, *op. cit.*, s. p.

⁴⁵ José Joaquim Moreira de Barros, *op. cit.*, s. p.

⁴⁶ Luís Verardi, *op. cit.*, s. p.

Quanto aos perfumes, eles constituíam, segundo Gilberto Freyre,⁴⁷ uma das formas mais concretas de distinção social. Para este autor, os perfumes prolongaram “até quase os nossos dias a hierarquia característica da sociedade patriarcal brasileira”.

Os perfumes ajudavam a definir o tipo de mulher, “certos perfumes só se compreendendo em ‘cômicas’ ou atrizes, nunca em senhoras honestas, outros só em mulatas, nunca em brancas finas”.

No plano geral, o que se depreende dos trabalhos dos médicos é uma tendência à condenação irrestrita à utilização dos perfumes, em qualquer ocasião, a começar pelo fato de que seu uso em ambientes fechados poderia causar, segundo eles, inúmeros danos à saúde feminina.

Ora, se há objeto sobre o que o belo sexo devaneia, são os perfumes (...). Em suas casas cada uma se deixa atuar por seus gostos e caprichos, mas em uma reunião não sucede assim, cada uma está sujeita aos de todas, e isto não é impunemente que se passa; muita feita aparecem palpitações, tonturas, náuseas, vômitos, etc., etc.⁴⁸

Em segundo lugar, seu uso constante, principalmente na puberdade, estava associado a determinadas doenças. Além disso, muitos acreditavam que os perfumes poderiam acarretar alterações no caráter da mulher. Segundo o jornal *A Mãe de Família*, reproduzindo uma pesquisa feita durante vinte anos com mais de duzentas mulheres, “a rosa predispõe à audácia, à avareza e ao orgulho; o patchuli à histeria; a cânfora ao embrutecimento; o *ilang-ilang* é o mais perigoso, exalta os sentidos e predispõe a todos os desvarios da volúpia”.⁴⁹

No caso dos manuais de etiqueta, sua tendência era a de desaconselhar o uso dos perfumes, sugerindo que eles deveriam ser “abandonados às mulheres loureiras, que usam deles para chamar a

⁴⁷ Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, p. 298.

⁴⁸ Francisco Bonifácio de Abreu, *Os bailes motivam alguma quebra na saúde pública?*, s. p.

⁴⁹ *A Mãe de Família*, ano II, nº 21, novembro, 1880.

atenção. Além disso, a época dos perfumes já passou; a ‘boa sociedade’ reprova-os”.⁵⁰

As críticas dos médicos ao espartilho, aos cosméticos e aos perfumes remete-nos ao segundo aspecto de sua oposição à moda: o que a associava a uma “infecção moral da sociedade”.

É interessante observar que os maiores alvos das críticas dos médicos eram exatamente os produtos que mais se associavam ao mundanismo, ou que revelavam uma face da exteriorização da família – especialmente da mulher –, fato que não contava com a aprovação dos higienistas.

Esses elementos, além dos sapatos de saltos altos, eram para os médicos a representação do mundanismo sem freio e de uma sociabilidade excessivamente liberal, ambos contrários ao papel que os médicos designavam para a mulher: o de esposa e mãe. Como afirma Jurandir Freire Costa, foram os próprios médicos que incentivaram o processo de exteriorização da família e da mulher. Contudo, essa nova sociabilidade precisava ser controlada para que não fosse “contaminada por uma infinidade de misérias morais”.⁵¹

A moda aparecia como um desses focos de infecção moral por levar as mulheres a esquecer de seus deveres fundamentais de esposa e mãe, fazendo que elas descuidassem da saúde e adotassem padrões estéticos e produtos de beleza prejudiciais a ela.

A magreza traduz-se por um corpo esbelto e elegante, receptáculo portátil, dêem-me licença, do espírito talhado para todos os movimentos rápidos, salpicados de jovialidade e viveza, enfim, que fazem fuzilar o fogo da vida assim por modo de uma fulminação. E a palidez? Faz tanto estrondo presentemente entre nós, que a sós ela fora matéria para volumes graúdos, e não para uma menção de caminho. Contudo, direi em resumo que é a cor por excelência do romantismo! Que perfeição da natureza teria a ousadia de passar incólume no tribunal do bom gosto sem levar consigo este

⁵⁰ Luís Verardi, *op. cit.*, s. p.

⁵¹ *Loc. cit.*

sacramento – a palidez? É ela portanto que põe a última mão a formas chamadas encantadoras.⁵²

As críticas dos médicos não visavam apenas à manutenção da saúde feminina, mas tinham por objetivo reforçar o papel de mãe, que deveria amamentar e ficar ao lado dos filhos, sem se entregar aos perniciosos braços da moda.

Nunca será demais repetir que a verdadeira alimentação das crianças nos primeiros anos é o leite materno. Entretanto, a negligência, o egoísmo, a indolência, a servil submissão às etiquetas sociais, a vaidade e o luxo impedem as mães de cumprirem o sacrossanto dever que lhes é imposto pela natureza.⁵³

Representando a mulher como mãe e esposa, os médicos, assim como alguns jornais feministas, viam na mulher da moda a “mulher demônio”, aquela que “só pensa em jóias e luxos, em rivalizar nos vestidos com as outras, em arruinar o marido, em enfeitar a cabeça (tão despida de juízo?), em passear, dançar e gozar essa vida buliçosa das salas, que a enche depois de tédio e lhe embota os sentimentos”.⁵⁴

Entretanto, uma vez que foram os maiores incentivadores da exteriorização da mulher e do abandono dos costumes coloniais, os médicos não puderam evitar o fascínio exercido pela moda sobre o sexo feminino. Mesmo aconselhando-as a não usar determinados produtos e tentando afastá-las dos “prazeres mundanos”, os médicos não demoveram as mulheres de seguir a moda, que acabou por tornar-se, aliás, uma das marcas mais visíveis de sua exteriorização.

Moda e gênero

Como afirma Gilda de Mello e Souza, a história do traje mostra que as vestimentas de homens e mulheres sempre se diferenciaram

⁵² Francisco Bonifácio de Abreu, *op. cit.*, s. p.

⁵³ *A Mãe de Família*, ano I, nº 9, maio, 1879.

⁵⁴ *O Sexo Feminino*, ano I, nº 44, 30 de agosto de 1874.

na forma. “A indumentária masculina evoluiu na sua trajetória de oblongo em pé, sólido dos ombros aos tornozelos (...) A feminina tornou-se como símbolo básico de sua construção um X”.⁵⁵ Mas, apesar da diferença nas formas, o vestuário de ambos os sexos vinha, desde o Renascimento, primando pelos excessos nos veludos, nos brocados e nas rendas.

O século XIX vai acentuar o antagonismo já existente nas roupas de homens e mulheres. A partir de então, os homens abrem mão dos tecidos luxuosos, dos excessos de cores, das formas extravagantes e, aos poucos, das jóias, dos perfumes, das bengalas, num processo lento de simplificação das vestimentas. As mulheres, por sua vez, passam por um processo inverso, de sofisticação das roupas, de adoção de novas cores nos vestidos e distinção nos tecidos, com as fazendas vaporosas tornando-se exclusividade delas.

Para J. C. Flügel, o século XIX foi o século da “grande renúncia masculina”. Segundo o autor, desde o final do século XVIII, os homens vinham renunciando à *coquetterie vestimentária*, deixando de se apresentar com roupas de cores brilhantes, alegres e refinadas, fazendo do ofício de alfaiate uma das atividades mais austeras e neutras que existiam.

Segundo Flügel, as causas da “grande renúncia masculina” estão relacionadas primordialmente à Revolução Francesa, que tinha entre seus princípios um desejo de abolir as distinções *vestimentárias* associadas ao Antigo Regime.

A magnificência e o refinamento das toaletes eram considerados incompatíveis com as aspirações e os desejos revolucionários, daí a necessidade de simplificação do vestuário masculino.

Em primeiro lugar, a doutrina da fraternidade humana era naturalmente incompatível com um modo de vestir que, pela sua natureza e simbolismo, acentuava as diferenças de riqueza e de condição social. A nova ordem exigia qualquer coisa que exprimisse pelo menos uma base humana comum a todos. Para isso, era necessário recorrer a uma grande *uniformidade vestimentária*, a qual se chega-

⁵⁵ Gilda de Mello e Souza, *O espírito das roupas: a moda no século XIX*, p. 106.

ria abolindo-se as distinções que haviam dividido ricos e pobres (...); como estas distinções repousavam em grande parte sobre um vestuário aristocrático, mais refinado e caro, deveria-se proceder a uma *simplificação* das vestimentas, baseada em critérios plebeus acessíveis a todos. (grifos meus)⁵⁶

Flügel afirma também que um outro aspecto responsável pela simplificação das roupas masculinas se refere “a respeitabilidade da idéia do trabalho”. Antes da Revolução Francesa, todo trabalho ligado a uma atividade econômica era considerado degradante e indigno das classes sociais que lançavam a moda. Poucas atividades eram permitidas ao homem da “boa sociedade”, que passava os momentos mais significativos de sua vida no campo de batalha ou vestido luxuosamente nos salões.

Com os novos ideais revolucionários (...), os momentos mais importantes da vida de um homem não são passados mais nos salões, mas nas oficinas, serviços de contabilidade ou escritórios (...). Enquanto os ideais mercantis e industriais ganhavam terreno até serem finalmente aceitos (...), a roupa simples e uniforme substituiu progressivamente as vestimentas suntuosas e refinadas, características da antiga ordem (...).⁵⁷

Dessa forma, o homem que trabalhava se tornou o tipo ideal de todos – nobres, burgueses e proletários –, e, visto que o trabalho sujava e destruía mais rapidamente as vestimentas, fez-se necessário adotar trajes mais escuros e simples.

Contudo, se com a Revolução Francesa o desejo de abolir os privilégios aristocráticos e o de valorizar o trabalho podem ser vistos como elementos responsáveis pela simplificação da roupa masculina, o mesmo não ocorreu com a feminina, a qual se conservou cheia de ornamentos e cores ao longo de todo o século XIX.

É importante observar que a simplificação das vestimentas masculinas, embora tenha como referência a Revolução Francesa, se

⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 104.

⁵⁷ *Loc. cit.*

origina num período bastante anterior. Segundo Philippe Perrot, a austeridade e o ascetismo da aparência do homem – que o distanciava totalmente do parecer feminino – têm seus traços originais na roupa fechada e restritiva que surgiu na Corte espanhola de Carlos V e Filipe II. Essa roupa, que rapidamente chegou a Flandres, foi retomada, a partir do século XVI, pela Reforma, pelos puritanos e pelos quakers e serviu de referência e símbolo para a burguesia inglesa na constituição de sua vestimenta.

Esta burguesia, que destruiu o absolutismo real e conquistou o direito de participar do Parlamento, viveu a ruína das cores em oposição à policromia reluzente dos tecidos e dos adornos que simbolizavam a ociosidade e a suntuosidade aristocráticas. O sombrio dos verdes, azuis e cinzas e o preto, sobretudo, tornaram-se a negação das cores e, portanto, negação das distinções que elas podiam sublinhar. Novo signo político de uma nova ordem social, a extinção das cores era também o novo signo estático de uma nova ética fundada sobre a vontade e a renúncia, a poupança e o mérito.⁵⁸

Na França, também foi a burguesia que, após a Revolução, impôs o padrão de vestimenta que dominou a moda masculina no século XIX. Distanciando-se do vestuário aristocrático e dos trajes plebeus baseados na carmanhola – casaca curta usada pelos revolucionários –, os burgueses adotaram como referência os trajes ingleses, que consistiam em “uma cartola, um lenço não muito exagerado no pescoço, um fraque de tecido liso com lapelas e gola de altura média, um colete (...), calções com bolsos-faca enfiados em botas de montaria”.⁵⁹

Muito embora na França, logo após a Revolução, se tenha intensificado o processo de simplificação do traje masculino – simplificação cada vez maior ao longo do século XIX –, é apenas a partir da morte de Robespierre (1794) que se começa a observar algumas mudanças no traje das mulheres.

⁵⁸ Philippe Perrot, *Le dessus et les dessous de la bourgeoisie*, p. 57.

⁵⁹ James Laver, *A roupa e a moda*, p. 153.

Com a Revolução, os tecidos caros, os penteados empoados, as anquinhas e o espartilho foram abandonados, mas a forma geral dos vestidos não sofreu grandes modificações.

Isso vai ocorrer sob o Diretório, quando, segundo alguns autores,⁶⁰ o modelo de democracia grega – que influenciava os seus membros – determinou um despojamento nas roupas das mulheres. Os tecidos vaporosos foram adotados, e a moda sofreu a influência dos trajes gregos e romanos, dando origem a um estilo que se convencionou chamar de “Império”. Dentro desse estilo, que predominou até 1815, os vestidos caracterizavam-se por sua leveza e transparência; chegavam até os tornozelos e eram extremamente decotados, mesmo durante o dia.

A ausência de pompa nos trajes femininos durou pouco; com a Restauração, eles começaram a retomar a antiga forma, apresentando babados na barra, embora a cor branca – uma verdadeira paixão no período napoleônico – ainda predominasse. Nessa época também se inicia a distinção entre vestidos para o dia e para a noite.

A década de 1820 é de extrema importância para os trajes das mulheres. A cintura, que foi alta durante quinze anos, voltou ao normal, trazendo como consequência o retorno do espartilho, que, novamente, vira peça essencial do guarda-roupa feminino. Mas não foi apenas a moda da cintura marcada que alterou os trajes femininos. Segundo James Laver, o efeito da cintura fina pode ser aumentado com a saia mais ampla e as mangas fofas. E foi exatamente isso o que aconteceu, ou seja, as roupas femininas retornaram à antiga moda das grandes saias rodadas e das mangas bufantes, tendendo a abandonar a simplicidade que as caracterizara nos últimos anos do século XVIII. As vestimentas femininas passaram, a partir de então, a incorporar cada vez mais elementos, cores e tecidos, o que as tornariam mais e mais antagônicas em relação aos trajes masculinos.

A segunda metade do século XIX é marcada por um apogeu na elaboração das roupas femininas. As saias ficaram ainda mais rodadas; para tal, usava-se, até 1855, um grande número de anáguas.

⁶⁰ Cf., entre outros, James Laver, *op. cit.*, e Ludmilla Kybalová, *Encyclopédie illustrée du costume et de la mode*.

Porém, como o peso das anáguas era intolerável, elas vão sendo substituídas, desde 1856, por uma crinolina de armação ou anágua de arcos.

James Laver afirma que, no final da década, as saias armadas pelas crinolinas eram verdadeiramente prodigiosas,

ao ponto de tornar impossível que duas mulheres entrassem juntas em uma sala ou sentassem no mesmo sofá, pois os babados dos vestidos ocupavam todo o espaço. A mulher era um navio majestoso navegando orgulhosamente na frente, enquanto um pequeno escaler – seu acompanhante masculino – navegava atrás.⁶¹

Para o autor, a saia com crinolina era um dos elementos mais visíveis da diferenciação das roupas dos dois sexos, possuindo uma relação simbólica com a época em que floresceu. “Em um dos seus aspectos, simbolizava a fertilidade feminina, como um aumento do tamanho aparente dos quadris sempre parece sugerir. (...) Em outro sentido, a crinolina era um símbolo do suposto distanciamento das mulheres”,⁶² embora jogada de um lado para o outro representasse um elemento de sedução.

Além disso, as sofisticadas saias com crinolina expressavam a vocação para a ociosidade das mulheres e, principalmente, a vocação para o dispêndio de seus maridos, pais ou amantes. Eram, ainda, o que melhor representava o Segundo Império francês, “com sua prosperidade material, sua extravagância, suas tendências expansionistas ... e sua hipocrisia. E a rainha da crinolina foi a própria imperatriz Eugênia”.⁶³

A crinolina foi, entretanto, apenas um dos elementos que enfatizavam a sofisticação das roupas femininas. Os saltos altos, os cosméticos, os perfumes, os excessos de rendas, jóias e cores nos tecidos também marcavam o distanciamento existente entre a aparência masculina e a feminina na segunda metade do século XIX.

⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 179.

⁶² *Idem, ibidem*, p. 184.

⁶³ *Idem, ibidem*, p. 185.

Philippe Perrot, apoiado na obra de Veblen, afirma que, ao longo do século XIX, o homem burguês, na mesma proporção em que se ia despojando, manifestava o seu poder por intermédio da mulher.

Este grande abandono do parecer faustoso e este exílio do corpo dotavam a mulher de uma nova função: significar por procuração, através do esplendor imutável de suas roupas e na opulência de seu corpo, o *status* social, o poder pecuniário do pai, do marido ou do amante, que tratavam de aumentar sua riqueza, sem exibi-la mais diretamente.⁶⁴

No Rio de Janeiro, a imitação das modas inglesas e francesas – graças aos figurinos dos jornais e aos comerciantes estabelecidos na Corte – fez que os membros da “boa sociedade” fossem adotando, aos poucos, vestimentas que acentuariam o antagonismo entre os sexos.

Como mostra Gilda de Mello e Souza,⁶⁵ o dimorfismo acentuado da moda no século XIX estava visível na forma, no tecido e na cor das vestimentas. Enquanto a roupa dos homens sofria um processo de crescente despojamento, “do costume de caça inglês para o ascetismo da roupa moderna”, a vestimenta feminina, “passada a voga da simplicidade, lançou-se novamente numa complicação de rendas, bordados e fitas”.

Todo esse processo pode ser acompanhado pela leitura dos jornais de moda e dos manuais de etiqueta e civilidade que circularam no Rio de Janeiro. Estes últimos faziam, de maneira geral, a defesa da simplicidade e do asseio como qualidades principais das roupas de ambos os sexos. Entretanto, admitiam que as mulheres pudessem enfeitar-se mais do que os homens.

Os chinós e cabeleiras são desculpáveis em mulheres, que delas precisam, nos homens são ridículas. (...) O demasiado apuro nos vestidos, os enfeites e os aromas só são próprios das da-

⁶⁴ Philippe Perrot, *op. cit.*, p. 63.

⁶⁵ Gilda de Mello e Souza, *op. cit.*, p. 60.

mas; e nessas mesmas, o asseio e a simplicidade são os seus maiores adornos.

O homem que se apura e se enfeita como uma mulher mostra um caráter afeminado, vaidoso e que vive de bagatelas.⁶⁶

Da mesma forma, nos jornais, tanto os modelos apresentados quanto os artigos dos cronistas enfatizavam a relação entre moda e gênero.

Depreende-se da leitura dos jornais que a moda aparecia para a mulher como algo indispensável, um elemento que, além de reforçar seus atributos naturais, distinguiria aquela da “boa sociedade” pela elegância e pelo bom-tom. Ou seja, para a mulher, a moda representava a possibilidade de afirmação no grupo. O homem, pelo contrário, possuía outras formas de distinguir-se na sociedade, e para ele, mais do que a roupa, importavam valores como a boa educação e o grau de instrução. Assim, o exagero, a ostentação e os excessos no vestir restringiam-se, a partir do século XIX, àqueles que não conheciam o bom-tom, aos efeminados ou aos dândis, ou seja, a todos os que ousavam preocupar-se com coisas “menores”.

No periódico *Espelho Diamantino*, por exemplo, a moda era vista como algo que dizia respeito muito mais à mulher do que ao homem, embora este, muitas vezes, ainda estivesse sujeito aos decretos da “caprichosa deusa”.

Os homens triunfam quando discorrem sobre a sujeição das senhoras aos decretos da moda, e entretanto talvez que ainda mais escravizados sejam pela volúvel deusa e sem ter as mesmas desculpas. As senhoras, obrigadas pela lei da natureza a agradar aos homens e que quase sempre o não conseguem senão pela sua formosura e vantagens exteriores, estão na restrita necessidade de estudarem os meios de relevarem a sua beleza e de variarem os enfeites que as acompanham, enquanto aos homens, que se apresentam na sociedade com as vantagens do valor, da ciência, dos empregos e da indústria, nada diz tão bem como um modo de vestir singelo, se bem que limpo, e mal se pode conceber que a fútil

⁶⁶ D. João Maria Pereira d' Amaral e Pimentel, *A ciência da civilização*, s. p.

ocupação de aperfeiçoar os seus trajes, consumindo horas e horas, combine com os estudos e trabalhos sérios e que o *petit metre* apuradinho que se meneia na rua com a cintura tão delgadinha e o pé emprisionado num botinzinho bom para uma criança venha a ser algum dia um cidadão corajoso e interessante.⁶⁷

No *Jornal das Senhoras*, periódico que publicava com alguma regularidade figurinos para o sexo masculino, também se discutia “se os homens deveriam fazer da moda uma arte, como fazem as mulheres”.⁶⁸

Sua cronista, ao reproduzir um debate travado com suas amigas sobre o assunto, afirma que, para algumas mulheres, seguir a moda deveria ser exclusividade do sexo feminino, pois o homem “se torna ridículo quando sistematiza o seu vestuário, quando se cobre de adornos”.⁶⁹ Outras mulheres, contudo, aceitavam que o homem se dedicasse à moda, acreditando que “a beleza não é um dom exclusivo da mulher, e se a moda não é mais do que a arte de adornar a beleza, deve-se concluir que a faculdade de sistematizar e fazer próprios os adornos deve ser extensiva aos homens”.⁷⁰

Contudo, seguir a moda não significava para o homem o mesmo que para a mulher. Na descrição das modas masculinas, os poucos jornais que se dedicavam a fazê-lo primavam por aconselhar o uso do preto e das cores escuras, a sobriedade no vestir e até mesmo uma certa austeridade. Fugir a isso era uma falha imperdoável aos elegantes da cidade.

Quando porém a turba masculina nos cercava, pareceu-nos, leitoras, (...) achar alguma coisa de anormal entre os cavalheiros, e logo percebemos que o que nos causava impressão era ver que em um baile da ordem da Vestal, freqüentado por pessoas respeitáveis, se haviam apresentado alguns *interessantes* cavalheiros trajando cal-

⁶⁷ *Espelho Diamantino*, ano I, nº 3, 15 de outubro de 1827.

⁶⁸ *Jornal das Senhoras*, ano III, nº 6, 12 de dezembro de 1854.

⁶⁹ *Idem, ibidem*.

⁷⁰ *Idem, ibidem*.

ças de cor, outros trazendo na mão chapéu branco, etc., como se estivessem em alguma festa de campo, ou como se fossem eles os mais notáveis figurões que ali se achassem. Não sabem esses senhores que o traje preto lhes é imposto em uso, sempre que devem comparecer em algum lugar de respeito e cerimônia?⁷¹

Os excessos, a falta de gosto e a equivocada escolha de cores que atingiam a tantos homens também era motivo de censura em *O Correio das Modas*.

Não há coisa que acarrete mais desprezo do que o ridículo nas modas, e essa é a razão do menoscabo que se tributa a muitos elegantes. Ora, ainda em uma das passadas procissões desfrutamos um desses *petimetres* que assentam lá na mísera cabecinha de avelã o serem eles um protótipo para os outros se regularem. Levava o nosso herói um chapéu que apenas teria um palmo de altura, e que ele intitulava à quaker; uma sobrecasaca cor de cinza, tão curta que não tinha de aba nem dois palmos, um lenço de seda amarela ao pescoço e um vermelho dependurado da algibeira; suas calças roxas deixavam entrever unicamente o bico do pé. Julgamos cá em nosso pensamento que tal esturdio, ainda por essência tão satírico, podia ser oferecido ao Museu.⁷²

O perfil do homem correto e elegante, segundo os jornais de moda, era o daquele que se distinguia pela sobriedade e simplicidade no trajar, deixando para a mulher os excessos de ornamentos, a livre escolha das cores, o uso de jóias e perfumes. Como afirma a cronista do *Jornal das Senhoras*, “(...) é uma incontestável verdade, o estúpido cobre-se de jóias, o tolo adorna-se, mas o homem elegante veste-se bem. A elegância nos homens deve ser na razão inversa do seu amor: no trajar – simples e moderado; no amor – excessivos e verdadeiros”.⁷³

⁷¹ *Jornal das Senhoras*, ano III, nº 42, 22 de outubro de 1854.

⁷² *Idem, ibidem*.

⁷³ *Jornal das Senhoras*, ano II, nº 40, 2 de outubro de 1853.

Ainda segundo a cronista,

Não se pode duvidar que a elegância e o bom gosto estão muito longe da exageração e do ridículo, e que todo o traje sério e simples no homem vai muito bem. Reparai, em qualquer dessas figuras, vede as calças de casemira de uma só cor, os paletós, a casaca, as fardas, o efeito que produzem sob o talho de uma hábil tesoura e do bem compreendido bom gosto. Dizei depois se não é assim que achais um cavalheiro bem vestido.⁷⁴

Como defendiam a seriedade e a simplicidade das vestimentas masculinas, os jornais de moda, ao descreverem aquelas que mais se destacavam nos bailes da Corte, nunca se referiam às roupas dos homens, exceção feita às que primavam pelos excessos ou pelo mau gosto. Comprovando a tese de que o século XIX foi o século da “grande renúncia masculina”, os jornais de moda procuravam não comentar o que, na escala de interesses do homem da “boa sociedade”, deveria ocupar um lugar inferior.

Os manuais de etiqueta e civilidade também aconselhavam a “decência e a simplicidade” do vestuário masculino. Segundo o *Novo manual do bom-tom*, o homem de bom-senso não devia fazer-se notar pela excentricidade no vestir.

Deixa os bigodes para os militares, os cabelos compridos para os camponeses e romanescos e a barba comprida para os bodes (...).

Um chapéu preto e luzente, botins ou sapatos bem lustrosos, luvas asseadas são as coisas principais de que não se deverá prescindir.

Casaca e calça de pano fino preto, colete e lenço de pescoço brancos formam o resto do vestuário de bom-tom.(...)

Caixa de ouro para rapé, relógio, luneta, tendo-se a vista curta, também de ouro, são os únicos objetos admissíveis para uma pessoa de juízo; os anéis, cadeias de ouro, etc. são para os cômicos.⁷⁵

⁷⁴ *Jornal das Senhoras*, ano II, nº 25, 19 de junho de 1853.

⁷⁵ Luís Verardi, *Novo manual do bom-tom*, s. p.

Entretanto, para alguns homens, as roupas e a moda ainda mereciam preocupação e interesse: eram os dândis, os leões, os *fashionables*, os *petit-maitres*, figuras de exceção, que permaneceram “como sobrevivência de uma era passada, pois a beleza agora se tornou privativa da mulher”.⁷⁶

Os dândis, por exemplo, eram homens preocupados com os detalhes, contrários à imitação e às modas vigentes. Como afirma Roger Kempf, o dândi era, sobretudo, aquele que dava extrema atenção às vestimentas, aquele cujo “saber e existência consistiam no porte das roupas”.⁷⁷

Nos jornais de moda, os dândis e outras figuras de exceção apareciam como homens fúteis e vazios, que tinham como interesse supremo “contar histórias do seu alfaiate, das luvas que comprou na Casa Wallerstein, da casaca que desta vez lhe converteu em um chefe d’obra, das calças, do colete, das unhas, da correntinha do seu relógio, enfim, de tudo o que diz respeito a futilidades...”.⁷⁸ Por isso, segundo a cronista do *Jornal das Senhoras*, era preciso domesticar esses homens.

“Domesticar? Sim, domesticar mesmo: estes dândis sem instrução são uns brutinhos peludos, que só a mulher inteligente e compassiva será capaz de os domesticar e levá-los ao estado da verdadeira civilização, para um dia serem úteis a si e a sua pátria”.⁷⁹

Também mereciam a censura dos cronistas de moda os homens que, preocupados com a elegância, ainda faziam uso de peças como o espartilho. Apelar para o uso desses acessórios era considerado antinatural para os homens e, mais do que isso, sinal de impropriedade. Segundo Philippe Perrot,⁸⁰ as menções ao uso do espartilho pelos homens, são cada vez mais raras ao longo do século XIX, dado que seu uso – ainda freqüente entre 1820 e 1840 – declinou fortemente após esse período.

⁷⁶ Gilda de Mello e Souza, *op. cit.*, p. 81.

⁷⁷ Roger Kempf, *Dandies*.

⁷⁸ *Jornal das Senhoras*, ano II, nº 6, 6 de fevereiro de 1853.

⁷⁹ *Idem, ibidem*.

⁸⁰ Philippe Perrot, *op. cit.*, p. 285.

No jornal *Espelho diamantino*, em 1827, já se percebe uma crítica àqueles que, submetidos à escravidão da moda, ainda utilizavam tal peça. Segundo seu cronista, “os homens devem, hoje em dia, ter a cintura delgada e muitos o não conseguem sem coletes de baleia... e eles querem criticar as senhoras”.⁸¹

No periódico *A Carapuça*, por sua vez, uma poesia alertava os leitores sobre “os efeitos do espartilho”, demonstrando uma espécie de estranhamento em face do “elegante” que ainda insistia no seu uso.

Enfim, se a moda era assunto exclusivo das mulheres, era a elas que se deveriam dirigir os cronistas, que justificavam, antes de mais nada, a importância da moda como um elemento inovador, a verdadeira antítese do tédio.

Eu estou convencida de que a moda se inventou não para satisfazer um capricho pueril, mas para mascarar o aborrecimento que nos deve produzir a mesma pessoa vista constantemente debaixo dos mesmos trajés e atavios. Se os homens vissem a mulher que amam por seis meses trajando sempre as mesmas roupas, entrançando o cabelo por um sistema exclusivo e constante e preferindo perpetuamente as mesmas cores, acha-la-iam monótona, feia, insuportável.⁸²

Exemplos como esse são comuns nas colunas de moda, que insistiam na idéia de que a mulher devia mudar constantemente para não desagradar aos homens. Contudo, não era somente apelando para essa necessidade que as crônicas justificavam o sentido da moda para a mulher. Argumentavam também que a moda pode contemplar desejos individuais e dar vazão àquilo que alguns autores qualificam de “febre das novidades”.

Essas colunas acabariam, então, por reforçar o caráter dinâmico da moda, que se evidencia por, a todo momento, aposentar o que até então era novo. Como afirma a cronista do *Jornal das Senhoras*, “é

⁸¹ *Espelho Diamantino*, ano I, nº 2, 1 de outubro de 1827.

⁸² *Jornal das Senhoras*, ano II, nº 16, 17 de abril de 1853.

para não cair na sensaboria que se inventou a moda”.⁸³ Ou ainda, “a moda caminha rápida, cada dia que foge lhe rouba um encanto e lhe traz uma nova beleza”.⁸⁴

Para Gilles Lipovetsky, “com o individualismo moderno, o novo encontra sua plena consagração: por ocasião de cada moda, há um sentimento, ainda que tênue, de liberação subjetiva, de alforria em relação aos hábitos passados”.⁸⁵

Esse sentimento de liberação subjetiva propiciado pela moda era o que começavam a experimentar as mulheres da “boa sociedade” do Rio de Janeiro, que, se não tinham a seu favor o acesso à educação e ao trabalho – ainda restritos aos homens –, já encontravam na moda um meio de se expressar socialmente.

A vida na Corte, ao mesmo tempo que exigia a mulher de salão, a mulher vestida com propriedade e elegância e que, por procuração, refletia a riqueza dos homens, dava a ela meios de realizar algumas escolhas. Afinal, a vida no Rio de Janeiro começava a permitir que a mulher da “boa sociedade” tivesse a possibilidade de escolher o que vestir – de acordo com seus interesses –, sem deixar de lado a adequação dos trajes exigida pela vida social.

Como afirma Gilda de Mello e Souza, a mulher tinha a moda como um dos únicos meios de expressar-se socialmente, por isso, buscava, por meio dela e das possibilidades que ela lhe oferecia, impor sua individualidade, fazendo das roupas, e em especial da forma como as vestia, uma obra de “criação artística”)

Essa criação artística, poderoso elemento na luta entre os sexos, em que realiza a procura de seu ser, é ainda o elemento de diferenciação pessoal dentro do grupo. Pois não tanto o vestido – a opulência dos tecidos e a exuberância dos folhos – mas a maneira de usá-lo, de fazê-lo concordar com o seu corpo e a sua alma, de imprimir o movimento à estrutura social, distingue as mulheres entre si. Não tanto o quadro estático, mas toda essa ritmia de gestos que se revela no arrepanhar das saias, no esconder-se atrás do leque, no chegar ao corpo a mantilha ou o xale, no alçar

⁸³ *Idem, ibidem.*

⁸⁴ *Jornal das Senhoras*, ano II, nº 28, 10 de julho de 1853.

⁸⁵ Gilles Lipovetsky, *O império do efêmero*, p. 183.

sobre si languidamente a umbrela. Pois assim como aceitou a moral relacionada com os hábitos do corpo, a mulher desenvolveu ao infinito as artes relacionadas com a sua pessoa criando um *estilo de existência* (...).⁸⁶

Símbolo de excesso e ostentação e sinal do seu prestígio, quando adotada pela mulher, a moda não apagou as distinções de classe no momento em que estabeleceu o parecer austero e simples para o homem. Afinal, ao consumir por procuração, a mulher da “boa sociedade” não fez outra coisa senão substituir, com rendas e jóias, aquilo que, desde a Revolução Francesa, estava banido do parecer masculino. Além disso, a moda permitiu que a mulher se expressasse socialmente, não somente quando usava o que estava na ordem do dia, mas, em especial, quando conseguia dar às suas vestimentas a marca da sua individualidade.

A adequação da roupa e da moda

“Nossos vestidos sejam decentes, graves e limpos, sem afetação no feitio, sem demasiado excesso nos ornatos e sem profusão na riqueza, regulando-se pela idade, caráter, estação do tempo, uso dos homens sérios do país e, principalmente, pelas leis”.⁸⁷ *Escola de política*, o manual de civildade citado, deixa claro que não era apenas a diferenciação por gênero que deveria caracterizar as vestimentas dos membros da “boa sociedade” do século XIX.

Insistindo num “discurso de adequação”, os manuais de civildade tinham como objetivo indicar as bases de um vestuário considerado correto, ou seja, aquele de acordo com as estações do ano, a hora do dia, o estado civil, a idade, a ocasião e a posição social.

Assim como eles, os jornais de moda também apelavam para a necessidade de adequação *vestimentária*, considerada por seus cronistas como fundamental à pessoa elegante. “(...) todas as senhoras devem variar o seu vestuário, segundo o tempo, as estações, as

⁸⁶ Gilda de Mello e Souza, *op. cit.*, p. 106.

⁸⁷ D. João de Nossa Senhora da Porta Siqueira, *Escola de política*, s. p.

horas e as circunstâncias da sua vida. É na aplicação deste princípio, bem como em ser assinante do *Jornal das Senhoras*, que consiste o ser elegante”.⁸⁸

Nas teses médicas também é possível depreender um discurso sobre a importância da adequação dos trajes, e em algumas delas isso era feito com o propósito de criticar a tirania da moda. Para os médicos, a imitação pura e simples da moda opunha-se totalmente às necessidades e às exigências que faziam uma determinada roupa apropriada à “boa sociedade”.

Bem difícil é hoje, e talvez mesmo baldado trabalho, censurar ou aconselhar esta ou aquela vestimenta, quando os homens se lançam nos perniciosos braços da moda, levados pelo desejo de agradar ou pelo ridículo espírito de imitação. Se eles, tendo em vista só as suas necessidades e o seu bem-estar, atendessem ao fim para que nos vestimos, não usariam indistintamente desta ou daquela forma de vestido, mas elas variariam conforme os climas e estações, segundo o sexo, a idade, o temperamento e profissão de cada um.⁸⁹

Como se pode perceber, o “discurso da adequação” estava presente em todos os veículos que visavam orientar a “boa sociedade” quanto a um modelo correto de vestuário, o qual era baseado num rico elenco de especificações. Contudo, embora possuíssem esse objetivo em comum, jornais, manuais de etiqueta e obras médicas diferiam na maneira de se dirigir aos leitores e, especialmente, na forma de abordar a relação entre moda e adequação.

Para os jornais especializados, seguir a moda não significava oposição à adequação das vestimentas, desde que fossem tomados alguns cuidados. Em primeiro lugar, a cega obediência às novidades deveria ser evitada, uma vez que muitas modas estrangeiras não se adaptavam ao nosso clima ou estação do ano.

⁸⁸ *Jornal das Senhoras*, ano II, nº 42, 16 de outubro de 1853.

⁸⁹ Gustavo Gomes Jardim, *Algumas considerações acerca da idade crítica da mulher*, s. p.

Vê-se que todas as *toilettes* modernas que nos vêm de Paris são claramente de conformidade com o inverno que ali vai começando. Há sempre essa desvantagem das modas no Brasil.

Não tem nunca certa relação com as nossas estações, porque recebemos aqui jornais da Europa trazendo os trajes sempre de acordo com a temperatura contrária a que desfrutamos na ocasião.

À inteligência das modistas e das senhoras de bom gosto compete fazer as modificações necessárias, amoldando as fazendas e o feitio às condições climatológicas do nosso país.⁹⁰

Os médicos, por sua vez, manifestavam-se incrédulos quanto a um possível equilíbrio entre a necessidade de adequação *vestimentária* e o uso irrestrito do que era imposto pela moda. “O bom-senso devia fazer escolher a vestimenta mais conveniente a cada clima, a cada idade, a cada sexo e a cada profissão, mas a moda não está sempre de acordo com os preceitos da higiene, nem com a comodidade”.⁹¹

Quanto aos autores dos manuais de etiqueta e civilidade, afirmavam que o vestuário correto era aquele que, distante da moda, estava adequado a diversos aspectos – estação, clima, idade, estado civil, entre outros –, era simples e desprovido de excessos. “Nos vestidos devem as senhoras de bom-tom evitar a multiplicidade de cores e, em uma palavra, tudo quanto indicar mau gosto, sendo bonito o gênero e boa a costureira. Nada de sobrecarregar-se de rendas, fitas e outras bagatelas, para não ser objeto de riso”.⁹²

Mas, afinal, como seria possível seguir a moda sem contrariar as exigências de um vestuário correto e adequado? Segundo os jornais especializados, apreendendo-se a “ciência do *toilette*”, que, para o cronista da *Marmota Fluminense*, ainda era praticamente desconhecida pelas moças do Rio de Janeiro.

Muitas moças julgam poder adotar tal ou qual moda de vestido simplesmente porque é moda. Entretanto, cometem um erro capi-

⁹⁰ *O Domingo*, ano I, nº 6, 25 de outubro de 1885.

⁹¹ Felipe Nery Colaço, *O conselheiro da família brasileira*, s. p.

⁹² Luís Verardi, *Novo manual do bom-tom*, s. p.

tal. (...) O modo de trajar não é absoluto, mas sim relativo: e é o que se não pode explicar bem, sem ser maçante e sem faltar a certas conveniências, mui precisas para não descontentar o belo sexo.(...)

E todavia, todas as idades, todas as classes e todas as poses têm seu trajar elegante, sem provocar o ridículo.

Saber discriminá-lo é também da ciência do *toilette*.⁹³

Veremos a seguir como os veículos destinados a orientar a “boa sociedade” definiam esse vestuário correto e adequado àquela camada social.

Em primeiro lugar, a roupa deveria estar de acordo com a *temperatura*. “Por falar nesta distinção de tempo, o vestuário entre nós é idêntico, tenho visto com sol ardente senhoras de vestidos afogados! Isto é miséria! Nada de macaquices, porque a moda ajeita-se aos tempos e lugares”.⁹⁴

Além disso, deveria estar adaptada à *estação do ano*.

O trajar é simples e leve como são os enfeites e adornos da estação. O mundo elegante fluminense perfeitamente compreende as exigências do toucador e sabe hoje distinguir as estações do ano pelo seu apropriado trajar. Eu tenho a mais robusta esperança de que será ele em parte o corretivo de certos costumes antigos que estão hoje reconhecidamente tidos e havidos por anti-sociais, o que bem cedo firmará, não direi a moda, mas o gosto da moda para cada uma das nossas estações.⁹⁵

A adequação das vestimentas à *hora do dia* também era exigida pelos jornais de moda, que apresentavam trajes cada vez mais específicos, adaptados também a todas as *ocasiões e circunstâncias* da vida social. Para cada hora do dia, os jornais de moda indicavam vestimentas e tecidos apropriados, como fazia a *Marmota Fluminense*.

⁹³ *Marmota Fluminense*, ano II, nº 355, 8 de abril de 1853.

⁹⁴ *O Correio das Modas*, ano I, nº 19, 11 de maio de 1839.

⁹⁵ *Jornal das Senhoras*, ano II, nº 48, 27 de novembro de 1853.

De manhã, uma senhora de gosto apurado deve usar roupão branco guarnecido de renda ou bordados ingleses.(...)

Nas reuniões de família, usam-se vestidos de tarlatana ou escócia barege, cassas e garça de seda.

Para traje de jantar, usa-se vestido com corpo guarnecido de rendas pregadas sobre uma tira de tafetá (...).⁹⁶

No que se referia à ocasião ou *atividade social*, os jornais de moda chegavam a um detalhamento minucioso. Neles eram apresentados os trajes de luto, a roupa adequada à quaresma, as fantasias para o carnaval, as roupas de montaria, os trajes para os bailes – privilegiados pelos jornais especializados –, *soirées*, teatros, saraus e, ainda, as vestimentas para estar em casa, para passeios, casamento, primeira comunhão. O jornal *O Álbum Semanal* descrevia assim os trajes adequados a algumas ocasiões:

Agora, como estamos na quaresma, tempo de orações e arrependimentos, justo é que também se noticiem as magníficas sedas pretas que ali se encontram (na Casa Wallerstein). Uma elegante comparecendo em um sermão com um vestido dessa seda talvez faça pecar venialmente a mais de um cristão.

Se todavia alguma de suas leitoras for impertinente, não quiser saber de quaresma e somente vise a bailes, essa ainda encontrará na mesma casa, para isso, ricos vestidos, bem como outros muito próprios para passeios.⁹⁷

Os manuais de etiqueta também enfatizavam a necessidade de adequação das vestimentas às *circunstâncias*, especialmente no caso das mulheres. “As senhoras também têm vestidos diferentes conforme as circunstâncias e funções. Os de cerimônia costumam hoje ser *donaire* ou meio *donaire* e, ao menos, de pregas caídas e soltas e então levam punhos, golas e luvas de pele branca (...)”.⁹⁸

⁹⁶ *Marmota Fluminense*, ano I, nº 309, 29 de outubro de 1852.

⁹⁷ *O Álbum Semanal*, ano II, nº 17, 29 de fevereiro de 1852.

⁹⁸ D. João de Nossa Senhora da Porta Siqueira, *op. cit.*, s. p.

Cronistas, médicos e autores dos manuais de etiqueta preocupavam-se ainda em aconselhar o uso de roupas adequadas ao *físico* e à *idade* do portador.

Como os jornais especializados enfatizavam que a moda e a necessidade de adequação dos trajés não eram coisas opostas, seus cronistas afirmavam que qualquer pessoa poderia seguir as determinações da moda bastando que esta se adaptasse ao seu físico.

A elegância de um vestido está em o bem talhado do seu corpinho e na sua cintura bem calculada. Um maior ou menor número de pregas tomadas na roda da saia que não guardem proporção com o corpo e a largura dos ombros, isso só será bastante para que a moça não fique bem vestida.

Se ela for gorda por certo que os seus vestidos e os seus enfeites devem sofrer uma modificação em todas as suas dimensões e caprichos, os quais se alteram pelo contrário, em nós magrinhas, guardando sempre, como tenho dito, as competentes proporções.⁹⁹

A relação entre *idade* e tipo de vestimenta preocupava especialmente os médicos e os autores dos manuais. Estes aconselhavam que a adequação e a modéstia no vestir estavam diretamente referenciadas à idade de seu portador.

“A divisa da senhora de bom-tom deve ser bom gosto e simplicidade, o que de maneira nenhuma exclui a elegância, devendo vestir-se conforme a idade, na convicção de que não há coisa mais ridícula que uma senhora de cinqüenta anos que se apresente vestida como uma jovem”.¹⁰⁰

Os médicos também criticavam as mulheres que depois de uma determinada idade insistiam em vestir-se como moças.

A forma das vestimentas merece alguma atenção da nossa parte. O ridículo chega ao excesso quando vemos mulheres de cin-

⁹⁹ *Jornal das Senhoras*, ano I, nº 7, 15 de fevereiro de 1852.

¹⁰⁰ Luís Verardi, *op. cit.*, s. p.

qüenta anos trajarem do mesmo modo que as de vinte anos, sem atenderem às conveniências: o luxo e a moda são os seus deuses, aconselhar a uma mulher destas que se deixe de modas, que certas coisas já não lhe convêm, é o pior castigo que se lhe pode infligir.¹⁰¹

Contudo, quando tratavam da adequação das roupas à idade, a maior preocupação dos médicos era com as crianças, que, muitas vezes, estavam sujeitas aos caprichos das mães. Por isso, os médicos criticavam as mulheres que não vestiam os filhos como crianças e que, seguindo a moda, impunham-lhes roupas incômodas, impróprias e prejudiciais à saúde.

Há mães que apenas os seus filhos podem andar, persuadidas que os tornam modelos de elegância, os vestem com os trajes mais ridículos e extravagantes (...).

Nada de arrebiques, nada de enfeites luxuosos, que são o suplício das crianças, a quem as criadas e as mães recomendam em casa uma imobilidade que, para aqueles pequenos membros, é tortura insuportável.¹⁰²

A preocupação com a conformidade das roupas das crianças também estava presente nos jornais de moda, que publicavam, algumas vezes, figurinos exclusivos para elas. Entretanto, esses modelos reproduziam fielmente as roupas que os médicos criticavam.

A interessante menina veste um vestido de tafetás riscado; corpinho de abas e enfeitado com fofos. Mangas de jaconés bordadas; calcinhas curtas e bordadas.

O menino traz uma jaqueta de merinó – casemira ornado de veludo preto; colete de acolchoadinho branco; calça de casemira leve; sapato e meia. Colarinho de camisa guarnecido de uma cercadura bordada à inglesa – laço de fita preta.¹⁰³

¹⁰¹ José Luís Cardoso, *op. cit.*, s. p.

¹⁰² *A Mãe de Família*, ano III, nº 11, junho de 1881.

¹⁰³ *Novo Correio das Modas*, ano III, nº 9, 1854.

Outra regulamentação nas vestimentas relacionava-se ao *estado civil*, e era dirigida especialmente às mulheres, refletindo as práticas da sociedade. Nos manuais de etiqueta e civilidade, por exemplo, defendia-se arduamente a distinção entre as roupas das mulheres casadas e as das solteiras, de modo que a estas últimas se exigia, entre outras coisas, modéstia no vestir. É interessante observar o argumento do autor de um dos manuais com relação a isso.

O enfeite de uma donzela será sempre mais modesto que o de uma casada, porque o verdadeiro modo de achar marido é parecer inclinar-se a um gosto simples, isto é, ter aversão às casemiras e às ricas peles, e o mais profundo desprezo às jóias de preço e aos diamantes... até que tenha encontrado um bom marido. Obrando de outra maneira privam-se de receber ricos enfeites da mão de um esposo.¹⁰⁴

Ao analisar o papel que a moda desempenhava nas festas, Gilda de Mello e Souza comenta que nelas a mulher casada tinha muito mais oportunidades de se exibir do que a mulher solteira. Segundo ela, “o vestido da mocinha era, é verdade, paradoxalmente mais modesto que o da senhora casada. Ainda sem marido, ninguém mais do que ela devia tirar proveito dessa exibição franca onde cada uma ostentava as suas prendas, acenando aos homens com os seqüestrados encantos”.¹⁰⁵

Para Philippe Perrot, o traje das moças solteiras era cuidadosamente dosado, fazia parte de uma tática em que o decote dos vestidos, “casto mas prometedora”,¹⁰⁶ tinha importância fundamental.

Os jornais de moda também apresentavam modelos específicos para as mulheres casadas e para as solteiras, ressaltando que o uso de jóias era privativo das primeiras.

Deveis notar, querida leitora, a distinção especial entre estas duas figuras: ambas representam dois *toilettes* de rigor, mas uma é para

¹⁰⁴ Luís Verardi, *op. cit.*, s. p.

¹⁰⁵ Gilda de Mello e Souza, *op. cit.*, p. 152.

¹⁰⁶ Philippe Perrot, *Le dessus et les dessous de la bourgeoisie*, *op. cit.*, p. 182.

uma jovem solteira, por isso seu elegante peito e pescoço estão nus – nem os brincos aparecem. A graciosidade de seu trajar revela a todos os corações a sua posição na sociedade. O outro é para uma senhora casada; este *toilette* também é vaporoso e encantador, mas está carregado de pérolas e diamantes.¹⁰⁷

Mas não eram apenas as roupas femininas que deveriam mudar de acordo com o estado civil do portador. No caso dos homens, ocorria o inverso, ou seja, ao solteiro era permitida maior atenção à moda, enquanto o casado deveria primar pela simplicidade. “Um moço antes de casar-se deve seguir a moda em tudo o que não for ridículo. O homem casado deve igualmente segui-la, com prudência. Um e outro não devem considerar como obrigatória uma moda senão quando ela é geralmente aceita pela “boa sociedade”.”¹⁰⁸

Um último aspecto relacionado à adequação das vestimentas diz respeito à *posição social*.

Os jornais de moda pouco tratavam desse aspecto e não associavam claramente a adequação das roupas à posição social. Contudo, seus cronistas, ao “divulgar as etiquetas da pragmática moderna”, explicitavam que a moda era algo exclusivo dos membros da “boa sociedade”.

Os manuais de etiqueta, por outro lado, reforçavam o aspecto distintivo do vestuário, reafirmando em suas páginas a necessidade de “que cada um se vista segundo a sua classe, ou como vir vestidos os seus iguais”.¹⁰⁹

O fato de os manuais demarcarem as fronteiras das vestimentas segundo as classes pode ser explicado – como muitas vezes essas obras eram adaptações ou cópias de manuais estrangeiros, elas refletiam a possibilidade de alguma mobilidade social e de uma certa igualdade no parecer que se dava, por exemplo, na França. Daí ser necessário expor claramente as minúcias do vestir da “boa sociedade” para que a enorme especialização das roupas afastasse aqueles que não poderiam igualar-se às camadas mais privilegiadas da sociedade.

¹⁰⁷ *Jornal das Senhoras*, ano I, nº 27, 10 de julho de 1854.

¹⁰⁸ Luís Verardi, *op. cit.*, s. p.

¹⁰⁹ *Elementos de civilidade*, *op. cit.*, s. p.

Quanto aos jornais do Rio de Janeiro, não precisavam enfatizar que os trajes da moda eram atributo da “boa sociedade”: estes sempre foram exclusividade daquela camada. Por isso, os cronistas dos jornais detinham-se na exposição das especificações que caracterizavam o traje correto e adequado, colaborando para que a “boa sociedade” dos trópicos se parecesse com os seus pares europeus.

Colocar sua roupa em harmonia, não apenas consigo mesmo, seu caráter, seu humor, sua idade, sua fisionomia, sua pele, a cor de seus olhos, seu penteado, mas ainda com sua fortuna e posição que ocupa na sociedade, com os eventos e horas do dia, com as épocas do ano, com os locais que se freqüenta, eis um dos primeiros arcanos da adequação *vestimentária* (...).¹¹⁰

Esse modelo de correção vestimentária – válido para a “boa sociedade” francesa – também era adotado aqui, servindo a uma hierarquização minuciosa de signos e condutas. Assim, e na medida de sua maior ou menor compreensão, é que a “boa sociedade” fluminense demonstrava, a partir de seu vestuário, que, ao igualar-se ao parecer europeu, havia “civilizado seus costumes”.

¹¹⁰ Philippe Perrot, *op. cit.*, p. 172-173.

Conclusão

Ao pretender analisar os diferentes discursos produzidos sobre a roupa e a moda no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, partindo dos jornais femininos, dos manuais de etiqueta e civilidade e das teses médicas, seria necessário retomar alguns pontos.

Com relação aos manuais de etiqueta, é importante ressaltar, primeiro, que os que foram editados aqui reproduziam comportamentos e exigências em relação às vestimentas que vigoravam na Europa e que constituíam o último estágio de um amplo processo de civilização dos costumes em curso desde o século XV. Segundo, que o conteúdo das regras presentes nos manuais pouco foi alterado ao longo do século XIX, o que significa dizer que o vestuário tido como próprio aos membros da “boa sociedade” não conheceu grandes modificações.

Com relação à moda, é difícil perceber, por meio da literatura de civilidade, as opções *vestimentárias* da “boa sociedade”, uma vez que esses livros — mais do que antecipar padrões de vestimentas — enumeravam as linhas básicas que definiam o traje certo para seus membros: sua preocupação era a correção das roupas, correção significando adequação ao lugar que cada camada ocupava na sociedade.

No discurso das teses médicas, a moda aparecia associada aos malefícios à saúde e ao mundanismo sem freio. Para os médicos, ela precisava ser combatida, por isso, defendiam o uso de roupas mais confortáveis e de acordo com as características de cada pessoa. Apesar dos apelos dos médicos, o que se percebe — pela difusão e pelo crescimento do comércio dos produtos de vestuário e pela proliferação dos jornais e colunas de moda — é que aquele discurso foi ineficaz.

Quanto aos jornais femininos, e diferentemente da importância atribuída a eles por Philippe Perrot, foram privilegiados por nós neste trabalho. Esses periódicos foram, sem dúvida, os maiores incentivadores da adoção e do consumo da moda e os grandes responsáveis pela sua disseminação. Dirigindo-se de forma direta e próxima aos leitores, seus cronistas iam ao encontro das demandas da “boa sociedade”, informando-a sobre as novidades estrangeiras ao mesmo tempo que a orientavam quanto aos padrões *vestimentários* a serem respeitados.

Partindo do diálogo entre esses diferentes *corpora* documentais e, conforme apontado anteriormente, sem ter por meta a elaboração de uma versão objetiva das práticas *vestimentárias* da “boa sociedade” fluminense na segunda metade do século XIX, tentamos analisar a maneira como aquela camada refletia sobre a roupa e a dimensão alcançada pela moda na definição dos seus membros.

As representações da roupa e da moda presentes nos jornais femininos, nos manuais de etiqueta e nas obras médicas constituíram as pistas que nos permitiram esboçar algumas conclusões.

A profusão de discursos sobre a moda no século XIX mostra que ela ainda era, até aquele momento, um fenômeno quase desconhecido, exigindo explicações, análises, discussões. Por isso, não faltaram veículos que se propusessem a digeri-la para um público ávido por informações.

Como a moda acaba impondo-se à “boa sociedade”, transformando-se, junto com o refinamento dos modos e a europeização da vida social, em um emblema de classe e, mais do que isso, num elemento essencial para a sua definição, tornou-se obrigatório para aquela camada usar as vestimentas e os acessórios que a imprensa e as lojas divulgavam.

Mas se associamos moda e distinção social, podemos associá-la também à distinção sexual, pois a moda no século XIX refere-se basicamente à mulher. Vimos por meio dos veículos pesquisados que a moda era não somente um atributo de classe, mas também um atributo do sexo feminino, não se justificando que os homens se preocupassem com ela.

Mostramos ao longo da pesquisa e reafirmamos aqui a diversidade de representações e de visões da moda segundo o *corpus*

pesquisado. Mostramos que, apesar dessa diversidade, a moda aparecia nesses veículos como uma insígnia de classe e de sexo e que o vestuário mais correto para os membros da “boa sociedade” era aquele que se adequava ao gênero, à idade, à estação do ano, ao tipo físico e à posição social do portador.

Por isso, e a despeito dos diferentes conteúdos das fontes pesquisadas, é possível perceber que, tanto quanto seguir a moda do momento, importava aos membros da “boa sociedade” o vestir higiênico, adequado e racional ou, em outras palavras, um vestir que deixasse explícito o lugar que ocupavam na sociedade.

Dedicados às crianças ou aos adultos do mundo elegante, percebemos que pelo discurso da adequação essas obras refletiam uma certa representação da sociedade. Esta se definiria por seu aspecto distintivo, já que a sociedade a que se referem é a “boa sociedade”, aquela que, por meio dos gestos, das posturas, da higiene e das roupas, demonstra que alcançou o estágio da *civilização*.

Fontes

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

Manuais de etiqueta e civilidade

ELEMENTOS *de civilidade*. s. l., s.d.

NEVES, Guilhermina de Azambuja. *Entretenimentos sobre os deveres de civilidade colecionados para uso da puerícia brasileira de ambos os sexos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Cinco de março, 1875.

PIMENTEL, D. João Maria Pereira d’Amaral e. *A ciência da civilização – curso elementar completo de educação superior, religiosa, individual e social*. 2. ed. Porto: Livraria Internacional de Ernesto e Eugênio Chardron, 1877.

SIQUEIRA, D. João de Nossa Senhora da Porta. *Escola de política ou tratado prático da civilidade portuguesa*. 2. ed. Pernambuco: Tipografia de Santos e Cia., 1845.

VERARDI, Luís *Novo manual do bom-tom*. 6. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1900.

Periódicos

O Álbum Semanal – cronológico, literário, crítico e de modas. Ano I-II (nº 1-42); 1851-1853. Rio de Janeiro: Tip. de Viana e Cia.

Arquivo das Famílias – publicação semanal consagrada ao recreio e interesses domésticos. Ano I (nº 2-11); 1881-1882. Rio de Janeiro: Tip. e Lit. de J. D. de Oliveira.

O Bisbilhoteiro – periódico dedicado ao belo sexo. Ano II (nº 26-29); 1889. Rio de Janeiro.

A Carapuça – jornal satírico, para recreio das famílias. Ano I (nº 1-22); 1857. Rio de Janeiro: Tip. Americana.

O Correio das Damas – jornal de literatura e de modas. Ano I-XII (nº 1-); 1836-1849. Lisboa: Tip. Lisbonense.

O Correio das Modas – jornal do toucador e de novidades. Ano I (nº 1); 1836. Rio de Janeiro.

O Domingo – jornal literário, recreativo e noticioso. Ano I-II (nº 1-71); 1873-1875. Rio de Janeiro: Tip. da Lira de Apolo.

O Domingo – Ano I-II (nº 1-23); 1885-86. São João del Rei.

Eco das Damas – órgão dedicado aos interesses da mulher. Ano I-III (nº 1-); 1879-1888. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial/ Tip. Cosmopolita, Tip. Eco das Damas.

O Espelho – revista de literatura, modas, indústria e artes. Ano I (nº 1-18); 1859-1860. Rio de Janeiro: Tip. de Paula Brito [e outras].

Espelho Diamantino – periódico de política, literatura, belas artes, teatro e modas. Ano I (nº 2-14); 1827-1828. Rio de Janeiro: Tip. de Plancher-Seignot.

Espelho Fluminense – ou novo gabinete de leituras. Ano I (nº 1-26); 1843. Rio de Janeiro: Tip. Universal de Laemmert.

A Família – jornal literário. Ano I-VI (nº 29-177); 1889-1894. Rio de Janeiro: Tip. rua do Rezende, 146.

O Gosto – jornal dos teatros, literatura, modas, poesias, música e pintura. Ano I (nº 1-5); 1843. Rio de Janeiro: Tip. Imparcial de F. de P. Brito.

Jornal das Famílias – publicação ilustrada, recreativa, artística, etc. Ano I (nº 1-24); 1864. Rio de Janeiro: Tip. B. L. Garnier.

Jornal das Senhoras – modas, literatura, belas artes, teatros e crítica. Ano I-IV (nº 1-); 1852-1855. Rio de Janeiro: Tip. Parisiense [Tip. do Jornal das Senhoras].

A Mãe de Família – jornal científico, literário e ilustrado. Ano I-X (nº 1); 1879-1888. Rio de Janeiro: Tip. dos Editores H. Lombaerts e C.

A Marmota – folha popular. Ano I-IV (nº 860-1328); 1857-1861. Rio de Janeiro: Tip. Dois de Dezembro.

Marmota Fluminense – jornal de modas e variedades. Ano I-V (nº 258-859); 1852-1857. Rio de Janeiro: Tip. Dois de Dezembro.

A Mulher – periódico ilustrado de literatura e belas artes, consagrado aos interesses e direitos da mulher brasileira. Ano I (nº 1-6); 1881. Nova Iorque: Tip. de E. Perez.

Novo Correio das Modas – novelas, poesias, viagens, recordações históricas, anedotas e charadas. Ano I-III (nº 1-153); 1852-1855. Rio de Janeiro: Tip. E. M. Laemmert.

Recreio do Belo Sexo – modas, literatura, belas artes e teatro. Ano V (nº 3); 1856. Rio de Janeiro.

Semana Familiar – jornal poético, literário, noticioso, industrial, científico, crítico, anedótico etc, para recreio das famílias residentes no Brasil. Ano I (nº 1-17); 1862. Rio de Janeiro: Tip. Comercial de Fontes e Irmão.

O Sexo Feminino – semanário dedicado aos interesses da mulher. Ano II (nº 1-22); 1873-1889. Rio de Janeiro: Tip. de Lombaerts e Filho.

Teses e obras médicas

ABREU, Francisco Bonifácio de. *Os bailes motivam alguma quebra na saúde pública?* Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.

ANDRADA JR., José Bonifácio Caldeira de. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas*

e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1855.

ARMONDE, Amaro Ferreira das Neves. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro e de sua influência sobre a saúde.* Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1874.

BARROS, José Joaquim Ferreira Monteiro. *Considerações gerais sobre a mulher e sua diferença do homem e sobre o regime que se deve seguir no estado de prenhez.* Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.

CARDOSO, José Luiz. *Considerações acerca da idade crítica da mulher.* Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1849.

COLAÇO, Felipe Nery. *O conselheiro da família brasileira – enciclopédia dos conhecimentos indispensáveis na vida prática.* Rio de Janeiro: Garnier, 1883.

JARDIM, Gustavo Gomes. *Algumas considerações acerca das vestimentas.* Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1849.

MAFRA, Joaquim José de Oliveira. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios.* Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1855.

MELLO, Joaquim Pedro de. *Generalidades acerca da educação física dos meninos.* Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1846.

MELLO, José Tavares de. *Considerações sobre a higiene da mulher durante a puberdade e aparecimento periódico do fluxo catamenial.* Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1841.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. *Duas palavras sobre a educação moral da mulher.* Discurso pronunciado perante Sua Majestade o Imperador na sessão solene da Academia Imperial de Medicina em 30 de junho de 1868. Rio de Janeiro: Tipografia Progresso, 1868.

MOURA, Augusto César Ernesto de. *Algumas proposições de higiene*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1849.

PORTUGAL, Antonio Nunes de Gouvea. *Influência da educação física do homem*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1853.

RIBEIRO, José Olímpio Soares. *Dissertação sobre as causas dos tubérculos pulmonares no Rio de Janeiro, suas variedades e tratamento*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1855.

SÁ, Miguel Antonio Heredia de. *Algumas reflexões sobre a cópula, onanismo e prostituição*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.

TEIXEIRA, Antonio Pedro. *Dissertação sobre a puberdade em geral*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.

UBATUBA, Manoel Pereira da Silva. *Algumas considerações sobre a educação física*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.

Bibliografia

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

AGASSIZ, Luiz e Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____ (direção). *História da vida privada*. Lisboa: Afrontamento, 1990.

BARTHES, Roland. *Sistema da moda*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro – século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O belo sexo*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1988 (mimeografado).

BLONDEL, Charles. *Introdução à psicologia coletiva*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.

BOUCHER, François. *A history of costume in the West*. Londres: Thames and Hudson, 1967.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *La distinction – critique sociale du jugement*. Paris: Editions de Minuit, 1979.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Mulher de papel*. São Paulo: Loyola, 1981.

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Unesp, 1991.

BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle et capitalisme – destins du monde, XV-XVIII^e siècles*. Paris: Armand Colin, 1967.

CALVET, Louis Jean. *Roland Barthes: um olhar político sobre o signo*. Lisboa: Vega, s.d.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

_____. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

CHARTIER, Roger. *A história cultural – entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Bertrand/Difel, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

DELBOURG-DELPHIS, Marylene. *Le chic et le look – histoire de la mode féminine et des mœurs de 1850 à nos jours*. Paris: Hachette, 1981.

DORFLES, Gillo. *A moda da moda*. Lisboa: Edições 70, 1988.

DURAND, José Carlos. *Moda, luxo e economia*. São Paulo: Babel Cultural, 1988.

ECO, Umberto *et alii*. *Psicologia do vestir*. 2. ed. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982.

EDMUNDO, Luís. *A corte de D. João VI no Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

_____. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Athena, s.d.

_____. *Recordações do Rio antigo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1950.

_____. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

_____. *A sociedade de corte*. Lisboa: Estampa, 1987.

EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil ou descrição de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

FALCON, Francisco José Calazans. *A história cultural*. Rio de Janeiro: PUC, 1991.

FALCON, Francisco José Calazans e MATTOS, Ilmar R. de. "O processo de independência no Rio de Janeiro". Em: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

_____. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

FERREIRA de Rezende, Francisco de Paula. *Minhas recordações*. São Paulo: Itatiaia, 1988.

FLÜGEL, J. C. *Le rêveur nu – de la parure vestimentaire*. Paris: Aubier Montaigne, 1982.

FONSECA, Gondim da. *Biografia do jornalismo carioca*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

_____. *Modos de homem e modas de mulher*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

_____. *Sobrados e mucambos*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

_____. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1977.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: Edusp, 1985.

KEMPF, Roger. *Dandies*. Paris: Editions du Seuil, 1977.

KIDDER, Daniel Parrish, FLETCHER, James Cooley. *O Brasil e os brasileiros*. São Paulo: Nacional, 1941.

KÖNIG, René. *Sociologie de la mode*. Paris: Payot, 1966.

KYBALOVÁ, Ludmilla et alii. *Encyclopédie illustrée du costume et de la mode*. 7. ed. Paris: Grund, 1989.

KURY, Lorelai Brilhante. *O império dos miasmas*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1990 (mimeografado).

LAVER, James. *A roupa e a moda*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

LYRA, Heitor. *História de d. Pedro II*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da rua do Ouvidor*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

MACHADO, Roberto *et alii*. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARGARIDO, Alfredo. O consumismo não é um pecado mortal. *Revista Finisterra*. Lisboa: Fundação José Fontana, nº 3, 1989.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MAURO, Frédéric. *O Brasil no tempo de d. Pedro II (1831-1889)*. São Paulo: Cia das Letras/Círculo do Livro, 1991.

MELLO E SOUZA, Gilda de. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

MORAIS E SILVA, Antonio. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1814.

MORALES DE LOS RIOS, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: A Noite, 1946.

MURICY, Kátia. *A razão cética*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

N'DIAYE, Catherine. *A coquetterie ou a paixão do pormenor*. Lisboa: Edições 70, 1989.

NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro: Finep/PUC, 1987.

ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1953.

PERROT, Philippe. *Le dessus et les dessous de la bourgeoisie*, Paris: Fayard, 1981.

_____. Le jardin des modes. ARON, Jean-Paul (org.). *Miserable et glorieuse la femme du XIX^e siècle*. Paris: Complexe, 1984.

_____. *Le travail des apparences – le corps féminin XVIIIe-XIX^e siècle*. Paris: Editions du Seuil, 1984.

PINHO, Wanderley. *Salões e damas no Segundo Reinado*. 4. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1970.

PRADO, J. F. de Almeida. *Dom João VI e o início da classe dirigente no Brasil: 1815-1889*. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REGO, Manuela; MUCZNIK, Lúcia Liba. *A moda em Portugal através da imprensa*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1991.

RENAULT, Delso. *O dia-a-dia no Rio de Janeiro, segundo os jornais 1870-1890*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. *História da vida privada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, vol. 3.

RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ROCHE, Daniel. *La culture des apparences – une histoire du vêtement, XVII^e-XVIII^e siècle*. Paris: Fayard, 1989.

ROS, Rosa M. Martín. *Moda e indústria: 1880-1893. Moda en sombras*. Madri: Museo Nacional del Pueblo Español, 1991.

SAPIR, Edward. *Anthropologie*. Paris: Editions de Minuit, 1967.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

SIMMEL, Georg. La mode. *La tragédie de la culture et autres essais*. Marselha: Rivages, 1988.

SPENCER, Herbert. *Les manières et la mode*. Em: *Essdis de morale, de science et d' esthetique*. Paris: Germer Balliere et Cie., 1883.

_____. *Principes de sociologie*. Paris: Balliere et Cie., 1883.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

TÁTI, Miécio. *O mundo de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991.

TARDE, Gabriel. *Les lois de l'imitation*. Paris: Felix Alcan, 1890.

TAUNAY, Afonso de E. *No Rio de Janeiro de d. Pedro II*. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa*. 2. ed. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

VICENT-RICARD, François. *As espirais da moda*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WILSON, Elizabeth. *Enfeitada de sonhos*. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. *Through the looking glass*. Londres: BBC Books, 1989.

Com ele aprendemos que a "ocidentalização civilizatória" é o resultado do andamento de macroprocessos sociais que moldam o comportamento individual a partir de dinâmicas em que se revezam distinção e disseminação, isto é, em que determinados comportamentos inovadores e distintivos se generalizam, exigindo novos signos de distinção e, assim, sucessivamente. Com tal inspiração, Maria do Carmo Rainho logrou fotografar um momento do nosso já longo processo civilizatório, o que faz de A cidade e a moda um sugestivo guia para se entender o Brasil.

Maria Alice Rezende de Carvalho
(Socióloga, professora da IUPERJ)

Maria do Carmo Teixeira Rainho nasceu no Rio de Janeiro. Historiadora, desde 1988 trabalha no Arquivo Nacional, onde vem atuando como Coordenadora de Pesquisa e Difusão Cultural.



A cidade e a moda analisa a maneira como a "boa sociedade" do Rio de Janeiro se relacionava com a roupa e a moda no decorrer do século XIX. Partindo dos manuais de etiqueta que circulavam no Brasil e em Portugal, dos jornais femininos - em especial suas colunas de moda - e das teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a obra mostra o papel que a moda exerceu no longo processo de civilização dos modos. Em A cidade e a moda percebemos que, aos poucos, a moda acaba se impondo à "boa sociedade", transformando-se, junto com o refinamento dos modos e a europeização da vida social, em uma insígnia de classe e, mais do que isso, num elemento essencial para a sua definição.

FDU: 260223

Biblioteca Central - UnB



B0055860